

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Dissertação de Mestrado

**Um Olhar sobre o Programa de Educação
Básica de Jovens e Adultos implementado pela
Secretaria de Educação Municipal da Cidade do
Recife/PE (1985 a 2000)**

Autora: Leila Maria Lopes Loureiro Saldanha

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Rus Perez

Campinas / SP

Julho de 2001

200206543

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

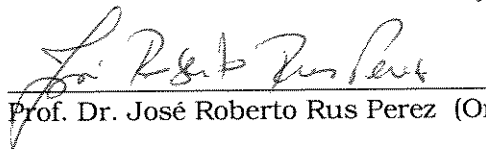
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

*UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS IMPLEMENTADO PELA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DA CIDADE DO
RECIFE/PE (1985 a 2000)*

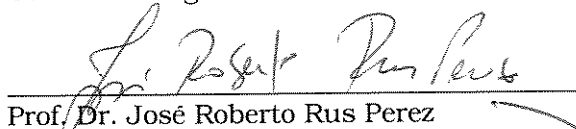
Autora: Leila Maria Lopes Loureiro Saldanha
Orientador: Prof. Dr. José Roberto Rus Perez

Este exemplar corresponde à redação final da
DISSERTAÇÃO defendida por *Leila Maria Lopes
Loureiro Saldanha* e aprovada pela Comissão
Julgadora.

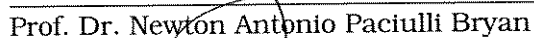
Data: 30 / 07 / 01


Prof. Dr. José Roberto Rus Perez (Orientador)

Comissão Julgadora:


Prof. Dr. José Roberto Rus Perez


Dra. Maria Clara Di Pierro


Prof. Dr. Newton Antonio Paciulli Bryan

Julho de 2001

by Leila Maria Lopes Loureiro Saldanha, 2001.

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	TI/UNICAMP
	Sa310
V.	
T.	47557
P.	837/02
C.	
D.	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	06-02-02
N.º CPD	

CM00163067-7

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Sa310 Saldanha, Leila Maria Lopes Loureiro.
Um olhar sobre o programa de educação básica de jovens e adultos
implementado pela Secretaria de Educação Municipal da cidade do Recife/PE :
1985-2000 / Leila Maria Lopes Loureiro Saldanha. -- Campinas, SP: [s.n.],
2001.

Orientador : José Roberto Rus Perez.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Educação de adultos. 2. Educação e Estado. 3. Políticas públicas -
Avaliação. 4. Educação – Recife (PE). 5. *Gestão Educacional. I. Rus Perez
José Roberto. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

01-0108-BFE

A Luiz Loureiro de Albuquerque, *in
memorian*, que me ensinou que é possível
sonharmos com uma sociedade mais justa.

Agradecimentos

Mesmo fazendo um grande esforço, receio não conseguir agradecer a todas as pessoas que colaboraram comigo na concretização deste trabalho.

Primeiramente, a Salete Maldonado, pela amizade e respeito. Por ter sido a primeira pessoa a me incentivar, antes e durante esta caminhada.

Ao Prof. Dr. José Roberto Rus Perez, pela orientação, paciência e estímulo.

A grande amiga e “co-orientadora”, Maria Clara Di Pierro, pela força, seriedade e companheirismo.

A Prof. Dra. Aparecida Neri de Souza, pela acolhida sempre tão calorosa e incentivadora.

A Prof^a Marileide de Carvalho Costa pelo incentivo e indicações.

A Secretaria de Educação Municipal da Cidade do Recife, pela oportunidade que me foi concedida e às pessoas que se dispuseram na coleta dos dados, tão difíceis.

A minha família, minha mãe, D. Leila Lopes e meus irmãos Lídia e Marconi Loureiro, por acreditarem no meu profissionalismo e sempre estarem ao meu lado. Em especial a minha filha e companheira, Gabriela, por ter-me acompanhado em todas essas horas, de perto ou longe, entendendo minha ausência em boa parte dessa trajetória e sempre me estimulando. A Leo Saldanha, por compartilhar tristezas e alegrias ao longo dos 21 anos de convivência.

As amigas que em Recife deixei, mas que nunca me deixaram senti-las distantes: Gedalva Cabral, Jacinta Cavalcanti, Petrúcia Tavares, Semíramis Arcoverde e Socorro Assunção.

Aos amigos que aqui conquistei e que me deram força nessa caminhada: Adriana Momma, Cláudia Darós, Cristiane Pavioti, Lindabel Cardoso, Lourenço Ocuni Cá, Marco e Luciana Mendonça, Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar, Luisa Delfino, Marinalva Cuzin, Paula Arcoverde, Rosa Dória, Rosemary Santiago, Shinobu e Rafael dos Santos.

Ao pessoal da Biblioteca – Gildenir Santos e Lavínia Turazzi-da Secretaria da Pós-Graduação – Nadir, Rita e Gislene – e do Laboratório de Informática da Faculdade de Educação da Unicamp – Ademilson Camargo e Gilberto Pimentel, extensivo à todos os funcionários desta Faculdade.

A William Lonzar pela estimada colaboração com relação ao tratamento dos dados referentes ao financiamento da EJA, utilizados neste trabalho.

E especialmente ao LaPPlanE (Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional), ao qual fiz parte estes dois anos e meio, em nome do Prof. Dr. Newton Bryan, por oportunizar-me a participação em vários projetos de pesquisa que tanto enriqueceram a minha trajetória profissional e pessoal.

Resumo

O presente estudo faz uma recuperação histórica do programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, implantado pela Secretaria de Educação Municipal da Cidade do Recife / PE, no período de 1985 a 2000.

Parte do conceito de educação enquanto direito constitucional e condicionante de exercício de cidadania, independente de idade.

A análise tomou como base a fase de implementação do programa, através das orientações político-pedagógicas de quatro gestões administrativas municipais.

Tratou-se pois de reconstituir, o desenho, objetivos, implementação e desempenho do Programa, o que permitiu caracterizar o atendimento desta modalidade de ensino (EJA), não mais através de projetos e campanhas emergenciais, mas assumindo-o enquanto elemento constitutivo do sistema regular da Rede Municipal de Ensino.

Abstract

The present study makes a historical recovery of the program of Basic Education of Youths and Adults, implanted by the Secretary of Municipal Education of the City of Recife / PE, in the period from 1985 to 2000.

This leaves of the education concept while constitutional right and condicionante of citizenship exercise, independent of age.

This analysis took as base the phase of implementation of the program, through the political-pedagogic orientations of four municipal administrative administrations.

It was treated because of reconstituting, the drawing, objectives, implementation and acting of the Program, the one that allowed characterize the attendance of this teaching level (EJA), not more through projects and campaigns emergencies, but assuming him/it while constituent of the regular system of the Municipal Net of Teaching.

Sumário

Lista de Quadros	xix
Lista de Gráficos	xix
Lista de Tabelas	xxi
Índice de Anexos	xxiii
Siglas	xxv
INTRODUÇÃO	01
Educação como dimensão fundamental da Cidadania	03
CAPÍTULO I	
O Cenário da Educação Básica de Jovens e Adultos na Política Educacional da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife	12
CAPÍTULO II	
A Trajetória do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvido pela Secretaria de Educação Municipal da cidade do Recife	
2.1. Introdução	39
2.2. As Gestões	40
2.2.1. Gestão Joaquim Francisco / 1983 – 1985	40
2.2.2. Gestão Jarbas Vasconcelos / 1986 – 1988	40
2.2.3. Gestão Joaquim Francisco / 1989 – 1992	51
2.2.4. Gestão Jarbas Vasconcelos / 1993 – 1996	54
2.2.5. Gestão Roberto Magalhães / 1997 – 2000	60
CAPÍTULO III	
Condições de Funcionamento do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, no contexto da Rede Municipal de Ensino	68
CAPÍTULO IV	
O Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos – Análise da Cobertura e do Desempenho do Programa	79

CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
BIBLIOGRAFIA	105
DOCUMENTOS CONSULTADOS	118
ANEXOS	119

--- **Lista de Quadros** ---

- **Quadro 1**– Prefeitos do município do Recife, respectivos Secretários de Educação, no período de 1985 a 2000. (Pág. 3)

--- **Lista de Gráficos** ---

- **Gráfico 1** – Matrícula Inicial no Ensino Fundamental por Dependência Administrativa – Pernambuco – 1996/2000. (Pág. 83)
- **Gráfico 2** – Evolução das Matrículas de Educação Básica de jovens e Adultos (1ª a 4ª) por Dependência Administrativa – Pernambuco – 1998-2000 (Pág. 84)
- **Gráfico 3** – Evolução da Matrícula – Educação Básica de Jovens e Adultos – Rede Municipal de Ensino – Recife – 1985 – 2000. (Pág. 87)
- **Gráfico 4** – Aprovação e Reprovação em relação à Matrícula Total - SME/PCR – 1985 a 2000. (Pág. 88)
- **Gráfico 5** – Perda em relação à Matrícula Total – SME/PCR – 1985 a 2000. (Pág. 91)

Lista de Tabelas

- **Tabela 1** – Número de Turmas de Educação Básica de Jovens e Adultos – 1985 – 2000 — Rede Municipal de Ensino – Recife (Pág. 70)
- **Tabela 2** – Relação de valores aprovados dos Planos de Trabalho Anual (PTA) – EBJA – Recife –. (Pág. 77)
- **Tabela 3** – Taxa de Analfabetismo das Pessoas com 15 anos ou mais de idade, % Total – Pnad – IBGE –Brasil, Nordeste, Pernambuco, Região Metropolitana do Recife e Recife / 1992 e 1996. (Pág. 81)
- **Tabela 4** – Número de Matrículas na EBJA no Município de Recife por dependência administrativa – 1997 e 2000. (Pág. 82)
- **Tabela 5** – Evolução das Matrículas na EBJA – Rede Municipal de Ensino – Recife – 1985 / 1990/1995/ 2000. (Pág. 85)
- **Tabela 6** – Alunos Matriculados na EBJA. – Rede Municipal de Ensino - Recife – 1985 a 2000 – (Pág. 86)
- **Tabela 7** – Repetições e desistências do aluno no ensino regular – Recife - (Pág. 92)
- **Tabela 8** - Idade dos Alunos matriculados na EBJA – Rede Municipal de Ensino – Recife - 1996 a 1998. (Pág. 94)
- **Tabela 9** – Atendimento à demanda potencial pela Rede Municipal. 1991 e 1996 – (Pág. 95)

Índice de Anexos

Anexo 1 – Tabela com número de alunos matriculados, nos cursos presenciais – EBJA- com avaliação no processo, por dependência administrativa – 1ª a 4ª - Brasil, Regiões e Unidades Federadas. 1998 a 2000 – MEC/INEP/SEEC (Pág. 120)

Anexo 2 – Tabela com Taxa de Analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais por grupos de idade – Brasil – 1970/1996. IBGE-PNAD.1996 (Pág.121)

Anexo 3a – Atendimento de EBJA – 1ª a 4ª séries – 1985 – 2000 – Secretaria Municipal de Ensino – Recife . (Pág. 122)

Anexo 3b – Atendimento de EBJA – 5ª a 8ª séries - 1985 – 2000 – Secretaria Municipal de Ensino – Recife . (Pág.124)

Anexo 4 – Organograma da Secretaria Municipal de Ensino – Recife (Pág. 125).

Anexo 5a – Portaria da Equipe Pedagógica – SME – (Pág. 126)

Anexo 5b – Objetivos do Acompanhamento Escolar – SME – (Pág.127)

Anexo 5c – Atribuições da Equipe Pedagógica – SME – (Pág.128)

Anexo 6 – Currículo da Rede Municipal de Ensino – 1996 – (Pág.129)

Anexo 7 – Exemplos de atividades desenvolvidas pelo “*Teimosia*” – (Pág.140).

Siglas

- ABC - Cruzada de Ação Básica Cristã
- AEEC - Associação de Educadores das Escolas Comunitárias
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento; Banco Mundial
- CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
- CEESU - Centro Estadual de Ensino Supletivo
- CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba
- CNAIA - Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica
- CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
- COMUDE - Conferência Municipal de Educação
- CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos
- DAE - Departamento de Acompanhamento Escolar
- DCP - Divisão de Capacitação Profissional
- DEBJA - Departamento de Educação Básica de Jovens e Adultos
- DGE - Diretoria Geral de Ensino
- DIE - Departamento de Informações Escolares
- DNE - Departamento Nacional de Educação
- DOU - Diário Oficial da União
- DSRH - Diretoria Setorial de Recursos Humanos
- EBJA - Educação Básica de Jovens e Adultos
- EFA - Education For All - Educação Para Todos
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- FEACA - Federação de Associações, Centros Comunitários e Conselho de Moradores de Casa Amarela
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino
- FPE - Fundo de Participação dos Estados
- FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- INEP - Instituto Nacional
- IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MCP - Movimento de Cultura Popular
- MEB - Movimento de Educação de Base
- MEC - Ministério da Educação

- MEC/SEF - Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental
- MOBRL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
- NAPE - Núcleo de Avaliação e Pesquisa Educacional
- NAR - Núcleo de Avaliação do Recife
- NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional
- ONG - Organização Não Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PFL - Partido da Frente Liberal
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNE - Plano Nacional de Educação
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PROINFO - Programa de Informática na Educação
- PSB - Partido Socialista Brasileiro
- PTA - Plano de Trabalho Anual
- RPA - Região Político Administrativa
- SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico
- SANBE - Sistemática de Atendimento às Necessidades Básicas de Aprendizagem
- SEC/PCR - Secretaria de Educação e Cultura - Prefeitura da Cidade do Recife
- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SIMPERE - Sindicato Municipal dos Profissionais da Educação do Recife
- UFPB - Universidade Federal da Paraíba
- UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
- UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Em minha trajetória profissional sempre estiveram presentes questões sobre o analfabetismo¹. Inicialmente (1978) participando de projetos organizados e desenvolvidos pelos movimentos populares e apoio das universidades, e a partir de 1986, ingressando na Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife, enquanto professora de Jovens e Adultos, das séries iniciais do Ensino Fundamental e posteriormente, em paralelo à atividade docente, compondo a equipe técnica/pedagógica do Departamento de Educação Básica de Jovens e Adultos, da rede citada.

De forma que, enquanto sujeito do processo, o distanciamento do objeto foi e está sendo um difícil exercício, mas ao mesmo tempo se apresenta enquanto desafio. E é encarando como tal que se circunscreve este trabalho, elegendo como objeto de análise um programa dentro da Política Educacional da Secretaria de Educação Municipal da Cidade do Recife: o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvido pelos educadores e educadoras desta Rede de ensino.

A fim de trabalhar a dimensão histórica, delimitamos o período entre 1985 e 2000. Reconhecido como um período caro aos brasileiros e brasileiras, pois trata-se do momento em que ocorre o movimento da sociedade em prol da redemocratização, da reconstrução das instituições político-democráticas, da reorganização da sociedade

¹ Este, entendido, não apenas como um problema pedagógico, mas principalmente, como uma questão de direito. Pois a incorporação dos códigos relativos à leitura e à escrita representa um meio e instrumento de poder, bem como a privação desse direito, tem como consequência não só as perdas materiais, mas também as simbólicas.

civil, dos movimentos pela descentralização². E é nesse contexto sócio político que o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife, vai se construindo como um componente influenciado e influenciando esse processo histórico.

O período abordado compreende cinco administrações municipais – 1983/1985 – 1986/1988 – 1989/1992 – 1993/1996 e 1997/2000 – no entanto, para efeito de análise do Programa de Educação de Jovens e Adultos na rede municipal, neste trabalho, partimos do último ano da primeira gestão citada (1985), pois neste momento emergem questões que dão referência ao trabalho desenvolvido pelas gestões subseqüentes.

Convém salientarmos que tomamos o ano de 1985, o último ano da gestão 1983/1985, por se tratar do ano em que ocorrem as primeiras eleições para prefeito das capitais brasileiras, após o golpe de 1964. E mais especificamente no encaminhamento das ações destinadas à Educação de Jovens e Adultos, neste mesmo ano, temos a extinção do MOBREAL, programa que durante duas décadas foi o principal responsável pelas atividades relacionadas à Educação de Jovens e Adultos no país.

A seguir expomos um quadro que faz referência às administrações municipais envolvidas neste trabalho de análise:

² Na década de 80 temos o fim do período ditatorial onde na primeira metade desta, ocorre o início do processo da descentralização. Neste momento o poder encontrava-se concentrado no governo federal e os movimentos sociais lutavam pela descentralização do poder executivo para o legislativo, pela reconstrução das bases administrativas no que concerne a desconcentração política do governo federal para os estados e municípios.

Na década de 90 o movimento da descentralização muda suas bases, assumindo um caráter técnico-racional. Onde é enfatizada a eficiência do sistema. Ou seja, a ênfase neste momento é que o Estado não é capaz de assumir todas as responsabilidades, onde é apontada a má condução e ingerência administrativa como causadora do “inchaço” e “desordem” do serviço público. A solução encontrada/proposta é que o Estado deve-se retirar, cedendo espaço para o mercado – que tem como excelência a produtividade, a racionalidade, a eficiência e eficácia administrativa.

Quadro 1 - Prefeitos do município do Recife, respectivos Secretários de Educação, no período de 1985 a 2000

ANO/ GESTÃO	PREFEITO (PARTIDO)	SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO
1983/1985	Joaquim Francisco (PFL)	• 83-Edson Wanderley Neves • 84-Humberto Costa Vasconcelos • 84-Vera Lúcia Berenguer M. Fernandes • 84-Antônio Rafael de Menezes
1986/ 1988	Jarbas Vasconcelos (PSB)	• Edla de Araújo Lira Soares
1989/1990	Joaquim Francisco (PFL)	• 89-Aluísio Souza Sales Júnior
1990/1992	Gilberto Marques Paulo (PFL)	• 89-Júlio Fernando Pessoa Correia • 90- Roberto José Marques Pereira • 91- Admaldo Matos de Assis • 92- José Wanildo Cordeiro Leite
1993/1996	Jarbas Vasconcelos (PMDB)	• 93- Edla de Araújo Lira Soares • 96- José Audízio Costa
1997/2000	Roberto Magalhães (PFL)	• 97- Margarida de Oliveira Cantarelli • 2000 - Silvio Amorim

Educação como dimensão fundamental da Cidadania

Neste trabalho tomamos a educação como necessidade básica da população, independente de idade³, considerando-a enquanto necessidade e direito, e que este deve ser provido pelo poder público. Haja visto que os indivíduos, jovens e adultos, que procuram ou retornam aos bancos escolares, vêm em busca de algo que não lhes foi oportunizado: o acesso à educação em algum outro momento da sua vida, ou que as escolas o "expulsaram" precocemente, privando-os deste direito.

Segundo MARSHALL, para se atingir a condição de cidadão, deve-se integrar os direitos: civis, políticos e sociais. A partir desta perspectiva, os *Direitos Civis* referem-se a liberdade individual, isto é, compreende que todos são iguais perante a lei, correspondem ao direito de ir e vir, de pensamento, de propriedade, defesa e justiça, e têm nos tribunais o espaço institucional de garantia do seu exercício.

³ Segundo a Constituição Federal – 1988 – “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I. ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita, para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Os *Direitos Políticos* significam a possibilidade de acesso e participação no poder político, configurando-se no direito de associação, de votar e ser votado, cujo indicador do processo de expansão crescente é dado pelo sufrágio universal.

Quanto aos *Direitos Sociais*, estes são considerados os mecanismos capazes e necessários, de correção das desigualdades. Eles constituem, na visão deste autor, uma recompensa para os segmentos trucidados pelo mercado, daí porque estes direitos inicialmente serão de forma ampla para os desvalidos, até se integrarem como componentes constitutivos do conteúdo da própria cidadania.

Como elemento social, eles se consubstanciam como o direito de cada indivíduo poder possuir um mínimo de bem-estar econômico e de segurança material, e se elevam até o direito de participar integralmente na herança social, de modo a poder levar a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões prevalecentes na sociedade (MARSHALL, 1967: 63).

Neste sentido, visualiza-se as instituições encarregadas da viabilização desses direitos os serviços sociais e o sistema educacional. Os direitos do trabalho, como os seguros de acidente, seguro-desemprego, aposentadoria, o salário mínimo, os direitos de saúde e previdência e o direito à educação (como capacitação para o mercado e para o exercício dos direitos políticos), em linhas gerais, representam o corpo dos direitos sociais. (AZEVEDO, 1987)

Para se avaliar a existência, de fato, do *status* de cidadão, não se pode perder de vista que os direitos são passíveis de serem exercitados em intrínseca vinculação uns com os outros, sob pena de

ter-se pré-cidadãos, anticidadeania ou ainda conforme O'Donnel⁴: uma “*cidadeania de baixa intensidade*”. Sendo assim, sem os direitos civis não há exercício dos direitos políticos e para a consecução de ambos é imprescindível uma determinada condição mínima de segurança e bem-estar. Acrescenta-se ainda, o fato que o acesso aos direitos sociais requer a vigência dos direitos civis e dos direitos políticos (idem)

Ainda em MARSHALL, a educação aparece como um Direito Social, pressuposto para o exercício adequado dos demais direitos sociais, políticos e civis.

“A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadeania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadeania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. O direito à educação é um direito social de cidadeania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança freqüentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado (...) A educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil”. (1967 : 73)

Apesar de não haver uma definição clara sobre o conceito de Políticas Sociais⁵, no entanto, atribui-se à estas a aplicabilidade e disseminação de um conjunto de atividades e/ou programas governamentais destinados à remediar as falhas do *laissez-faire*⁶. (SANTOS :1997).

⁴ O'Donnel interpreta que, no caso brasileiro, a segunda transição não evolui na direção de uma democracia representativa consolidada, e sim para uma *democracia delegativa*, em que a inefetividade da ordem legal, a incapacidade das burocracias públicas cumprirem com eficiência suas obrigações e a evaporação funcional e territorial da dimensão pública corroem a legitimidade estatal e sustentam uma democracia com *cidadeania de baixa intensidade*.

⁵ Como estaremos realizando uma análise de um programa (EBJA), dentro da política educacional da SE/PCR, não nos aprofundaremos na ampla discussão sobre o conceito de “políticas sociais” neste trabalho.

⁶ *Laissez-faire*: Expressão com que se indica a não interferência do Estado em determinadas atividades econômicas de seus cidadãos.

Em outras palavras, entendemos como, políticas sociais um conjunto de mecanismos do governo voltados para a *redistribuição dos benefícios sociais que visam promover os indivíduos à condição de cidadãos frente às desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento sócio-econômico. Estas ações, em geral são de caráter redistributivo e compensatório e, em muitos casos, assistencial propriamente dito* (HOFLING, 1993). Todavia, ao observarmos a realidade e confrontarmos os aspectos formais e reais dessas políticas, verificaremos o quão pouco elas têm atingido o seu caráter redistributivo.

Considerando, pois, a política educacional no conjunto das Políticas Sociais, entendida como mecanismo de mudança social, e que as mesmas deveriam atuar como instrumento de redistribuição de renda decisivo à promoção de maior equidade e justiça, e não apenas como simples recurso de legitimação política ou mecanismo de intervenção estatal, determinado pela lógica de acumulação capitalista, como um mero instrumento da classe dominante, conforme tem sido analisado por vários autores – a avaliação da política educacional, na primeira perspectiva, deve contemplar a identificação dos critérios de justiça que a direcionam e se ela (a política) afinal foi um sucesso ou fracasso.

Temos a clareza de que a educação por si só, “não elimina a pobreza, nem é capaz, de modificar as condições capazes de criar desenvolvimento econômico, bem-estar social, crescimento pessoal e comunitário sustentáveis. Entretanto, nenhum processo de transformação e desenvolvimento se realizará se seus agentes e beneficiários principais estiverem sem informação, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para fazê-lo seu, e participar em sua orientação.”(SOUZA : 2000)

É necessário salientar, portanto, que ao analisar o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, implementado pela SE/PCR, não percamos de vista que estamos lidando com conceitos básicos – como educação enquanto direito, cidadania, justiça, exclusão – ao mesmo tempo em que transitamos por conceitos mais abrangentes, em que educação é percebida como fator de promoção de competências técnicas e/ou profissionais.

Por conseguinte, a vertente por nós privilegiada, prioriza os aspectos da educação escolar de jovens e adultos como um direito básico da cidadania, traduzida no acesso à alfabetização e ao ensino básico.

É necessário enfatizar que, para fins de análise, o presente trabalho não focalizará sua atenção nas questões metodológicas (pedagógicas)⁷, não que estas deixem de ser merecedoras de interesse ou atenção, mas enfatizamos que o foco maior, neste caso, são as características da fase de implementação da política. Primeiramente estaremos investigando como se deu o processo de formulação institucional da política educacional, e em segundo lugar, será analisada a origem das idéias e implantação, especificamente, do programa de educação de jovens e adultos, da rede municipal de ensino da cidade do Recife, no período citado.

Tratamos, pois de reconstituir as fases da *policy*: constituição da agenda, formulação, implementação e avaliação da política. Com ênfase nas fases de formulação e implementação. A partir disto, buscamos configurar o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, levando em consideração que este trabalho centra sua preocupação em um programa específico, dentro da política educacional

⁷ Muito embora estas questões estejam presentes ao apresentarmos as ações desenvolvidas.

da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife. Isto significa que não estaremos analisando a política educacional implementada como um todo, nos seus diversos cenários, mas sim um programa específico dentro desta política⁸.

É preciso lembrar que existe uma carência de estudos sobre implementação de programas nesta área – Educação de Jovens e Adultos – tendo como consequências a banalização de ações, a não priorização por parte da legislação e o descrédito e/ou desconhecimento por parte da sociedade. Portanto, ressaltamos a importância de trabalhos que tentem reconstituir os projetos e programas dentro das políticas públicas, como meio inclusive, de prestação de contas à sociedade, e de visualização da realidade, objetivando melhores desempenhos.

Para o desenvolvimento deste estudo utilizamos diferentes fontes de indicadores sociais, dados censitários, dados de fontes primárias, análise bibliográfica, documentos e legislação.

Não é nossa intenção realizarmos uma análise meramente indicativa de erros/acertos, fracassos/sucessos, tão pouco indicar culpados, visto que não é este tipo de *eficiência, eficácia e efetividade*, amplamente divulgados na literatura de avaliação de políticas e buscados por muitos dos estudos avaliativos realizados na América Latina e defendidos pelos organismos internacionais financiadores, que nos interessa. Pois baseamo-nos no conceito de eficiência apresentado por FIGUEIREDO&FIGUEIREDO (1986), quando estes afirmam que

⁸Salientamos que reconhecemos o trabalho com educação de jovens e adultos realizado pela Secretaria de Educação Estadual de Pernambuco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas ONG's e Movimentos Populares, no entanto, o objeto deste, focalizará as ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife.

“a passagem da esfera privada para a pública exige um redimensionamento do conceito de eficiência, pois o governo está permanentemente exposto a demandas sociais e pressões políticas, enquanto entidades privadas – filantrópicas ou não – estão em geral desobrigadas de dar respostas a tais demandas e pressões. Nesse sentido, o conceito de eficiência, ao ser transportado como critério de avaliação de políticas, especialmente de políticas sociais, ganha uma nova dimensão: ao lado da noção estritamente econômica de custo-benefício agrega-se a noção de custos e benefícios políticos. Eficiência política definida pela relação entre “custos”, sociais ou políticos, e os benefícios deles derivados”. .⁹ (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO: 1986)

Estaremos, portanto, retomando permanentemente o marco legal vigente – a Constituição brasileira de 1988 – onde encontramos a educação fundamental enquanto direito universal.

Este texto será desenvolvido de forma a contemplar as gestões administrativas municipais compreendidas no período assinalado, ao mesmo tempo em que estaremos observando em linhas gerais como apresenta-se o cenário nacional relativo às políticas educacionais destinadas à Educação de Jovens e Adultos. Assim, no Capítulo I, *O Cenário da Educação de Jovens e Adultos na Política Educacional da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife*, procuramos determinar, em linhas gerais, os objetivos e diretrizes da política, buscando delinear a trajetória das políticas educacionais no município,

Com o objetivo de traçar um perfil das práticas educativas desenvolvidas pelo poder público municipal, com jovens e adultos, ainda no Capítulo I, apresentamos uma breve contextualização, tomando como base o MCP – Movimento de Cultura Popular, no âmbito local, e traçamos um paralelo com outros programas que foram

⁹ Quanto aos conceitos de eficiência e eficácia, ver FIGUEIREDO & FIGUEIREDO - 1986.

propostos no mesmo período, pelo governo federal, para este nível de ensino.

Na análise do período de 1985 a 2000, emergem questões sobre as ações do governo municipal, enquanto ator central nas transformações ocorridas na oferta de Educação de Jovens e Adultos – diante da rápida expansão da municipalização do ensino fundamental ocorrida no estado de Pernambuco.

No Capítulo II, *A Trajetória do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvido pela Secretaria de Educação Municipal da Cidade do Recife*, passamos a configurar as ações implementadas, especificamente pela Secretaria Municipal de Educação, através da apresentação das gestões administrativas. Ademais, procuramos identificar o programa proposto, o atendimento realizado e a política de formação dos profissionais de educação de jovens e adultos.

No Capítulo III, *Condições de Funcionamento do Programa*, procuramos apresentar os dados relativos aos recursos humanos, físicos e financeiros disponibilizados à este nível de ensino, assim como, colocar algumas questões pertinentes à esta discussão – Financiamento da Educação de Jovens e Adultos – no âmbito local e nacional.

No Capítulo IV, *O Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos – Análise da Cobertura e do Desempenho*, procuramos realizar uma análise do desempenho do Programa com relação ao nível de escolarização da população e seu grau de equidade. Enfatizando os aspectos da ação governamental, que ao nosso ver, possam contribuir para o debate sobre os rumos da Educação de Jovens e Adultos oferecido pela Rede Pública de Ensino.

E, finalmente, nas *Considerações Finais*, partimos das questões subjacentes à continuidade/descontinuidade administrativa,

bem como suas implicações/conseqüências, enfatizando, portanto, como o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvido pela SME/PCR, consegue “sobreviver”, apesar de estar situado numa região onde duas grandes forças políticas se alternam no poder.

CAPÍTULO I

O Cenário da Educação de Jovens e Adultos na Política Educacional da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife

Historicamente, a trajetória desenvolvida pela Educação de Jovens e Adultos, podemos dizer, percorre dois caminhos, traçados sobre concepções e práticas distintas. De um lado, num caminho instituinte, emergem um conjunto de ações educativas, permeadas por princípios teóricos que aliam a alfabetização ao movimento da organização popular. E, segundo FISCHER (1992), uma concepção em que o processo educativo é visto como emancipador, na medida em que promove a conscientização política dos setores populares e incentiva a sua organização e autonomia, engajado num projeto de transformação social. Essa compreensão político-pedagógica da educação das classes populares se configura, principalmente, a partir da década de 60 como educação popular.

De um outro lado, num caminho instituído, ocorrem as práticas sistematizadoras de uma educação voltada ao processo de transmissão de um conjunto mínimo de conhecimentos sistematizados. Por este caminho, o processo educativo se propõe a suprir a não-escolarização na “idade considerada própria” e suprimir a pecha nacional da suposta marginalização cultural da população que, em grande parte, aos olhos dos formuladores das políticas, seria um dos fatores responsáveis pelo atraso econômico do país. Esses dois caminhos construídos pelas práticas educativas voltadas à população

jovem e adulta se constituem e instituem historicamente como duas grandes orientações teórico-práticas. Uma que busca, através da politização do fazer pedagógico, a transfiguração da esfera pública pela ampliação da participação popular; outra que se formaliza como política pública voltada para a sistematização didática do fazer pedagógico, direcionado aos setores populares. (FISCHER, 1992 : 70).

Não é pretensão deste estudo analisar o importante papel desempenhado pelas organizações populares na configuração de programas destinados à jovens e adultos¹⁰, no entanto é impossível compreendermos a Educação de Jovens e Adultos no município do Recife, Pernambuco, sem remetermo-nos aos movimentos sociais/culturais, o peso relativo que a arte e a cultura popular tem no currículo dos programas, em especial do projeto *Teimosia*¹¹ – este onde se encontra a gênese do programa municipal destinados à EJA –, no MCP (Movimento de Cultura Popular), na força do pensamento freireano naquele contexto, na história das lutas cotidianas de um povo que, inserido no Nordeste brasileiro, carrega as marcas das desigualdades revestidas de uma aparente “normalidade”.

E dentro desta perspectiva, situamos o **Movimento de Cultura Popular (MCP)** como um dos movimentos mais significativos da história da educação de jovens e adultos.

É inegável a influência que os movimentos sociais tiveram (e têm) na conformação dos programas educacionais destinados a jovens e adultos na cidade do Recife, portanto, tomamos, brevemente, como marco inicial deste processo o Movimento de Cultura Popular (MCP).

¹⁰Sobre isto, ver SILVA, S. M. C. da. *O Coletivo de Projetos Populares de Educação de Jovens e Adultos: A experiência de sua articulação e organização durante a gestão popular do Recife (1985 a 1988)*. João Pessoa/PB, Centro de Educação/UFPB, 1994. (Dissertação de Mestrado).

¹¹ Projeto de Educação Básica de Jovens e Adultos, desenvolvido pela SE/PCR a partir da administração municipal do período 1986-1988.

Movimento idealizado nos anos 50, criado em 1960 e registrado em cartório em 1961.

O cenário político neste momento (1960-1964), com Miguel Arraes prefeito, se caracteriza pelo compromisso com o avanço da organização popular. É nesta administração que se inicia o ensino municipal do Recife.

Em Recife, o MCP – Movimento de Cultura Popular – conseguiu reunir num mesmo organismo, o povo, juventude, intelectuais e artistas em torno de um mesmo ideal: *“conscientizar as massas através de linhas de ação diversificadas: núcleos de cultura popular; meios informais de educação, alfabetização e educação de base; imprensa, teatro, cinema; esportes; artes plásticas e artesanato; dança; canto e música popular; ensino elementar e pesquisa ”*. (Memorial do MCP – 1986)

O MCP tinha uma estrutura formal quase rígida. Além dos serviços administrativos, deliberativos, consultivos e executivos, contava com três departamentos fundamentais: o Departamento de Formação da Cultura, o Departamento de Documentação e Informação e o Departamento de Difusão da Cultura.

O Departamento de Formação de Cultura foi o que desenvolveu a ação educativa mais significativa. Cabendo-lhe: interpretar, impulsionar o desenvolvimento e sistematizar a cultura popular; criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular e formar pessoal habilitado a transmitir a cultura do povo. E numa de suas divisões (que eram 10 no total) encontramos como diretor da Divisão de Pesquisa o educador Paulo Freire.

É nítida a influência que este educador teve (e ainda tem) na conformação dos programas destinados a jovens e adultos, em alguns

países, no Brasil, e em especial, no Nordeste, em Pernambuco e em Recife, particularmente. Não é pretensão deste trabalho apresentar indicadores que confirmam essa influência, tendo em vista que é extensa a bibliografia que trata sobre esse assunto¹², mas pretendemos assinalar no decorrer do texto várias passagens em que isto ocorre.

O Movimento de Cultura Popular pretendeu vir a ser, no Recife, uma universidade popular, no qual o saber seria construído a partir de um intercâmbio dinâmico entre forças complementares: intelectuais, estudantes e povo. Seus objetivos eram fundamentalmente educativos. Pensava-se que, através da educação, toda uma camada social e injustamente alijada do processo de desenvolvimento social e humano, sem acesso ao sistema de informação e crescimento de seus indivíduos, com o sacrifício de seus valores culturais, pudesse forçar a mudança no sistema econômico vigente e conquistar a que tinha direito.

Em menos de três anos de existência o MCP contava com 201 escolas, com 626 turmas; 19.646 alunos, entre crianças, adolescentes e adultos; uma rede de escolas radiofônicas; um centro de artes plásticas e artesanato; 452 professores e 174 monitores – ministrando o ensino correspondente ao Ensino Fundamental, Supletivo, Educação de Base e Educação Artística; uma escola para motoristas – mecânicos; cinco praças de cultura – onde eram levados ao povo: bibliotecas, teatros, cinema, tele-clubes, música, orientação pedagógica, jogos infantis, educação física; o Centro de Cultura “Dona Olegarinha” – onde se desenvolveram as práticas iniciais do “sistema Paulo Freire”; círculos de cultura; galeria de arte e grupo teatral.

¹²Ver mais sobre o assunto em: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular e Cultura Popular – Memória dos Anos 60; O que é o Método Paulo Freire*; IDAC. *Pesquisa Participante*; PAIVA, Vanilda P. *Educação Popular e Educação de Adultos*; Paulo Freire e o *Desenvolvimentismo-Nacionalista*; BARRETO, Júlio. *Educação Popular e Cosnscientização*; dentre outros.

Alguns estudos¹³ tratam mais detalhadamente o Movimento de Cultura Popular, de forma que aqui, o apresentamos brevemente a fim de ajudar-nos a ilustrar e reforçar a proposição a respeito da influência da cultura popular e dos movimentos sociais na conformação dos programas implementados no Recife, neste período, bem como posteriormente, como vamos perceber no transcorrer do texto.

No âmbito nacional algumas iniciativas estavam voltadas para a educação de jovens e adultos, neste período. Desde 1946 está organizado o *Serviço Nacional de Aprendizagem* – SENAC – dirigido pela Confederação Nacional do Comércio; em 1947 é criada a “Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, vinculada ao (DNE) Departamento Nacional de Educação, e tinha por objetivo preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, penetrando, também, na zona rural. A “insuficiência cultural”, que, segundo o entendimento da proposta, prejudicava a produção, seria corrigida pela “difusão da instrução”, fornecendo recursos humanos para o desenvolvimento e industrialização do país. Em 1952 a “*Campanha Nacional de Educação Rural*” foi criada pelo Departamento Nacional de Educação – DNE, e afirmava ter como finalidade contribuir para a melhoria de vida do homem rural, despertando seu “espírito comunitário”, a idéia do “valor humano” e o sentido de responsabilidade. Suas missões eram implantadas no interior e pretendiam elevar os padrões de vida da população, através da organização comunitária. A “*Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo*” – CNEA , foi mais um esforço do Governo Federal, desencantado com os resultados da “Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos” do DNE. Ela perdurou até 1961, quando são

¹³ Mais sobre o Movimento de Cultura Popular em Recife, ver *Memorial do MCP* - Coleção Recife - Vol. XLIX - Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.

extintas todas as campanhas do MEC, diante do Plano Nacional de Educação, agora sob a ótica da Lei de Diretrizes e Bases. A CNEA dirigia-se à educação de crianças e adultos e “pretendia contribuir para o desenvolvimento econômico”.

Numa vertente mais ligada aos movimentos populares, ainda tivemos os *Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes*, a partir de 1961, o *Movimento de Educação de Base (MEB)*, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Campanha “*De Pé no Chão também se aprende a Ler*”, no Rio Grande do Norte, mas que influenciou vários outros movimentos brasileiros e a “*Campanha de Educação Popular da Paraíba*” (CEPLAR), da mesma forma, esta experiência torna-se referência no desenvolvimento de ações, aplicando novas perspectivas de cultura e educação popular.

Com o Golpe Militar em 1964, os movimentos de cultura popular desenvolvidos na primeira metade da década foram reprimidos, seus dirigentes perseguidos, seus ideais censurados.

“Enquanto as ações repressivas se davam, alguns programas de caráter conservador eram consentidos ou mesmo incentivados. É o caso da Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC). Nascida no Recife, o programa ganhou caráter nacional, tentando ocupar os espaços das experiências anteriores. Tal Cruzada, dirigida por evangélicos norte-americanos, além de desconsiderar as experiências anteriores, servia de maneira assistencialista aos interesses do Estado, tornando-se praticamente um programa semi-oficial.

Aos poucos, porém, a partir de 1968, uma série de críticas foi se acumulando: desde a concepção da proposta educativa, ao fato de estar em mãos de estrangeiros, ao seu alto custo e à falta de probidade no emprego dos recursos. A Cruzada foi progressivamente se extinguindo nos vários estados, entre os anos de 1970 e 1971.” (HADDAD : 1994)

Contudo, a existência do analfabetismo continuava a desafiar o orgulho de um país que, na ótica dos detentores do poder, deveria se tornar uma “potência” e palco de “grandes obras”.

A verdade, é que este setor da educação – a escolarização básica de adolescentes e adultos – não poderia ser abandonado por parte de aparelho do Estado, pois tinha nele um dos canais mais importantes de mediação com a sociedade. Além do mais, como dito anteriormente, seriam incompatíveis com a proposta de um grande país que os militares diziam construir, os baixos índices de escolaridade que se apresentavam à comunidade interna e internacional. Havia também que dar respostas a um direito de cidadania cada vez mais identificado como “legítimo”. Finalmente, havia que compatibilizar, como ocorreu com outros setores do ensino, uma proposta de educação de adultos que, adequado ao novo discurso político, daria continuidade aos interesses hegemônicos do modelo sócio-econômico.

A resposta ocorreu com a fundação do **MOBRAL**¹⁴ - Movimento Brasileiro de Alfabetização, em 1967, e, posteriormente, com a implantação do Ensino Supletivo, em 1971, quando da promulgação da Lei Federal 5692, que reformulou as diretrizes de ensino para os antigos 1º e 2º graus – hoje Ensino Fundamental e Médio.

Até 1969, o MOBRAL se dedicou à sua organização, contando com a colaboração dos técnicos do DNE (Departamento Nacional de Educação), objetivando uma ação descentralizada através de

¹⁴ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Fundação MOBRAL) foi criada pela Lei Nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, sua organização foi aprovada através do Decreto Nº 62.484 de 29 de março de 1968 e seu lançamento à sociedade brasileira ocorreu em 8 de setembro de 1970. Em 25 de novembro de 1985 através do Decreto Presidencial Nº 91.980, a Fundação MOBRAL, tem seus objetivos redefinidos e sua denominação alterada para Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação EDUCAR). PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e educação de Adultos: Contribuição à História da Educação Brasileira. São Paulo. Loyola. 1973

convênios com entidades públicas e privadas, oferecendo alfabetização e programas escolares nos campos da saúde, trabalho, recreação, civismo etc. Orientava-se para grupos sociais entre 15 e 30 anos, em municípios com maiores possibilidades de desenvolvimento. Em 1969, o MOBRAL começou a se modificar, lançando-se em uma campanha de massa, desvinculando-se do DNE e das suas propostas de caráter técnico, muitas delas inclusive, baseadas na experiência do período anterior ao golpe.

“O MOBRAL foi implantado com três características básicas. A primeira destas características foi o paralelismo com que se implantou em relação aos demais programas de educação de adultos. Vimos como o MOBRAL, inicialmente proposto como organização vinculada ao Departamento nacional de Educação (DNE), separou-se, criando corpo e política próprios, mais voltados a uma campanha de massa que pudesse atender aos objetivos políticos dos governos militares. Este paralelismo não ocorreu apenas como estrutura institucional. Seus recursos financeiros também independiam de verbas orçamentárias.

A Segunda característica da implantação do MOBRAL foi a organização operacional descentralizada. As bases desta organização eram as Comissões Municipais. Espalhadas por quase todos os municípios brasileiros, estas comissões se encarregavam de executar a campanha nas comunidades, promovendo-a, recrutando analfabetos, providenciando salas de aula, professores e monitores.

Os órgãos centrais do MOBRAL operavam com as comissões municipais através de convênios, fornecendo material didático, orientação técnica e verba para o pagamento de professores. Os cursos, predominantemente coturnos, ocupavam os espaços ociosos da comunidade, como associações, escolas, igrejas etc. Em outubro de 1971, primeiro ano de funcionamento do MOBRAL, já havia 3.385 Comissões Municipais implantadas no Brasil.

A terceira característica se contrapunha à mobilização e à organização operacional descentralizadas; era a centralização do processo educativo, através da Gerência Pedagógica do MOBRAL central, que se encarregava da organização, programação, execução e avaliação do processo educativo. Encarregava-se também do treinamento de pessoal para todas as fases, de acordo com as diretrizes que eram estabelecidas pela Secretaria

Executiva. O planejamento e a produção de material didático foram entregues a empresas privadas que reuniram equipes pedagógicas para este fim e produziram um material de caráter nacional, apesar das diferenças regionais". (HADDAD : 1994)

Entre o MOBRAL central e as Comissões Municipais, encontravam-se, os coordenadores estaduais, que se encarregavam dos convênios municipais, responsabilizando-se pela assistência técnica e "orientação estratégica". Os coordenadores regionais foram instituídos em 1972, para "harmonizar" os programas estaduais na mesma região, com vistas à orientação do MOBRAL central.

"Quanto ao sentido político do MOBRAL, este se expressava como uma "instituição que partiria de uma visão positiva, constitutiva, da sociedade e do homem (...) Quando ouvimos falar dos chavões do comunismo internacional, da sua chamada 'educação libertadora', da sua 'pedagogia dos oprimidos' ocorre-nos que tudo isso começa com a grande contradição de que o ser humano é chamado a figurar dentro de um esquema que tem um objetivo previamente articulado, sobre o qual este homem não influirá de modo algum (...) Ao contrário, no MOBRAL as pessoas discutem com toda liberdade, e sem qualquer dirigismo (...) Nossos livros, nossas cartilhas são construídas com palavras corriqueiras do universo lingüístico brasileiro (...) Palavras que se prestam à discussão dos seus grandes problemas (...) Mas que não contém uma carga de ódio nem são desnecessariamente mórbidas(...) No curso da 'pedagogia dos oprimidos' trata-se de palavras de cunho revolucionário, que incitam ao ódio entre as classes" (PAIVA, 1982: 110)

Como dito anteriormente, o MOBRAL apresentava-se claramente como oposição às idéias produzidas pelos movimentos anteriores a 64, em especial aquelas formuladas pelo Prof. Paulo Freire, o MOBRAL buscava conciliar as classes sociais, negando suas oposições e procurando responsabilizar o indivíduo por sua condição social. Para tanto, desconsiderava-o como sujeito produtor de cultura, identificando-o como pessoa vazia de conhecimento, a ser "socializada" pelos

programas do MOBRAL. Com isto seria possível sua ascensão social. (HADDAD : 1994)

Embora houvesse toda uma negação ao que havia sido desenvolvido pelos programas desenvolvidos anteriormente, o material didático e a técnica pedagógica empregada neste momento, se inspiravam no “método Paulo Freire”¹⁵, sendo que a nova orientação esvaziara toda a ótica problematizadora que neste existia.

Dentro deste espírito entende-se que o material didático do MOBRAL difundia a idéia de responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso, na medida em que ele contribui para que cada um aceite sem revolta o destino que lhe coube na estrutura social. (PAIVA, 1982:114)

Em maio de 1971, em Recife, são nomeados os membros da Comissão Municipal do MOBRAL. Em outubro deste mesmo ano, primeiro ano de funcionamento do Programa, já havia 3.385 Comissões implantadas no Brasil.

O cenário recifense, durante as atividades do MOBRAL, não diferenciou-se de grande parte dos municípios brasileiros. Eram realizados convênios que encarregavam-se de desenvolver as ações determinadas pelo órgão central.

Há que se destacar, no entanto, que em Recife, principalmente no final da década de 70 e no início da década de 80, são

¹⁵ Segundo Cornelis Joannes e Maria Salete van der Poel, 1996 “Apesar de muita gente dizer que usa o “método Paulo Freire” de alfabetização, não existe propriamente método Paulo Freire, pois o que ele apresenta é todo um “sistema de educação”. Tem uma visão do mundo, da sociedade e do homem, um referencial político-pedagógico e uma metodologia.(...) A proposta de Freire é, fundamentalmente, uma alfabetização/ educação que parte dos problemas existenciais do povo, problematiza-os e conscientiza, tendo em vista a libertação e humanização dos “oprimidos” e através deles de toda a humanidade. Propõe como metodologia a pesquisa participante (Freire, 1974; 1983) e, como elemento central desta, o diálogo (Freire, 1974). O método propriamente dito de aprender a ler e escrever é o método analítico-sintético da palavração”.

várias as iniciativas de Educação de Adultos desenvolvidas por diversos tipos de organizações populares.

Até meados da década de 80, o MOBRAL não parou de crescer atingindo todo o território nacional e diversificando sua atuação.

O Brasil neste período (década de 80) passava por um momento de redefinições das normas jurídicas e instituições políticas que ficou conhecido como a “Nova República”, acumulando inúmeras críticas provenientes de setores do próprio Estado e das organizações da sociedade civil, ao longo dos 15 anos de existência, o MOBRAL, atravessou, no início do governo da “Nova República” uma série crise.

A imagem pública do MOBRAL ficara profundamente identificada à ideologia e às práticas do regime autoritário e sua credibilidade fora duplamente erodida pelas denúncias de desvio de funções publicizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada no Congresso em 1975 e divulgação das estatísticas de analfabetismo do Censo de 1980. (PAIVA : 1981; 1982)

Dos 40 milhões de pessoas que, segundo os registros do MOBRAL, se inscreveram nos cursos ao longo dos seus 15 anos de existência, 15 milhões foram certificados, mas técnicos do órgão admitiam que apenas 10% delas se alfabetizaram de fato. (DI PIERRO, 2000)

Portanto, diante das pressões exercidas pela sociedade, através do Decreto 91.980 de 25/11/85 o MOBRAL foi extinto, sendo substituído pela **Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR**. (ver nota 14)

A política no âmbito federal e municipal, em 1985, entra em momento de grande turbulência. São eleitos os primeiros prefeitos das

capitais após o golpe de 64. E Recife, neste momento apresenta-se diferenciado do cenário político nacional, quando sob influência do Plano Cruzado I e sob a bandeira da participação popular na gestão pública, o PMDB foi o partido que saiu vitorioso ao longo do processo eleitoral, instaurado no período de 1985 a 1986.

Na cidade do Recife, as eleições municipais tomaram um caminho diferenciado:

“nas eleições para prefeito de 1985, a conjuntura nacional não explica por completo o quadro político no Recife. As forças que, a nível nacional, formam a Aliança Democrática e dão sustentação ao governo Sarney, em Pernambuco se encontram divididas.

O PMDB se divide a partir da derrota de Jarbas Vasconcelos na convenção do partido. O candidato do PMDB, Sérgio Murilo, recebe o apoio do PFL que desiste de lançar candidato próprio. Tenta-se ensaiar a Aliança Democrática ao nível de Pernambuco. Setores da direita, inconformados com a aliança do PFL com o PMDB, apoiam Augusto Lucena, duas vezes ex-prefeito, candidato do PDS. Jarbas Vasconcelos sai candidato pelo PSB, apoiado por grande parte do PMDB, setores de esquerda e lideranças populares. Com o apoio de Pelópidas da Silveira e Arraes, Jarbas resgata a tradicional ‘Frente Popular do Recife’ como base política da sua candidatura...”¹⁶

Esta administração municipal, primeira a partir de eleições diretas, pós-64, foi realizada por um período diferenciado, nas capitais brasileiras, de três anos, para que as próximas coincidissem com as eleições municipais das cidades do interior, que já se realizavam neste período.

A Política Educacional proposta pela administração municipal do período de **1986 a 1988**¹⁷ apresentava dois eixos

¹⁶ ETAPAS. O Movimento de Bairro e a Prefeitura de Jarbas (1985- 1988) In: O Movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a Prefeitura entre 1955 e 1989. Recife, 1989.

¹⁷ Eleito prefeito da cidade do Recife: Jarbas Vasconcelos, assumindo a Secretaria da Educação municipal a profª Edla de Araújo Lira Soares.

fundamentais: o primeiro referia-se à conquista das primeiras eleições diretas pós-64 para as capitais brasileiras, as quais significaram o alcance da autonomia política, e o segundo aspecto dizia respeito ao *“compromisso do prefeito Jarbas Vasconcelos com as camadas populares; compromisso estabelecido a partir das demandas dos setores organizados da população e dos setores não organizados, estes através do programa ‘Prefeitura nos Bairros’”*.¹⁸

A Administração Jarbas Vasconcelos previa que *“o processo educativo a ser vivido no ensino municipal deve ser o lugar de reflexão criativa, onde se repense a vida social, suas dificuldades e as condições de superá-las”*. A Escola Municipal se propunha, assim, garantir as condições para o desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora.

Uma das diretrizes apontadas pela administração era a de resgatar a credibilidade da escola pública, e para isto buscou o apoio dos movimentos populares, escolas comunitárias, universidades e educadores municipais.

Neste mesmo período, nacionalmente, havia uma grande movimentação em torno da elaboração da Nova Constituição e do processo de descentralização. Um desses movimentos, significativos, não só para o município de Recife, mas para o conjunto de municípios brasileiros foi a articulação dos secretários municipais de educação em torno da criação da UNDIME (União de Dirigentes Municipais de Educação). Para Pernambuco, particularmente, este é fórum bastante representativo, tendo em vista o alto índice de municipalização do sistema do ensino fundamental.

“A UNDIME foi constituída formalmente em outubro de 1986, em Brasília, por ocasião do I Fórum Nacional de Dirigentes Municipais, do qual participaram

¹⁸ Cf. Prefeitura da Cidade do Recife – Secretaria de Educação e Cultura. Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino do Recife, 1987, p.39.

representantes de mais de mil municípios de vinte Unidades da Federação. A idéia de criação de um organismo nacional de representação começou a ser gestada na Região Metropolitana do Recife no ano anterior e foi formalizada em um Encontro do Coletivo de Dirigentes Metropolitanos de Educação promovido em Recife em março de 1986, do qual participaram também uma centena de secretários de educação provenientes de 22 estados brasileiros. A partir de então, constituíram-se várias associações estaduais de dirigentes municipais de educação, que convergiram para o Fórum Nacional de 1986, quando a entidade foi fundada.

A motivação dos dirigentes municipais do ensino para criar um interlocutor coletivo junto à Assembléia Nacional Constituinte e as instâncias supranacionais de governo era tornar irreversível o processo de descentralização do sistema educacional e lutar por uma distribuição federativa mais eqüitativa do financiamento público. Sendo o Nordeste e Pernambuco, respectivamente, a região e Estado com maiores índices de municipalização do sistema de ensino fundamental, é compreensível que o movimento dos dirigentes tenha nascido aí. Alguns analistas incorporam à explicação do surgimento da UNDIME um argumento polêmico, porém plausível: afirma-se que o nascimento da entidade teria sido estimulado pelo Ministério da Educação - à época comandado pelo político do PFL pernambucano Marco Maciel -, com o intuito de estabelecer um canal direto de relacionamento com os municípios, sem a mediação dos governadores eleitos em 1984, cuja maioria esmagadora pertencia ao PMDB.

Embora seja uma organização suprapartidária e congregue um conjunto politicamente heterogêneo de autoridades municipais, o perfil dominante dos dirigentes eleitos e da atuação da UNDIME tem sido combativo e progressista¹⁹. Desde sua fundação em 1986 até fins de 1999, a UNDIME realizou sete Fóruns Nacionais (que elegeram suas diretorias com mandatos bienais), fortaleceu a articulação dos dirigentes municipais nos estados e em âmbito nacional, influenciou a formulação da Constituição, da LDB, da

¹⁹ Ocuparam a presidência e secretaria geral da UNDIME os seguintes dirigentes municipais de ensino, todos eles partícipes de governos do espectro político de centro-esquerda: Edla de Araújo Lira Soares (Recife, PE), Enildo Galvão Carneiro Pessoa (Campinas, SP), Waldir Benê (Volta Redonda, RJ), José Eustáquio Romão (Juiz de Fora, MG), Maria Myrtes Cordeiro (Cabo, PE), Maria Lisboa de Oliveira (Belo Horizonte, MG), Olindina Olívia Corrêa Monteiro (GO), Maria Helena Guimarães de Castro (Campinas, SP), Adeum Hilário Castro (Ilhéus, BA), Lia Faria (Niterói, RJ) e Neroaldo Pontes de Azevedo (João Pessoa, PB).

Emenda Constitucional 14 e demais leis afetas ao campo do ensino, bem como participou de todos os fóruns e comissões para o estabelecimento de planos nacionais e políticas setoriais de ensino, dentre as quais aquelas de educação de jovens e adultos”.(DI PIERRO : 2000)

Em Março de 1988 o MEC constitui uma Comissão Paritária para formular as **“Diretrizes Para uma Política Nacional de Educação Básica de Jovens e Adultos”**, publicada em setembro deste mesmo ano.

Em outubro de 1988 temos promulgada a nova Constituição, a qual incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A redação original do Artigo 208 diz que *“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”*, sendo modificado o texto com a Emenda Constitucional n. 14/96²⁰, para *“I. ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”*, o que nos leva a indagar se a mudança do texto não deixa brecha para que a obrigatoriedade, antes assegurada no original, deixe de ser assumida perante o poder público. Levantaremos outras questões referentes à Emenda 14 no Capítulo III.

²⁰A Emenda 14 alterou a redação do Art.50 das Disposições Constitucionais Transitórias, substituindo o compromisso decenal com a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental por um mecanismo de operacionalização do regime de cooperação entre as esferas de governo: os Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) DI PIERRO, M. C. e HADDAD, S. “Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem de Jovens e Adultos no Brasil: Contribuições para uma avaliação da década da Educação para todos” (Texto publicado no Site www.acaoeducativa.org -2000) /Mais sobre a Emenda 14 nota nº 25.

Foi indiscutível a importância da participação da Secretária de Educação do município de Recife desta gestão administrativa, neste processo de discussão e formulação das diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos, não só na esfera municipal, bem como nacionalmente.

Ainda em 1988 são realizadas novas eleições municipais. E o partido que se encontrava como oposição à administração da Frente Popular do Recife, o PFL, elege Joaquim Francisco como prefeito, para a administração **1989-1992**²¹.

Foram levantadas algumas hipóteses a respeito da falta de um eixo norteador na orientação político-pedagógica para este segmento, que inegavelmente, influenciaram também os outros níveis de ensino, e uma que acreditamos plausível foi a alternância de secretários de educação municipais, num total de cinco²², nos quatro anos de administração.

Em linhas gerais, a Política Educacional proposta por esta administração, dizia *“priorizar o atendimento às camadas populares, os mais explorados da sociedade”*.

À princípio, não foi apresentada uma nova proposta político-pedagógica a ser implementada pela SE/PCR. Em tese, a equipe se dizia comprometida com a continuidade das ações ora em desenvolvimento. Em alguns poucos registros que encontramos, a

²¹ Com relação a este período procedeu-se o estudo de alguns textos da Secretaria divulgados na época, visto que a documentação oficial foi insuficiente para recompor tanto a origem, quanto os marcos teóricos que presidiram a formulação e implementação da proposta Político-Pedagógica a ser desenvolvida.

²² Janeiro a Maio de 1989 - Prof. Aluísio de Souza Sales Júnior; Maio de 1989 a Janeiro de 1990 - Júlio Fernando Pessoa Correia; Janeiro de 1990 a Julho de 1991 - Roberto José Marques Pereira; Julho de 1991 a Fevereiro de 1992 - Admaldo Matos de Assis; e Fevereiro de 1992 até o fim do mandato (Dezembro 92) - José Wanildo Cordeiro Leite.

Secretaria apresentava como meta: “ampliar o acesso e universalizar o ensino fundamental”.

No âmbito federal, ao final de 1988 o presidente da República (José Sarney), instituiu a *Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização (CNAIA)*, previsto para 1990, sendo esta Comissão presidida inicialmente pelo educador Paulo Freire.

Com a mudança de governo no âmbito federal, em 15 de março de 1990, assume o presidente Fernando Collor de Mello, no qual, logo no início do mandato, extingue a Fundação Educar e anuncia o *Programa Nacional de Alfabetização (PNAC)*. O Programa previa a construção participativa do Plano de Ação Para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, que havia sido indicado na Conferência Mundial sobre Educação Para Todos.²³

Na política municipal não foi possível detectar o que determinava as ações, diante do previsto pelo governo federal.

Ainda em 1990, assume o governo estadual de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, opositor ferrenho ao prefeito em exercício, e no âmbito municipal ocorre a alternância do cargo executivo municipal - 1989/1990 Joaquim Francisco e 1990/1992, Gilberto Marques Paulo. Ainda nesta esfera de governo, tivemos cinco pessoas se alternando na pasta da educação. Esta situação, invariavelmente implica instabilidade

²³ “A Conferência Mundial sobre Educação Para Todos’ aconteceu em Jomtien, Tailândia em 09/03/90, nesta foi firmada a ‘Declaração Mundial sobre Educação Para Todos’. A Conferência produziu uma inédita coalizão entre os organismos da ONU (UNESCO, Unicef) e agências multilaterais de desenvolvimento (PNUD, BID e BIRD). O Brasil compareceu com uma dupla delegação e teve participação pouco expressiva. Como uma das nações mais populosas e com maior número de analfabetos do globo, foi indicado para compor o grupo de países priorizados pela ajuda internacional - grupo este que passou a reunir-se sob a denominação de ‘Cúpula dos Nove’ (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria, e Paquistão).” HADDAD, S. DI PIERRO, M. C. : Diretrizes de Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Consolidação de Documentos - 1985 - 1994. São Paulo. 1994

e conseqüentemente, uma ausência de planejamento e proposições, que se faz sentir na própria escassez de material sistematizado referente ao período, e mais especificamente no setor educacional.

É possível considerar que foi um período de grande movimentação no campo político - federal, estadual e municipal. É neste período que ocorre o início do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (setembro de 1992), ocorrendo a renúncia à presidência em dezembro do mesmo ano e, assumindo o cargo, o seu vice: Itamar Franco.

Em 1992, a partir da Lei Municipal N. 15.619 – 30/10/92, que modifica a estrutura organizacional da SEC/PCR, acontece a definitiva integração da Educação Básica de Jovens e Adultos à Diretoria Geral de Ensino da Secretaria de Educação Municipal, conferindo-lhe um Departamento, como as demais modalidades de ensino, (organograma da SME/PCR, vide Anexo 4) o que confere certa autonomia dos programas federais, ainda que não financeiramente.

Ainda em 1992 entramos numa nova disputa eleitoral municipal, e temos de volta à prefeitura Jarbas Vasconcelos, este por sua vez, acompanhado por praticamente da mesma equipe na secretaria de educação da gestão de 1986.

Com a posse do prefeito Jarbas Vasconcelos, em **1993** e a reelaboração das Políticas Públicas da Prefeitura, a questão educacional vem sofrer algumas reformulações. O eixo da proposta amplia-se para construção da cidadania – o fator ordenador da Política Educacional propondo a expansão qualificada de ensino tomando como diretrizes: *a universalização do acesso; a garantia da permanência e melhoria dos índices de aprendizagem do aluno; a valorização do educador e a democratização da gestão.*

Detalhadamente a proposta previa que a “*Democratização do Acesso*” se daria através do atendimento à demanda efetiva e da mobilização da demanda potencial, tendo em vista a importância do processo de escolarização na ampliação do horizonte cultural da cidade e, mais concretamente, pelas possibilidades que este processo viria a representar no processo de inserção crítica da população no meio social.

Com relação à “*Garantia da Permanência*”, se daria através de geração de oportunidades de experiências de aprendizagem que desafiassem o potencial criativo dos alunos, incorporando avanços científicos e tecnológicos e desencadeassem a paixão pela descoberta, estabelecendo a mediação necessária com o mundo cultural daqueles que procuram a escola municipal; de programas de valorização do educador e de mecanismos como: ampliação da jornada escolar; prolongamento do ano letivo; melhoria do parque escolar; desenvolvimento de programas suplementares de merenda escolar e de distribuição de material didático.

A “*Valorização do Educador*” seria promovida através de melhores condições de trabalho asseguradas por: participação nas decisões; melhor remuneração; desenvolvimento de atividades coletivas e interdisciplinares; programa de formação continuada, que envolveria duas modalidades básicas: a) formação ao longo do ano letivo, incorporada ao calendário escolar e mantida a permanência do professor na sala de aula; b) formação intensiva por meio de cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu*, com afastamento provisório do professor das atividades docentes.

E, finalmente, a “*Democratização da Gestão*”, se daria através da participação dos diversos segmentos da sociedade na formulação e implementação das políticas e no controle da qualidade dos resultados educacionais.

Essas perspectivas pressupunham, para sua efetivação, o surgimento de instâncias colegiadas impulsionadoras de novas relações de poder, possibilitando a inserção de novos atores e a formulação de concepções indispensáveis à descentralização e à autonomia da escola: Conselhos Escolares, Conferência Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação. A expectativa era que, da participação dos diversos segmentos sociais na formulação das políticas públicas e no controle dos resultados educacionais – processo instalado na Rede, do qual a COMUDE²⁴ era a instância-chave – se construiria uma educação de qualidade para a Cidade do Recife.

Este projeto foi delineado a partir de questionamentos feitos à própria rede, como por exemplo: *“como é a situação de cada escola da rede? Em que medida a realidade da sua escola está presente nos dados globais? Além das taxas e números, há outros indicadores ou situações que você acha importante?”*

Nesse sentido, foi pensada a elaboração de um perfil da escola, que buscava entender e explicar a situação em que a educação municipal se encontrava. Para a partir daí ser construído coletivamente e executado um projeto pedagógico que levasse à superação dos problemas apontados.

Esse perfil por escola foi ampliado para perfil por RPA (Região Político Administrativa) e finalmente se chegou a um perfil que se caracterizou como um retrato da rede municipal e que subsidiou todo o trabalho do Projeto Pedagógico das unidades educacionais em consonância com o Projeto Político-Educacional da Rede.

²⁴ A 1ª Conferência Municipal de Educação – COMUDE – teve como tema: “Política Municipal e Qualidade do Ensino”, foi promovida pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife em conjunto com a Câmara Municipal, o Conselho Municipal de Educação, a UFPE, SIMPERE, CEE, CCLF, AEEC, FEMEB e FEACA, com apoio do UNICEF, no período de 29 de outubro a 1º de novembro de 1993, em Recife.

Nesta perspectiva, através das instâncias de democratização da gestão, como a COMUDE (Conferência Municipal de Educação), os Conselhos Escolares, o Fórum por RPA, e de cursos intensivos, acompanhamento, socialização de experiências é “tecida” uma nova Proposta Político-Pedagógica. Nela se encontrava definida a linha de ação recomendada a partir da análise feita por todos os segmentos da rede. Esta partia da definição de objetivos de ensino-aprendizagem,

“uma vez que a função social da escola se cumpre na medida da garantia do acesso aos bens culturais, garantia esta que obrigatoriamente deve efetivar-se mediante a reinvenção democrática, através da criação e utilização de canais institucionais por parte de todos os segmentos e que estes interfiram ativamente no processo de construção e socialização do conhecimento produzido”. E finalmente as implicações pedagógicas inerentes ao desenvolvimento de uma proposta que tinha como uma das aspirações básicas “a perspectiva de instaurar uma escola propositiva, geradora de capacidade de resolver problemas, tomar decisões, conviver com a diversidade e apropriar-se do que é necessário à crítica do instituído”.
(Tecendo a Proposta Pedagógica - SEC/PCR :1996)

Neste mesmo ano (1996), último da administração, a secretária de educação em exercício desde o início do mandato, rompe politicamente com o prefeito e pede exoneração. Assumindo a pasta o secretário adjunto, até o final da gestão.

Uma análise dos dados populacionais e de oferta de vagas nas escolas públicas do Recife, neste período, evidencia que, embora a universalização do acesso ao Ensino Fundamental ainda estava por ser equacionado no Município, era possível afirmar que os índices de cobertura tinham evoluído de forma bastante satisfatória (ver quadro 7 de evolução das matrículas - Capítulo IV).

Em 17 de Dezembro de 1996, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada pelo Congresso Nacional, sendo esta promulgada em 20 de dezembro e publicada no Diário Oficial da

União de 23 de dezembro de 1996, sob o N.º 9394/96. No dia seguinte (24 de Dezembro de 1996), a Emenda Constitucional N.º 14²⁵ foi objeto de regulamentação através da Lei 9.424

A Educação de Jovens e Adultos ocupa a Seção V desta Lei, inicia-se no Art. 37 indicando que *“A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”*.

Com a LDB/96 abre-se um novo debate nas Políticas Públicas destinadas à Educação. E mais especificamente com relação à Educação de Jovens e Adultos, que nos interessa neste trabalho, foram amplas as discussões, e que ainda hoje perduram.

Uma das principais questões diz respeito à estreiteza conceitual, persistindo a concepção compensatória que atribui à educação de pessoas jovens e adultas a função de reposição de escolaridade não realizada na infância e adolescência. (DI PIERRO : 2000 p. 114)

Outro aspecto a ser analisado é que o processo de descentralização incentivado através da Constituição de 1988 e ratificado na LDB/96, pode ser percebido em Pernambuco, mediante a municipalização do ensino fundamental em grande escala.

²⁵A Emenda Constitucional N.º. 14 modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal. Esta institui, em cada Estado e no Distrito Federal, o “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério” determinando sua implantação automática a partir de primeiro de janeiro de 1998 e estabelecendo que ele será composto por 15% dos recursos provenientes da parcela estadual e municipal do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação), do FPE (Fundo de Participação dos Estados), do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e da parcela estadual do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). SAVIANI, D. *“Da Nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional”*. 1998: p.40-43.

O Estado de Pernambuco, inclusive, apresenta dados que se destacam no conjunto dos estados nordestinos, e também na esfera nacional²⁶, no que se refere à municipalização do ensino fundamental.

No final de 1996 entramos em mais um período eleitoral municipal, e o último a ser analisado pelo presente trabalho. Nesta eleição temos Roberto Magalhães – PFL, eleito para assumir o cargo de prefeito da cidade do Recife.

Como podemos observar, é interessante, e caso de um estudo mais aprofundado, que é a sucessão de duas grandes forças políticas, mais conservadoras e mais progressistas se alternando no poder municipal do Recife, que terminam por influenciar a configuração do programa a cada gestão.

A Diretoria Geral de Ensino (DGE), para definir as diretrizes e metas a serem perseguidas pelos diversos níveis de ensino da rede municipal do Recife, neste período (**1997-2000**), tomou como ponto de partida os diagnósticos, as análises do quadro educacional do município e os debates relativos à educação formal no que concerne, especialmente, ao direito social básico de acesso e permanência bem sucedida do aluno na escola.

E, para responder às demandas sociais do sistema educativo da cidade, foram estabelecidas as diretrizes²⁷: *Desenvolvimento do processo educativo; Implementação da Proposta Pedagógica da Rede Municipal; Avaliação da Proposta Pedagógica da Rede, tendo como referência a legislação educacional vigente e os Parâmetros Curriculares Nacionais; Redefinição da sistemática de avaliação da aprendizagem, privilegiando a dimensão qualitativa,*

²⁶ Ver Anexo 1, referente ao atendimento no Brasil, Regiões e Unidades Federadas.

²⁷ “Proposta de Trabalho - Diretoria Geral de Ensino - 1997-2000 / PCR”

contemplando o desempenho do aluno de forma contínua e cumulativa; Fortalecimento de uma prática avaliativa diagnóstica do desempenho do aluno como forma de acompanhamento de suas potencialidades e dificuldades; Eliminação do turno intermediário nas escolas com três turnos, sem prejuízo da oferta de vagas; Provisão de material de apoio pedagógico para alunos e professores; Apoio às bibliotecas escolares; Implantação progressiva da prática de educação física e do ensino de artes nas turmas de Educação Básica de Jovens e Adultos, extensiva aos portadores de necessidades especiais; Estímulo à inclusão, no currículo escolar, de temas transversais; Implementação do uso da informática (PROINFO); Implementação do Projeto Telemática; Assessoramento pedagógico às escolas para uso da tecnologia, da telemática e de software educacional; implantação de Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), dotando-os de equipamentos de informática; Estímulo ao desenvolvimento de experiências curriculares como forma de enriquecimento da prática pedagógica.

Para formular as diretrizes e metas da Secretaria de Educação do Recife, no âmbito desta Diretoria, e que ao mesmo tempo contribuiria para a discussão da elaboração do Plano Nacional de Educação - 1998 - 2007, a equipe da Diretoria Geral de Ensino utilizou como pauta o roteiro que serviu de base para elaboração do Plano Nacional de Educação.

A partir destas diretrizes, a DGE “encaminhou estudos que tinham como objetivo possibilitar a formulação das referências comuns voltadas para a dinâmica escolar e para o trabalho pedagógico, tendo em vista a construção de novos patamares de qualidade do ensino” (idem nota 27).

Na esfera federal, neste período, estamos no mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e reeleito para

1999 - 2002), o qual a partir de 1995 implementa um conjunto de medidas legislativas, normativas e de controle cuja amplitude e impacto permitem caracterizá-las como uma reforma educacional²⁸ (DI PIERRO, 2000).

Com relação à educação de jovens e adultos, esta esfera de governo – federal – não apresenta nada de novo, ou seja, a não prioridade deste campo permanece inalterada. Foi assumida a determinação constitucional de priorização da escolarização obrigatória e, na ausência de um programa federal, estados, municípios e organizações da sociedade civil passaram oferecer programas próprios, como já vinha ocorrendo desde 1988, com a extinção da Fundação Educar.

Em setembro de 1996 é lançado publicamente o programa **“Alfabetização Solidária”**, tendo sua implantação ocorrido a partir do primeiro semestre de 1997. Programa este, que ao nosso ver, caracteriza-se por uma reedição das campanhas de alfabetização, anteriormente desenvolvidas no Brasil. Trata-se de um programa focalizado, com relação à idade dos beneficiários e regionalização (inicialmente dirigido aos municípios das Regiões Norte e Nordeste do país). Apesar de algumas instituições universitárias do Recife estarem envolvidas com este programa, não entraremos neste debate, por não se tratar de um programa que está tendo apoio da SME/PCR. E, principalmente por se tratar de uma campanha nesses moldes, nos colocamos indiscutivelmente contrários, defendendo que, conhecendo os

²⁸ “O governo federal assumiu a iniciativa de mudanças legislativas em todos os níveis de ensino (fundamental, médio, profissionalizante e superior), elaborou novos parâmetros curriculares nacionais para a educação infantil, ensino fundamental, educação escolar indígena e fez aprovar no Conselho Nacional de Educação novas diretrizes curriculares para o ensino médio e a formação de professores, instituiu sistemas nacionais de avaliação do ensino básico e de livros didáticos, criou provas nacionais de avaliação de estudantes do ensino médio e de algumas carreiras do ensino superior, modificou a sistemática de financiamento e tornou mais rigoroso o sistema de avaliação da pós-graduação. (DI PIERRO, M. C., 2000 : p. 117)

números de jovens e adultos analfabetos, ou com precária escolarização, é impossível concebemos, no Brasil um programa emergencial, focalizado e com tamanha estreiteza conceitual quanto este.²⁹

Um marco para as ações na educação de jovens e adultos, no âmbito mundial, ocorre em julho de 1997, com a V CONFINTEA³⁰ (Conferência Internacional sobre Educação de Adultos), realizada em Hamburgo, Alemanha, que resulta na “Declaração de Hamburgo” e na “Agenda Para o Futuro da Educação de Adultos”. Nestes documentos concentram-se os compromissos estabelecidos, as recomendações e as declarações acordadas pelos participantes do evento, inclusive o Brasil.³¹

Ainda em 1997, o MEC edita a Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos³² e a distribui para todas as secretarias estaduais e municipais de educação. Desde 1996 Recife já tem a sua proposta, inclusive servindo de objeto de pesquisa/análise na elaboração da proposta nacional³³.

Dentro das ações da reforma educativa promovida pelo governo federal, está a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais, e a Educação de Jovens e Adultos também é “contemplada” com este feito. Em maio de 2000 temos aprovado o *Parecer 11/2000*, do Conselheiro Jamil Cury, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e a respectiva Resolução CNE/CEB N.1/2000, sendo homologada pelo Ministro de Educação, Paulo Renato Souza, em

²⁹ Ver mais sobre o programa “Alfabetização Solidária” em DI PIERRO, M. C. 2000

³⁰ A I CONFINTEA foi realizada em 1949 em Elsinore (Dinamarca); a II, em 1960, em Montreal (Canadá); a III, em 1972, em Tóquio (Japão) e a IV, em 1985, em Paris (França).

³¹ “Conferência Regional Preparatória”, Brasília, 1997. (Anais...) - Brasília: MEC/SEF, 1998.

³² Proposta elaborada pela ONG Ação Educativa – Assessoria e Pesquisa – São Paulo. 1997.

³³ “Tecendo a Proposta Pedagógica” SEC/PCR-1996.

julho de 2000. Estes documentos, junto à “Declaração de Hamburgo” e a “Agenda para o Futuro da Educação de Adultos”, formam um conjunto de documentos que irão orientar por alguns anos os debates, as pesquisas e as práticas no campo da Educação de Jovens e Adultos. E relativo às questões gerais e agora com força de Lei, diferente do anterior, temos o Plano Nacional de Educação.³⁴

Passaremos agora a apresentar, como se deu a implementação do Programa de Educação de Jovens e Adultos no âmbito municipal da cidade do Recife, no período de 1985 a 2000.

³⁴ O novo PNE estabelece uma ordem clara de prioridades educacionais. A primeira consiste na garantia de oferta de ensino fundamental obrigatório de oito séries, para propiciar o ingresso e a permanência na escola de todas as crianças de 7 a 14 anos; a Segunda prioridade refere-se ao resgate da dívida social acumulada, garantindo a educação fundamental a todos aqueles que não tiveram acesso a ela na idade adequada ou que não lograram concluí-la. Essa meta incorpora, de forma ampliada, a determinação constitucional de erradicação do analfabetismo; e a terceira prioridade é a ampliação do acesso aos níveis educacionais anteriores e posteriores ao ensino fundamental, representados pela educação infantil, o ensino médio e à educação superior. EFA 2000 Educação Para Todos: avaliação do ano 2000, informe nacional, Brasil/INEP. 2000.

CAPÍTULO II

A Trajetória do Programa de Educação de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvido pela Secretaria de Educação Municipal da Cidade do Recife

2.1. INTRODUÇÃO

Transcorridos os anos de governo autoritário, as eleições de 1985 significaram o recomeço o processo de construção da cidadania, nas mãos da sociedade civil.

E neste movimento temos a educação, configurada enquanto elemento constitutivo da edificação e exercício da cidadania, passando a fazer parte da agenda governamental. Reconhecendo, no entanto, que a formulação e implementação de uma política educacional com vistas à uma maior equidade, surge a partir do momento em que ocorrem mudanças e necessidades econômicas, ao mesmo tempo em que as pressões e presença freqüente de populares exigem respostas do governo.

É nesse cenário que se configura o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos na Cidade do Recife, a medida em que as administrações municipais, analisadas pelo presente trabalho, formulam e implementam suas propostas político-educacionais em resposta à necessidade de escolarização básica à população jovem e adulta recifense.

2.2. AS GESTÕES³⁵

2.2.1. Gestão Joaquim Francisco / 1983-1985

Como apontado anteriormente, esta gestão não se configura dentro a proposta de análise das administrações neste trabalho, sendo apresentada portanto, a fim de delimitação do marco histórico, o ano de 1985, por ocorrerem as primeiras eleições municipais após o golpe militar de 1964.

Neste mesmo ano (1985) temos a extinção do MOBRL, e sua substituição pela Fundação Educar, órgão este que ficaria responsável pelo apoio técnico e financeiro das ações destinadas à Educação Básica de Jovens e Adultos, mediante convênios firmados com os estados, municípios e organizações da sociedade civil.

De forma que a contextualização deste período encontra-se apresentada no Capítulo I.

2.2.2. Gestão Jarbas Vasconcelos / 1986-1988

Quando o candidato eleito pela Frente Popular do Recife assumiu a administração municipal, a mudança MOBRL/EDUCAR já havia ocorrido. Diante disso, a “Gestão Popular do Recife” estruturou a Comissão Municipal para Educação de Jovens e Adultos em substituição à Coordenação Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização: COMUM-Recife.

Tendo em vista as modalidades de ações diretas e indiretas da EDUCAR, a Comissão Municipal solicitou à Coordenação Estadual sua inclusão na programação de ações indiretas daquela instituição; ou

³⁵ Quadro completo com os prefeitos e respectivos secretários de educação das administrações analisadas, ver pág.3 deste trabalho.

seja, o município implementaria sua própria política de Educação de Jovens e Adultos, com apoio técnico, material e financeiro da EDUCAR. A Comissão Municipal, seguindo exemplo da EDUCAR, adotaria também dois eixos de atuação: as ações diretas e as ações indiretas.³⁶

Diante da situação apresentada pelo governo federal, como foi indicado no Capítulo I, para implementação das ações diretas, a Comissão Municipal para Educação de Jovens e Adultos estruturou e desenvolveu dois programas, sob sua responsabilidade pedagógica direta: o Programa de Educação Básica com os professores da Rede Municipal de Ensino e o Programa de Alfabetização de Adultos com estagiários da UFPE.

Neste momento observamos claramente que buscava-se redimensionar a concepção e a prática da educação como um todo e em particular a Educação de Jovens e Adultos, no município. Era clara a tentativa de resgate de muitos dos objetivos e ações propostas pelo Movimento de Cultura Popular (década de 60) e a experiência das escolas comunitárias – Programas Populares de Educação de Adultos no município do Recife.³⁷

³⁶ Nas Diretrizes Político-Pedagógicas da Fundação EDUCAR, cabia às coordenações estaduais, a implementação das duas formas de atuação da EDUCAR: as ações diretas e as ações indiretas: *“As ações diretas planejadas e executadas sob a responsabilidade da Fundação. As ações indiretas executadas por órgãos governamentais ou da sociedade civil, em nível estadual e municipal, com apoio de recursos da EDUCAR. As referidas coordenações, além de reproduzirem localmente a estrutura federal da EDUCAR, eram responsáveis pelo recebimento de projetos, provenientes de entidades governamentais ou não governamentais, solicitando apoio financeiro, técnico ou material da EDUCAR para o desenvolvimento de suas atividades na área da Educação de Adultos”*.

³⁷ SILVA, S. M. C. da. *O Coletivo de Projetos Populares de Educação de Jovens e Adultos: A experiência de sua articulação e organização durante a gestão popular do Recife (1985 a 1988)*. João Pessoa/PB, Centro de Educação/UFPB, 1994. (Dissertação de Mestrado).

Para tanto, existia a necessidade de formar o quadro de professores e equipe, que a esta altura encontrava-se “órfão” do extinto MOBRAL.

Como não havia acordo com relação a contratação destes educadores pela Rede (até porque a formação e forma de ingresso dos mesmos nos programas anteriores não condizia com a concepção da administração em questão), levando-se em conta que havia sido definido como critério para ingresso no magistério da municipalidade o concurso público, e havia uma demanda urgente de ações, originou-se um convênio entre a Prefeitura, Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Educação e a Fundação EDUCAR.

O Programa foi lançado publicamente no dia 01/10/86. Previa-se que seriam alfabetizados cerca de 2125 a 2550 alunos. Foi definido, a princípio, um prazo de onze meses de execução do programa, com prorrogação de mais quatro meses. As aulas seriam ministradas no período da noite (duas horas e meia), cinco dias por semana, além de um dia para capacitação do grupo.

A idéia era construir um programa de alfabetização de adultos que congregasse os ideais das experiências desenvolvidas pelos movimentos populares, mas também embasando cientificamente estas atividades, com apoio das universidades.

O “Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos”³⁸ envolveu 90 alunos do curso de Pedagogia e das Licenciaturas Diversas, que foram escolhidos mediante seleção, a fim de traçar o perfil do grupo

³⁸ Vale salientar o nome do projeto, e dos programas implementados no Recife, considerando que desde essa época, a ação, modalidade, não se chamava de ensino supletivo, como geralmente são denominados os programas destinados a esta modalidade.

que iria desenvolver o trabalho, enquanto monitores-alfabetizadores (estagiários).

Este projeto tinha, basicamente os seguintes objetivos: o resgate do saber que o estudante adquire na universidade, o confronto entre aquele e o saber popular – inicialmente nas capacitações ministradas pelos sujeitos do Movimento Popular, durante a prática pedagógica realizada pelo estudante nas comunidades -, a criação das condições de superação desses saberes e, finalmente, a produção de um novo conhecimento qualitativamente diferente dos anteriores.

Ao firmar-se o convênio, foram considerados os seguintes aspectos: toda a orientação pedagógica seria dada pela Comissão Municipal para Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos, mesmo considerando o envolvimento da Universidade (UFPE) na gestão e a possibilidade de que o educador Paulo Freire viesse a participar da capacitação e da troca de experiência para o treinamento dos estagiários (SANTOS : 1992). O financiamento do programa foi realizado pela Fundação Educar, que repassava os recursos à prefeitura e esta ficara incumbida de passá-los à Universidade, que responsabilizava-se de efetuar o pagamento da bolsa-estágio aos monitores-alfabetizadores.

Este convênio previa que os recursos financeiros deveriam ser utilizados para: salário das equipes (técnica e pedagógica, inclusive monitores - estagiários), encargos sociais, supervisão, material de consumo e capacitação.

Segundo SANTOS (1992), o Programa de Alfabetização de Adultos, não atingiu plenamente as suas expectativas, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. *“Vale ressaltar que, após sete meses de funcionamento, foi feita uma avaliação global do Projeto, a qual foi realizada por iniciativa dos professores-estagiários. Novas avaliações*

foram realizadas, faltando três meses para o final do Projeto, e envolvia alguns dos núcleos restantes, os professores, os alunos e as comunidades. A Universidade passou pelo crivo de uma avaliação interna, realizada pelos professores quando da avaliação global do Projeto, anteriormente citada, e foi nela realizado um Seminário de encerramento das atividades do Projeto. Desconhece-se a existência de qualquer outra forma de avaliação realizada entre a Prefeitura e a Universidade, com referência especificamente a este Projeto”.

Em dezembro de 1986 foi realizado concurso público para provimento de vagas para professor, na Rede Municipal. Só havendo a nomeação a partir de fevereiro do ano seguinte. Portanto, alguns destes monitores-alfabetizadores ingressaram na Rede, mediante este concurso, e deram segmento ao atendimento de Jovens e Adultos.

No âmbito nacional, neste período (86/88), como indicamos anteriormente, as Comissões Municipais se encarregavam de estabelecer os convênios com as prefeituras (como era o caso do Recife) junto a Fundação Educar. O convênio entre a Prefeitura da Cidade do Recife e a Fundação Educar previa, além do Programa de Alfabetização de Adultos, o apoio a 18 projetos de iniciativas populares em Educação de Jovens e Adultos.

Segundo registros da Secretaria de Educação, no ano de 1986, foram atendidos 3.639 alunos e em 1987, 6.343 alunos, isto incluindo os alunos atendidos nas turmas que se desenvolviam através do Convênio (UFPE/PCR/EDUCAR)³⁹ e nas turmas com professores da própria rede municipal.

³⁹Enquanto monitora-alfabetizadora deste projeto, (UFPE/PCR/ EDUCAR) e a seguir professora da rede municipal, na mesma modalidade de ensino, creio que esta iniciativa funcionou como o “pontapé” inicial para o desenvolvimento de outras ações relacionadas à Educação de Jovens e Adultos pela Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife.

O Programa de Alfabetização de Adultos se desenvolve durante todo o ano de 1987, e a partir desta experiência, no final de 1987 começa a delinear-se o Projeto TEIMOSIA. Projeto este que encarava o problema do analfabetismo não apenas como um problema pedagógico.

A formulação da proposta se deu a partir de debates sobre a questão de um Currículo para Educação de Adultos, no Curso de Atualização em Educação de Adultos promovido pelo Coletivo Metropolitano de Dirigentes de Educação de Adultos com apoio financeiro da Secretaria de Educação do Estado e da Fundação Educar. A assessoria pedagógica da Comissão Municipal de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos fez uma primeira redação da Proposta baseada nos debates do Curso e nas sugestões que os professores foram dando durante as capacitações de 1987.

Querendo enfrentar essas dificuldades e garantir um ensino de qualidade aos Jovens e Adultos que retornam aos bancos escolares, a rede municipal, estruturou um curso de Educação Básica em três anos capaz de garantir o conteúdo programático das séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª), criando as condições para que acompanhassem com aproveitamento, as séries finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª).

A proposta tentava *“incorporar a contribuição da III Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Tóquio no ano de 1972, que considerava a Educação de Adultos como parte integrante do sistema educacional e não como uma alternativa para suprir os problemas criados pela escolarização oficial das crianças”*⁴⁰. O que havia sido reafirmado na IV CONFINTEA em 1985.

⁴⁰ “TEIMOSIA - Proposta Curricular para Educação Básica de Jovens e Adultos” Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação e Cultura. Comissão de Educação Básica para Jovens e Adultos. 1988

A Proposta Curricular do Programa tinha como objetivo geral: *ler e interpretar a realidade para chegar a uma compreensão das relações sociais pelo estudo das ciências naturais e sociais expressa nas representações lingüística, matemática e artística na perspectiva da hegemonia popular. E como objetivos específicos: permitir que o educando se desenvolvesse e consolidasse a compreensão da realidade excludente, habilitando-o para iniciar um processo de superação da exploração econômico-social, dominação política e alienação cultural; garantir aos Jovens e/ou Adultos o ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª) de forma regular e permanente, dando-lhes condições de acompanhar com desempenho as séries finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª); e, garantir uma educação na qual fosse respeitada a especificidade do alunado, com professores devidamente capacitados e sensíveis aos interesses populares.*

O Ensino Básico de Adultos se deu, num programa integrado, em seis semestres ou 3 anos letivos, com uma carga horária mínima de 150 dias letivos anuais ou 450 horas num total de 1.350 horas para todo o curso, trabalhando-se 3 horas diárias de 2ª a 5ª feira. Às 6ª feiras, na tentativa de integrar Escola-Bairro, os alunos participavam de atividades artístico-culturais.

Os alunos, através de avaliação inicial e avaliações contínuas eram distribuídos em um dos anos do curso em turmas de até 35 alunos iniciais. Cada aluno possuía uma ficha individual onde se registravam seus avanços e suas dificuldades, durante todo o processo.

Ao final do 3º ano (Módulo III) era aplicado um teste de avaliação global de sua aprendizagem para efeitos de promoção à 5ª série.

Como dito anteriormente, a educação de jovens e adultos neste período tenta resgatar algumas das propostas lançadas no MCP, e aqui encontramos várias indicações desta tentativa. Algumas atividades significantes, que revelam a citada influência da cultura popular no currículo da Educação de Jovens e Adultos do município, da região, eram as atividades desenvolvidas às sextas-feiras nas escolas (enquanto os professores estavam em formação).

Estas atividades consistiam na movimentação de oficinas oferecendo capacitação em artesanato, teatro, dança, pintura, e outras formas de arte aos alunos. Os alunos inscritos assumiam o compromisso de exercer a função de multiplicadores, partilhando os conhecimentos adquiridos com os companheiros de turma.

Dado ao caráter específico de alunado, as atividades artísticas lúdicas e/ou artesanais eram tratadas de modo a permitir adaptações às contribuições oferecidas pelos próprios alunos (muitos deles artesãos, dominando algum tipo de arte) e em nível de cada módulo.

Além disso, foram propostos alguns itens imprescindíveis que comporiam a estrutura básica do processo ensino-aprendizagem. Itens que deveriam estar presentes nos três anos indistintamente, como, *Noções de História da Arte* (as expressões artísticas da humanidade primitiva, as artes nas diferentes civilizações, a arte no Brasil, as contribuições indígenas, européias e africanas); *Resgate das Artes Populares* (descoberta dos grupos artísticos, dos artesãos e artistas existentes nos bairros, formação de grupos que vivenciam o folclore nordestino na escola, incentivo a criações com base no folclore nordestino); *Incentivo à Criatividade* (uso de material diverso, notadamente com aproveitamento de sucata, intercâmbio de conhecimentos entre os próprios alunos, desafio constante à produção

de textos, objetos, músicas etc.); *Subsídio à Produção Rentável* (confeção de roupas, objetos domésticos, doces, artesanato - comerciáveis, confecções de faixas, cartazes e letreiros); Subsídio ao uso da Língua Nacional (emprego da expressão oral dos alunos, respeitadas as suas variantes, emprego de jornais, revistas, gravador, rádio e televisor, criação de textos, jornais murais etc., utilização de jogos como trocadilhos, palavras cruzadas, charadas etc.); Subsídio ao Desenvolvimento da Consciência Crítica (montagem de peças de teatro, espetáculos e exposições de artes plásticas, com cunho social, confecção de cartazes, murais, botões etc. sobre a realidade nordestina, nacional e internacional, estudo sobre os meios de comunicação social, seus valores e contravalores).

Sobre o Projeto Teimosia, o Professor Paulo Freire fez um pronunciamento, por ocasião da Reunião de Experiências Municipais, em 07/06/88:

“... Eu acho que vocês (Recife) estão realmente caminhando com uma sistemática que eu acho fantástica, quer dizer eu tenho uma certa experiência de Brasil e de fora do Brasil e não tenho visto coisas assim(...)
Mas realmente eu não tenho visto coisas assim, projetos ficando tão bem elaborados, porque, para mim, o que impressiona no trabalho de vocês, não é que ele seja, é que ele está sendo. Quer dizer, é um trabalho que vem ficando melhor, que vem aprendendo(...) São projetos que vêm à custa do seu próprio caminhar, são projetos que vêm crescendo e ganhando clareza política e pedagógica ao lado de uma clareza em relação ao que é conhecer. Por que esse é o outro ponto que eu acho importante, ou seja, educação é um ato de conhecimento. E por isso é que não há educação, nem nunca houve, sem conteúdo. Nunca houve na história da humanidade desde que educação começou a existir e, sobretudo sistematizar-se, jamais houve um período na história em que houvesse uma prática educativa sem conteúdo, e não pode porque não há educação sem ato de conhecimento. E ninguém conhece o nada, a não ser que o nada vire substantividade, que o nada se conteudize. Fora disso é impossível uma educação que não tenha

objetos ou conteúdos a ser conhecidos e, portanto ensinados. Então, fazer educação sem pensar teoricamente em o que é que significa conhecer, não dá. Eu acho que dentro do projeto de vocês essa coisa está muito clara. (...)”

O *Teimosia* apresentava-se, então, como um avanço na Educação de Adultos, na medida em que rompia com a estrutura de campanha e de programas emergenciais de alfabetização, instituindo o ensino regular enquanto ação permanente da política educacional da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife.

Os desdobramentos do projeto faziam-se sentir nos níveis: Interinstitucional e Institucional. No nível interinstitucional, o *Teimosia* não se fechou em si mesmo, mas, enquanto política educacional efetiva, buscou a articulação com outras instituições ligadas à Educação de Adultos e também com a universidade, visando uma capacitação mais efetiva dos educadores.

A ligação com o Movimento Popular e com as diversas formas de educação alternativa se dava através de capacitações conjuntas, troca de experiências, participação em mobilizações populares e utilização de materiais produzidos por essas organizações. Essa articulação reforçava o caráter popular explícito na concepção do projeto, possibilitando a ampliação dos interesses da classe trabalhadora.

E no nível institucional, foram vários os desdobramentos que o projeto conseguiu, dentre os quais destacava-se o modo como era produzido o conhecimento. Nesse processo, participavam alunos, professores, supervisores e assessores de cada área de conhecimento, constituindo um novo modo de fazer, baseado numa reflexão permanente sobre a prática. Como o trabalho era integrado, a produção

do material didático⁴¹ se dava nas diversas instâncias, dos alunos aos assessores, garantido sempre o espaço para sua reelaboração.

O processo de capacitação⁴² era concebido como permanente, permitindo um avanço no sentido de promover uma política de qualidade do ensino.

Algumas críticas surgiram quanto ao TEIMOSIA. A principal delas estava ligada ao modo como o projeto lidava com a questão da conscientização versus instrumentalização. Ou seja,

“Enquanto Política Educacional, o projeto não aprofundou os mecanismos da aprendizagem, nos seus aspectos cognitivos. Isso aconteceu devido à ênfase no processo de conscientização, entendido como meio privilegiado para a compreensão e transformação da realidade, gerando a eleição de uma determinada metodologia”. (Cadernos de Educação Municipal nº2 SEC/PCR 1988)

De fato, podemos perceber, que foram grandes as dificuldades para se implantar a proposta do TEIMOSIA, bem como o seu exercício, porém é inegável o avanço que obteve a Educação de Jovens e Adultos no município tendo com eixo este projeto, desde a sua institucionalidade aos desdobramentos.

⁴¹ A partir das atividades em sala de aula, dos encontros pedagógicos de formação e apoio dos assessores, era produzido o material didático a ser trabalhado com os alunos, através de fichas-atividade, bem como textos de apoio pedagógico para os educadores – anexamos ao final deste trabalho alguns exemplos do material didático.

⁴² Sobre a proposta de formação dos educadores envolvidos no Projeto TEIMOSIA, ver: ROCHA, E. M. G. “Os Encontros Pedagógicos de Professores da Educação Básica de Jovens e Adultos num Projeto que Teima em Dar Certo”. Monografia final do curso de Especialização em Fundamentos da Educação, Centro de Educação/ UFPE. 1989.

2.2.3. Gestão Joaquim Francisco⁴³ / 1989-1992

Neste período, o governo federal (mandato de Fernando Collor de Mello), através da Medida Provisória 251, extingue a Fundação Educar e lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). É criada uma Comissão Nacional, que tinha como papel fundamental manter um canal de comunicação entre as instituições e o MEC. Na verdade, esta Comissão exercia uma precária coordenação da mobilização iniciada nos municípios e estados em torno do Programa. Ao programa de educação básica de jovens e adultos desenvolvido pela rede municipal do Recife foi agregada a Campanha de Alfabetização e Cidadania para Jovens e Adultos. Que, ainda segundo relato de pessoas da equipe técnica, não chegou a formular novas propostas, *“era mais uma forma de captar recursos para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos no município”*.

A proposta Político-Pedagógica, referente a Educação de Jovens e Adultos da gestão de 1989-1992, dizia-se comprometida com o prosseguimento das atividades em desenvolvimento pelos educadores da Rede Municipal, ou seja, daria continuidade ao projeto TEIMOSIA, e por este ser o propósito, o relato aqui apresentado será feito a partir de entrevistas com pessoal envolvido na época, tendo em vista que não foi produzida uma nova proposta e apenas algumas reformulações.

O Plano de Ação de Educação Básica de Jovens e Adultos a ser desenvolvido pela SE/PCR em 1989 se propunha

“a priorizar o atendimento às classes populares, os mais explorados da sociedade. Dentro desta perspectiva desenvolveu uma Proposta de Educação Básica de Jovens e Adultos que, seguindo a orientação das Diretrizes

⁴³Reiteramos a questão mencionada anteriormente, que esta administração municipal foi a que apresentou maior dificuldade no momento de reconstituição das suas propostas, tendo em vista a escassez de material sistematizado do período.

Nacionais de uma Educação de Jovens e Adultos (da qual foi um dos formuladores através da Comissão Paritária formada por orientação do Ministério de Educação) procura ensinar a ler, escrever e contar a sua história, a história das relações sociais que são engendradas pelos diversos modos de produção ao longo da história” (Plano de Ação de Educação Básica de Jovens e Adultos :1989).

A proposta era dar continuidade, ao Projeto *Teimosia*: (mesmo que isto não tenha sido explicitado em qualquer documento), em alguns textos informativos, o Projeto *Teimosia* é caracterizado pela equipe técnica do período como *"a soma do Povo + Escola, o povo trabalhador que, após o cansativo dia de trabalho vai à escola"*.

Para dar seqüência ao projeto, a Prefeitura da Cidade do Recife, através da Comissão Municipal da Educação Básica de Jovens e Adultos, em convênio com a Fundação Educar deu seqüência a proposta do *Teimosia* ao fazer opção por não adotar uma “cartilha”, e sim construí-la (um livro de apoio) junto aos professores, alunos, instrutores e assessores; e, tomar como ponto de partida o conhecimento e experiência do aluno, para desenvolvimento do trabalho em sala de aula.

A capacitação dos professores, a princípio permanece semanal. Nesses encontros eram discutidos os problemas/dificuldades enfrentadas pelos professores, além disso, eram produzidos os textos que eventualmente seriam utilizados no “livro *Teimosia*”.

Segundo o relato de pessoas ligadas ao corpo técnico e mesmo professores que atuavam com a Educação de Jovens e Adultos, no segundo ano de administração (1990) começaram a surgir as modificações. A equipe pedagógica ainda foi mantida, o que representou na época a garantia do eixo da proposta, porém são inevitáveis as mudanças, não só a partir das críticas formuladas ao projeto, mas principalmente quanto ao desenvolvimento da proposta como um todo.

As críticas quanto às orientações Político-Pedagógicas serviram de argumento para que as pessoas, principalmente dirigentes escolares, que não apoiavam as orientações filosóficas do TEIMOSIA, começassem a diminuir o oferecimento de turmas de Educação Básica de Jovens e Adultos – orientadas pelo programa, substituindo-as pelas 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental para crianças.

Nesse momento, as capacitações passaram a ocorrer quinzenalmente, não mais semanalmente, como havia sido formulado no projeto original e garantido no primeiro ano.

A nova orientação, baseada em algumas críticas formuladas, organiza-se de forma a tentar superar as deficiências citadas quanto ao aspecto “instrumentalizador” do projeto.

Ainda no segundo ano (1990) ocorre um remanejamento da equipe técnico-pedagógica. Esta nova composição entende que o processo deve ser reformulado, partindo para a produção de material de apoio ao professor, não mais num nível “tão profundo” – segundo relato de pessoa do corpo técnico – e mais num nível operacional.

Os textos a serem trabalhados com os alunos, eram produzidos em conjunto pelos assessores de área e supervisores (diminuindo assim a participação dos professores e alunos), e nas capacitações este material era repassado aos professores, em forma de blocos. Nestes eram encontradas sugestões de atividades, textos e temas por área, e cada bloco equivaleria, normalmente, a uma unidade⁴⁴. Se durante o repasse, nas capacitações, houvesse dúvidas quanto a algum

⁴⁴ Ao Final de 1992 foi entregue aos alunos do Módulo I, o “I Caderno de Atividades, Alfabetização e Cidadania”, com alguns textos e atividades elaborados pela equipe, sendo que alguns dos materiais utilizados foram compilados da proposta original do *Teimosia*. A idéia era de que outros “Cadernos” fossem editados, inclusive para os três módulos, o que não ocorreu.

tema ou conteúdo, os assessores de área seriam convocados para esclarecimentos.

Ainda a partir de relatos, são indicados aspectos que demonstram que as modificações ocorridas no nível de equipe pedagógica influenciam nas reformulações, levando em consideração que parte da nova equipe não havia participado da construção do projeto TEIMOSIA, acrescentando-se ainda a existência de “rejeição” por parte dos que permaneceram em relação aos que se engajavam no processo a partir daí, *“mas nada tão profundo a ponto de comprometer a essência da proposta na Educação de Jovens e Adultos”*. Ou seja, em momento algum pensou-se em desmobilizar a atenção dada à Educação de Jovens e Adultos.

No ano de 1992, antes de se afastar da Secretaria Municipal de Educação para concorrer a um cargo no Poder Legislativo, o então Secretário Admaldo Matos de Assis, instituiu uma gratificação salarial de 20%, apenas para os professores de Educação Básica de Jovens e Adultos, sob a rubrica de “incentivo noturno”. Tal medida que poderia ser entendida como uma valorização do profissional que atuava na Educação Básica de Jovens e Adultos, causou muita polêmica, porque além de criar diferenças salariais entre os profissionais do magistério da Rede, também foi vista como um artifício eleitoreiro⁴⁵.

2.2.4. Gestão Jarbas Vasconcelos / 1993-1996

A integração definitiva da Comissão Municipal na DGE (Diretoria Geral de Ensino), constituindo-se como um dos departamentos de ensino desta diretoria, possibilitou a sua articulação

⁴⁵ Vale lembrar que o Ex-Secretário foi eleito.

com os demais departamentos do Ensino regular da Prefeitura da cidade do Recife.

Neste sentido, um avanço percebido é com relação a equipe de ensino responsável pelo processo de capacitação da rede que ao atender a todos os departamentos, inclusive ao de Jovens e Adultos, possibilita a socialização mais ampla do saber e a construção coletiva do conhecimento, dentro da política de capacitação da rede como um todo.

Este seria, ao nosso ver, um dos principais indicadores que caracterizam a Educação de Jovens e Adultos enquanto ação permanente, tendo em vista que a partir do momento da integração e as novas orientações, esse departamento recebe as mesmas orientações dos outros níveis de ensino, propondo espaços para que as especificidades inerentes à educação do aluno trabalhador sejam reconhecidas neste movimento de democratização da gestão.

O Departamento de Educação de Jovens e Adultos pensa a sua especificidade, considerando a necessidade de revisão do seu currículo, a seleção de metodologias, bem como um programa que contemple a realidade do aluno jovem e/ou adulto que retorna à escola.

A Educação de Jovens e Adultos, proposta por esta administração, tem como meta a ampliação do atendimento, bem como do programa em si, considerando as críticas formuladas ao Projeto TEIMOSIA, servindo estas de base para a redefinição da proposta para 1993.

A partir daí, a proposta procura aprofundar o trato da cognição, sobretudo com estudos do sócio-construtivismo, encaminhados numa perspectiva interdisciplinar e articuladora dos demais níveis de ensino.

Recuperando o trabalho desenvolvido no projeto TEIMOSIA em particular, o estabelecimento de um referencial mínimo para uma Política regular de alfabetização visando a constituição dos princípios desta política e o trabalho interdisciplinar com o estudo de temas, a gestão de 93 se propôs a ampliar a proposta de educação de jovens e adultos.

No início desta gestão foi realizado um levantamento das expectativas dos professores desta modalidade para o ano de 93 visando ter como fator ordenador a “expansão qualificada” da educação fundamental oferecida pela Rede municipal. Esta proposta buscava subsidiar a ação do professor de forma mais direcionada quanto as suas dificuldades, através de orientações gerais, do estudo de experiências de alfabetização de adultos, do acesso às pesquisas científicas sobre o processo de alfabetização, do trabalho dos assessores das várias áreas de ensino nas capacitações.

Um fator determinante para que a ação na educação de alunos trabalhadores, neste período, ganhe mais reforço, é que, parte da equipe que havia trabalhado na gestão 86 a 88 retorna, e a partir da experiência em desenvolvimento tenta-se articular as diretrizes propostas pela rede, recuperando e redirecionando a ação da Educação de Jovens e Adultos com vistas a elaboração de um projeto pedagógico que avance na direção desejada.

Especificamente, com o objetivo de conhecer o aluno da Educação Básica de Jovens e Adultos, das redes públicas municipal, estadual e comunitária da capital, a Secretaria de Educação Municipal realizou em parceria com a UFPE e o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, um estudo de campo que resultou no trabalho de

pesquisa: *O Aluno Trabalhador – A Escola (Re) Conhece o Cidadão*.⁴⁶ Seus resultados demonstraram que a análise desta modalidade de ensino tinha como parâmetro a consolidação e/ou promoção de sua inserção no projeto educacional regular, significando esse conhecimento a obtenção de subsídios para estabelecer novos mecanismos capazes de atender a demanda de Educação Básica de Jovens e Adultos, repensando-se, também, a oferta qualificada do ensino fundamental para a idade indicada, a fim de que fosse buscada a superação, através das políticas oficiais e de sua efetivação, do inquietante e inaceitável índice de analfabetismo.

"Duas referências foram tomadas para traçar o perfil desses alunos. De um lado, considerou-se desde a identificação pessoal do estudante até suas condições de estudo; e, de outro, foi privilegiado o acesso dos jovens e adultos à escolaridade, sua trajetória educacional e as oportunidades de usufruir dos bens culturais.

Deu-se um tratamento aos dados, buscando-se uma compreensão conjunta da situação do aluno no sistema de ensino como um todo, estabelecendo-se um paralelo entre os mesmos e em cada rede isoladamente.

Os resultados põem em destaque o novo perfil do estudante das três redes, caracterizado por uma inserção dos mais jovens no turno noturno, ainda, no ensino fundamental, apesar de se tratar de pessoal que acumulou alguns anos de passagem pela escola regular, portanto, passível de cursar a 5ª série. Essa inserção precoce, também, ocorre no mundo do trabalho. Os resultados indicam que a instituição de ensino divide a responsabilidade pelo fracasso escolar, com a extensa jornada de trabalho vivida pelo estudante, com o baixo nível de escolaridade dos pais e com a falta de acesso a outras formas de aprendizagem, como participação na vida cultural da cidade.

Depreendeu-se a necessidade de repensar a escola enquanto instituição que produz coletivamente um saber a ser elaborado, pelo aluno, no conjunto da sociedade, cujo retorno ao âmbito escolar proporcione um novo conhecimento pelo e do aluno, abrindo-lhe a perspectiva

⁴⁶ CAVALCANTI, Ednar C; COSTA, Marileide de Carvalho; MONTEIRO, Ana Márcia. *O aluno Trabalhador: a escola (re) conhece o cidadão*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Secretaria de Educação e Cultura/Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro/ CE/UFPE. Gráfica e Editora Liceu Ltda, 1996.

Esta pesquisa subsidiou diversas ações e atividades subseqüentes na Educação Básica de Jovens e Adultos do município.

Em 1995 a Educação Básica de Jovens e Adultos já integrava-se a vários programas e ações desenvolvidas pela SEC/PCR, como: a SANBE (Sistemática de Atendimento às Necessidades Básicas de Aprendizagem), que ampliava as oportunidades educacionais para os alunos que apresentavam necessidades de complementar o processo de aprendizagem em disciplinas do núcleo comum do currículo, garantindo assim 210 dias letivos anuais para estes alunos; o "Plantão Escolar", que mobilizava professores, funcionários, especialistas, pais, lideranças comunitárias, entidades da comunidade e conselhos escolares com vistas a oferecer as condições necessárias à permanência e participação escolar das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Competindo ainda ao "Plantão Escolar" identificar, por turno e disciplina, em todas as unidades educacionais, os estudantes com três faltas consecutivas e/ou cumulativas para, em seguida, entrar em contato com a família - se criança ou adolescentes - ou mesmo uma aproximação com o próprio estudante - adolescente ou adulto - para discutir as causas da ausência e as alternativas para sua superação; o "Projeto Brasil de Orientação Sexual", que tinha como perspectiva capacitar um grupo de professores para um adequado trabalho de orientação sexual junto aos alunos; bem como os demais programas extensivos à toda rede, como merenda, material escolar, fardamento, atividades culturais e desportivas, Cine-vídeo, saúde escolar, dentre outros.

Tomando a diretriz: "Valorização do Educador da Rede Municipal", ficou compreendido que a conquista da qualidade da

educação pretendida, só poderia ocorrer caso esta diretriz tivesse impulso através de esforços da SEC/PCR, garantindo ao educador múltiplas oportunidades de formação continuada, melhores condições de trabalho e melhorias salariais. E dentre os programas, ações e estratégias consolidadas ou iniciadas em 1994 cabe destacar: “Programa de formação continuada dos professores”⁴⁷ - que vinha sendo desenvolvido através de um conjunto de iniciativas, que envolviam: Estudos Intensivos - em fevereiro e julho, capacitação intensiva de 40 horas, onde foi discutida e elaborada a versão ampliada da proposta pedagógica da rede; o Acompanhamento Pedagógico nas Escolas - Socialização de Experiências, onde as equipes pedagógicas “circulante” e “permanente”⁴⁸ discutiam com os professores a prática pedagógica da escola, buscando alternativas aos pontos críticos identificados; a Capacitação no Espaço Interinstitucional - desenvolvida a nível de pós-graduação, nas instituições de Ensino Superior de Pernambuco, através de convênio com a PCR; a Capacitação Intermunicipal; o Incentivo ao Professor-Leitor, onde acontecia a distribuição de livros específicos e sobre os fundamentos da educação; a Renovação da assinatura anual de um jornal local; e Assinatura de revistas destinadas a educação.

Todas estas ações indicavam a perspectiva de contribuir para uma reflexão prática e teórica nas diferentes áreas do conhecimento, visando a melhoria da qualidade da educação ofertada à população.

Com a elaboração e publicação da “Proposta Político Pedagógica” em 1996, visualizamos que a Educação Básica de Jovens e Adultos na Rede Municipal tem seu espaço reafirmado dentro das prioridades na universalização, com qualidade, do ensino fundamental.

⁴⁷ Neste ano fazendo parte da Capacitação de EBJA o CEDI (atual Ação educativa) foi convidado a realizar formação dos educadores.

⁴⁸As atribuições das Equipes Pedagógicas encontra-se em anexo (5a, 5b e 5c).

O currículo proposto⁴⁹ apresenta pertinência às especificidades desta modalidade de ensino e, no entanto é parte constitutiva do currículo geral proposto para os demais níveis de ensino.

2.2.5. Gestão Roberto Magalhães / 1997-2000

Esta administração municipal, a exemplo das anteriores, mantém parte da equipe do Departamento de Educação Básica de Jovens e Adultos, garantindo de certa forma, a continuidade das ações que vinham sendo desenvolvidas.

A equipe técnica inicia (ou dá segmento) ao trabalho a partir de análise comparativa do atendimento à modalidade. *“Fazendo uma análise comparativa da matrícula de Educação Básica de Jovens e Adultos entre os anos de 1993 e 1997, percebe-se o acréscimo de atendimento na rede de 10.739 alunos para 13.679, nessa modalidade de ensino. Apesar desses números confirmarem o aumento da oferta, deve-se observar ainda que o atendimento representa em torno de 10% do número de analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos na cidade do Recife”.* (Proposta de Trabalho da Diretoria Geral de Ensino - 1997/2000 - Departamento de Educação Básica de Jovens e Adultos)

Outro dado significativo, que dá norte para o trabalho a ser perseguido é com relação as taxas de retenção e evasão dos alunos.

Além disso, outra questão que se torna alvo de ações desta gestão foi a detecção da alta incidência de alunos abaixo de 15 anos atendidos pelo programa. O que significa uma descaracterização e

⁴⁹ Encontra-se em anexo o currículo (anexo 6).

ilegalidade, nos levando a considerar que as turmas destinadas às crianças (7 a 14) têm “expulsado” estes alunos mais cedo.

Este é um fenômeno que temos assistido ao longo dos últimos 10 anos - juvenilização do alunado – nas turmas destinadas à jovens e adultos.

A partir destes indicativos, foi realizada uma análise geral da situação da Educação de Jovens e Adultos na Rede. Foram considerados obstáculos a serem enfrentados: o alto índice de evasão e reprovação (ver Gráfico 2, no Capítulo IV); a falta de articulação entre escolas - especialistas - Departamento; a precariedade na formação específica dos educadores de EBJA; o reduzido número da Equipe Pedagógica - *Grupo Permanente* - para acompanhamento ao número de turmas em exercício; falta de pessoal para mobilização e cadastramento de analfabetos da cidade; a falta de envolvimento e integração dos segmentos responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem, nas escolas, gerando ações inadequadas - como o atendimento crescente de alunos com idade inferior a 15 anos; não contemplação dos objetivos propostos pela Educação Básica de Jovens e Adultos no Projeto Pedagógico das escolas; insuficiência do número de escolas que ofereciam a modalidade 5ª a 8ª séries, nas áreas que apresentam um grande índice de analfabetismo, impedindo assim a continuação dos estudos, por parte do alunado concluinte da EBJA; falta de professores com experiência em alfabetização de jovens e adultos e a inexistência de material didático-pedagógico específico.

Foi tomado como objetivo geral, ampliar o atendimento de EBJA pelo município.

Diante desse quadro, foram definidas como metas: atender os jovens e adultos, respeitando a idade mínima de 14 anos para

ingresso dos alunos na EBJA; desenvolver uma proposta de ensino voltada para os interesses, condições de vida e trabalho do alunado; garantir a inclusão de decisões relativas à EBJA no projeto pedagógico das escolas; implementar à EBJA utilizando o sistema modular de ensino; garantir a continuidade da participação dos alunos de EBJA no *Projeto de Avaliação de Rede*; atender o aluno que ingressa pela primeira vez na escola, mediante avaliação, como caráter definidor ao módulo adequado, considerando o nível de conhecimento e a experiência escolar do candidato, a partir dos critérios elaborados para promoção nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática; acompanhar sistematicamente a frequência dos alunos; garantir a continuidade dos estudos à população que conclui as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental; implantar o *Telecurso 2000*, correspondente às séries finais do Ensino Fundamental, nas áreas onde não existem vagas no ensino regular para atender a demanda (a partir de 15 anos), mediante ação articulada com outras instituições governamentais e não-governamentais⁵⁰; garantir aos profissionais que atuam na área de EBJA, a realização de atividades pedagógicas na escola respeitando o seu horário de trabalho; produzir materiais pedagógicos adequados ao ensino de EBJA para subsidiar a prática docente em todos os módulos; contemplar a EBJA com os programas suplementares, bem como das atividades culturais desenvolvidas pela Rede Municipal; garantir o apoio pedagógico-administrativo às turmas de EBJA anexas às escolas; estimular a participação nas atividades culturais, desportivas e artísticas.

Deve-se ressaltar que a ação relacionada a inclusão da Educação Básica de Jovens e Adultos no *Projeto de Avaliação de Rede*,

⁵⁰O programa "*Telecurso 2000*" foi implementado nas regiões onde havia demanda pelo ensino de 5ª a 8ª séries, e não havia previsibilidade de expansão da rede estadual ou municipal. Sendo que este foi desenvolvido de forma "híbrida", diferenciadamente da proposta original, onde os alunos assistem às aulas exclusivamente através dos programas de vídeo, neste, os alunos assistiam a 15 minutos de "vídeo-aulas" e 2 horas e 45 minutos de aula presencial.

constitui-se como uma ação inédita dentre os programas implementados neste nível de ensino, tanto na municipalidade como nas demais dependências de ensino. A respeito deste Projeto, a *Secretaria de Educação do Recife*, desde 1993, desenvolve uma sistemática permanente e contínua de avaliação. Inicialmente, para dar conta desta tarefa, foi constituída uma equipe de avaliação composta por professores da rede, especialistas nas áreas de português e matemática e assessores das universidades Federal e Rural de Pernambuco, nas áreas envolvidas e em avaliação.

Em 1995, no âmbito de consolidação do projeto de avaliação, a UNDIME, estimula a formação do Grupo Intermunicipal Qualidade da Educação Básica e Avaliação de Rede com a participação de 20 municípios do Nordeste, incluindo todas as capitais, visando: socializar as experiências realizadas ou em andamento; discutir a fundamentação teórica da proposta de avaliação; e planejar os procedimentos que passariam a ser encaminhados de forma articulada. Com vistas ao enfrentamento dos desafios que se apresentam à democratização do ensino de qualidade, em março de 1996, é firmado o convênio de cooperação entre a UFPE, UNDIME e SEC/PCR. Deste convênio nasce o NAPE/UFPE – Núcleo de Avaliação e Pesquisa Educacional. (Relatório da Diretoria Geral de Ensino – (Núcleo de Avaliação do Recife. Março, 1999).

Em 1994 ocorre a primeira avaliação das 4^a séries. Em 1995, avaliação das 4^a e 8^a séries; em 1996, avaliação das 4^a séries; Em 1997, avaliação das 5^a séries e a partir deste ano, ocorre a avaliação de amostra dos alunos do Módulo III de Educação Básica de Jovens e Adultos, todas estas nas áreas de Português e Matemática.

O NAR tem participado da elaboração e aplicação dos testes e promovido discussões, com a rede, através de seminários e cursos

para análise dos resultados alcançados pelos alunos, nas áreas avaliadas. Portanto, a partir do ano de 1997 as turmas finais (módulo III) passam a fazer parte desta avaliação, tornando-se uma ação efetiva nos anos seguintes.

No intuito de solucionar o problema relacionado a continuidade de estudo por parte do alunado egresso do Módulo III, foram propostas e implantadas turmas de “Supletivo”, a partir do ano de 1998, embora estes números não estejam contabilizados na Divisão de Informações Educacionais, neste ano. Convém salientar que a ação “implantação do Telecurso 2000” foi objeto de várias discussões dentro e fora do Departamento de Educação Básica de Jovens e Adultos. Havia uma demanda explícita de alunos com nível de 5^a a 8^a séries, em regiões onde não havia previsibilidade de expansão por parte da Rede Estadual, nem Municipal, principalmente se tratando de turmas no horário noturno. Então, foi proposto o programa com características que chamamos de um “programa híbrido”. Pois a proposta original do “Telecurso 2000” é que as aulas sejam ministradas através dos programas (vídeos ou veiculados através de canal televisivo) e os “alunos” prestem os exames através dos órgãos competentes para tal, no seu município ou estado.

Na proposta do Departamento (DEBJA), o programa seria desenvolvido prioritariamente nestas áreas detectadas com demanda, com ênfase na identificação dos alunos que já participavam das turmas de Educação Básica (1^a a 4^a) e que se encontravam retidos por falta de oportunidade de continuidade de estudos. As aulas seriam ministradas em escolas e por professores que pertencem a Rede Municipal, capacitação específica fazendo parte do programa, material didático para os alunos e professores, equipamento das escolas (TV e Vídeo - quando estas não possuíam) e acompanhamento por parte das equipes

pedagógicas do DEBJA. Os exames seriam realizados pelo CEESU - órgão competente da Rede Estadual para tal fim. O que, no nosso entender, caracteriza este programa como “híbrido” é que as aulas são ministradas regularmente, durante três horas diárias, sendo 15 minutos através dos vídeos, com acompanhamento do professor e 2 horas e 45 minutos com aula presencial, e que as turmas são acompanhadas permanentemente pela equipe pedagógica, procurando adequar o material e proposições à proposta pedagógica da rede municipal.

Um dos pontos críticos desta ação está relacionada ao provimento de vagas do professorado. Com a deficiência de professores com nível para atuar nas turmas de 5ª a 8ª séries – condição necessária para atuar nas diversas disciplinas específicas do currículo - a saída foi convocar professores-estagiários (estudantes universitários de disciplinas específicas), mediante contratos temporários, e aproveitamento de professores polivalentes (1ª a 4ª séries) da rede, mediante seleção, onde se privilegiava a experiência em programas similares.

Outro ponto que se apresentava como problemático era com relação à prestação dos exames por parte da Rede Estadual. O DEBJA considerou que o currículo apresentado como preparatório para os exames, não condiziam com o currículo proposto para as 5ª e 8ª séries da Rede municipal, gerando com isto um descompasso na formação dos alunos para tal exame. A proposta para 2001 era de que a Rede Municipal criasse um exame próprio, a fim de certificar esta demanda.

No aspecto referente ao financiamento, a Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Educação Básica de Jovens e Adultos utilizou os recursos advindos das “Transferências

Negociadas” (PTA), com formação de professores e, aquisição e produção de material didático.⁵¹

Além destas ações acima citadas, o DEBJA implantou a “Brigada Cultural Paulo Freire”, tratando-se esta de uma *ação compartilhada de movimento e ação, onde escola/aluno estão intimamente ligados em favor da potencialização artístico-cultural*. Esta ação tinha por objetivo: estimular a permanência dos alunos - evitando a evasão; Discutir as questões pertinentes a realidade jovem e adulta (violência, trabalho, drogas, discriminação, preservação ambiental, gênero, etnia etc); possibilitar através das atividades artístico-culturais o resgate da auto-estima do aluno e desenvolver a potencialidade artística dos alunos vislumbrando alternativas de reconhecimento e inserção social.

Embora seja uma ação focalizada, percebemos que neste momento, através desta ação, mais uma vez, tentava-se retomar algumas das idéias do MCP (Movimento de Cultura Popular), quando este se apresentava enquanto alternativa às ações referentes ao combate aos altos índices de evasão e fracasso escolar.

Nesta mesma linha, partindo de dados coletados na Pesquisa “*O aluno Trabalhador: a escola (re) conhece o cidadão*”, um dos itens apontados nesta, indicava o acesso aos bens culturais como condição básica de cidadania. E nesta perspectiva foi desenvolvida formação pedagógica específica a fim de contemplar este indicador, levando em consideração que boa parte do professorado também encontra-se em situação de inacessibilidade desses bens. Foram desenvolvidas atividades práticas e teóricas à cerca do patrimônio

⁵¹ Em 1998 foram produzidos: “Álbum Cultural da Cidade do Recife” e Coletânea “Resgate”. Ainda sob esta rubrica, foi adquirido o livro de atividades “Viver, Aprender” produzido pela Ação Educativa e, produção e aquisição de instrumentos musicais, para integrar a implantação da “Brigada Cultural Paulo Freire”.

artístico cultural da cidade do Recife, culminando com a produção de material didático, de apoio pedagógico referente ao tema.⁵²

Ao final desta quarta gestão administrativa, é interessante registrar de que modo o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos tem conquistado o seu lugar, construindo sua identidade e adquirindo autonomia, e por outro lado plenamente inserido no sistema regular de ensino da Secretaria de Educação Municipal.

Passaremos agora a analisar as condições que dispõem o Programa, ao longo desses 15 anos.

⁵² LOUREIRO, L.M.L. (Org.), *“Album Cultural da Cidade do Recife”* – 1999 ; Vídeos.

CAPÍTULO III

Condições de Funcionamento do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, no contexto da Rede Municipal de Ensino

É fundamental analisarmos as condições que são oferecidas para o desenvolvimento do Programa, no âmbito deste trabalho, através dos recursos humanos, físicos e financeiros disponibilizados para tal.

Primeiramente relacionado aos recursos humanos, temos observado que a Secretaria de Educação Municipal de Recife tem investido substancialmente no que se refere à formação dos educadores, salientando que, como apresentamos nos Capítulos I e II, esta ação (formação) tem se caracterizado como ação permanente para todo o Grupo Ocupacional Magistério. E especificamente com relação à Educação Básica de Jovens e Adultos, embora este nível de ensino possa estar contando eventualmente com as Transferências Negociadas (PTAs), isto não restringe a ação, ou seja, este grupo encontra-se inserido na Política de Capacitação da Secretaria de Educação Municipal, independente de recursos externos à municipalidade.

A Rede Municipal contava em 2000 com 2.989 professores. Sendo, 546 na Educação Infantil, 2.358 no Ensino Fundamental e 85, no Ensino Médio⁵³. Dentro do Ensino Fundamental, encontrávamos 481 professores na EBJA.

Com relação à formação destes docentes, observamos que boa parte tem nível superior (84,4%). Um dado que sinaliza o cumprimento do que indica a LDB, quanto ao nível de formação do

⁵³ Para essa, utilizamos os dados do INEP, pois o mesmo dispunha destes por modalidade, no momento da análise. O que não condiz com os dados posteriormente apresentados pela Secretaria Municipal – Recife.

professor de Ensino Fundamental, assim como um reflexo do incentivo da Secretaria em formar um quadro de professores com uma formação mais qualificada, tendo em vista a repercussão desta em melhores índices de desempenho.

Como foi apresentado no Capítulo II, o Departamento de Educação Básica de Jovens e Adultos, como os demais níveis de ensino, conta com uma equipe técnica-pedagógica. Essa equipe é composta dos chamados “Especialistas em Educação”, nas diversas áreas do conhecimento⁵⁴. Em 2000 a equipe era composta por 19 pessoas na “Equipe Permanente” e 10 na “Equipe Circulante”.

Em 2000 a Rede Municipal de Ensino contava com 201 escolas em Recife, dessas, 151 ofereceram 481 turmas de Educação Básica de Jovens e Adultos⁵⁵.

Se tomarmos a série histórica abordada neste trabalho, relativo ao número de turmas no nível de ensino citado (Tabela 2), percebemos que a evolução do número de turmas é bastante significativo, representando, em 2000, um aumento percentual de 600% em relação a 1985.

⁵⁴ Ver em anexo as atribuições da equipe.

⁵⁵ Em 1999 e 2000 o DEBJA através da Secretaria de Educação Municipal, firmou convênios com: Cia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), Hospital São Marcos, Empresa de Limpeza Urbana (EMLURB), Legião Assistencial do Recife (LAR), INFRAERO, Centro de Capacitação dos Servidores, Ministério da Agricultura – Laboratório de Pesquisa Animal, Centro de Defesa da Mulher e a Cruzada de Ação Social, para a implantação de turmas de EBJA.

Tabela 1 - Número de Turmas de Educação Básica de Jovens e Adultos - 1985 - 2000 - Rede Municipal de Ensino - Recife

Ano	Nº de Turmas
1985	80
1986	115
1987	200
1988	212
1989	251
1990	257
1991	274
1992	301
1993	356
1994	397
1995	395
1996	465
1997	395
1998	390
1999	467
2000	481

Fonte: SEMED/Recife - 2001

Com relação à questão do financiamento do Programa, salientamos que o debate acerca do financiamento da educação de jovens e adultos no Brasil não é novo e é composto de questões referentes desde a legislação até a própria execução orçamentária e financeira dos programas.

Com a aprovação da nova Constituição em outubro de 1988, torna-se direito público subjetivo do cidadão e obrigação do Estado, oferecer educação fundamental, independentemente de idade. Para atender a esse objetivo, o Artigo 211 distribuiu responsabilidades e estabeleceu o regime de colaboração entre as três esferas de governo.

Entendemos, portanto, que a educação básica de jovens e adultos encontra-se garantida constitucionalmente enquanto parte integrante do ensino fundamental.

No entanto, imediatamente após a aprovação da LDB (20/dez/1996), é aprovada a Emenda Constitucional Nº 14,

regulamentada através da Lei Nº 9424/96, que além de outras medidas, institui o FUNDEF⁵⁶. A Lei foi aprovada em 1996, no entanto, mediante negociações, a implantação foi adiada para 1998. Portanto, entrou em vigor em 1998, com os vetos parciais (ver nota 57) da presidência da república.

A primeira consideração que fazemos, a despeito do muito que já vem sendo debatido sobre o assunto, é com relação ao processo de descentralização promovido pelo governo federal. E, portanto, como um dos instrumentos para atingir tal fim, é instituído o FUNDEF, que se traduz em um mecanismo que induz à municipalização do Ensino Fundamental.

Não discordamos do ponto de vista da descentralização, e de como este mecanismo também pode colaborar para uma melhor distribuição dos fundos públicos, tendo em vista municípios que não conseguem investir o necessário e obrigatório constitucionalmente na área educacional, principalmente se tomarmos como referência municípios de pequeno porte, e com diminuta arrecadação, do Norte e Nordeste brasileiro. No entanto, não podemos concordar com a forma injusta pela qual as matrículas na educação de jovens e adultos⁵⁷ foram

⁵⁶O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi criado pela Emenda Constitucional Nº 14, de setembro de 1996, regulamentado pela Lei Nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº2.264, de junho de 1997. É um fundo de natureza contábil, no âmbito de cada estado, destinado ao financiamento da educação fundamental no país. É formado por 15% dos principais impostos e transferências de estados e municípios, cujos recursos são distribuídos proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais de ensino fundamental. O coeficiente de redistribuição dos recursos é calculado com base no número de matrículas coletado pelo Censo Escolar.

⁵⁷ "Ao estabelecer o padrão de distribuição dos recursos públicos estaduais e municipais em favor do ensino fundamental de crianças e adolescentes, o FUNDEF deixou parcialmente a descoberto o financiamento de três segmentos da educação básica - a educação infantil, o ensino médio e a educação básica de jovens e adultos. De acordo com a legislação maior, o primeiro é atribuição privilegiada dos municípios, o segundo atribuição quase exclusiva dos estados, enquanto o terceiro é responsabilidade compartilhada das três esferas de governo. Com a aprovação da Lei 9424, o ensino de jovens e adultos passou a concorrer com a educação infantil no âmbito municipal e a com

excluídas para recebimento de recursos do fundo por parte dos municípios, que são os grandes responsáveis por estes programas de educação.

Vale salientar que o impedimento destas matrículas se deu a partir do Veto Presidencial⁵⁸.

Com relação ao Veto, consideramos que o governo federal não pode argumentar a inconsistência de dados para aferir as matrículas do ensino supletivo, porque “coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação” é incumbência atribuída à União pelo Artigo 9 da LDB. Ciente disso, o MEC vem investindo recursos públicos de monta no aperfeiçoamento do sistema de estatísticas educacionais e, em 1996, já dispunha de resultados do Censo Escolar no qual constavam dados relativos às matrículas em cursos de alfabetização e ensino fundamental de jovens e adultos, cuja confiabilidade - porquanto

o ensino médio no âmbito estadual pelos recursos públicos não capturados pelo FUNDEF. Como a cobertura escolar nesses dois níveis de ensino é deficitária e a demanda social explícita por eles muito maior, a expansão do financiamento da educação básica de jovens e adultos (condição para a expansão da matrícula e melhoria de qualidade) experimenta dificuldades ainda maiores que aquelas já observadas no passado.”(DI PIERRO. 2000. p.122-123)

⁵⁸ A Lei 9424/96 sofreu três vetos do presidente, um dos quais, impediu o cômputo das matrículas do Ensino Fundamental de jovens e adultos. A Mensagem Presidencial N.º 1439 de 24/12/96 foi publicada no DOU de 26/12/96, apresenta como razões para o Veto: 1. A garantia de contabilização do aluno do ensino supletivo, para efeito de recebimento dos recursos, poderá provocar, no âmbito dos governos estaduais e/ou municipais, uma indesejável corrida no sentido de se criar cursos dessa natureza, sem rigor nem a observância dos critérios técnico pedagógicos requeridos por essa modalidade de ensino, com o objetivo de garantir mais recursos financeiros ao respectivo governo, em detrimento da qualidade do ensino e, por conseguinte, da adequada formação dos educandos. . 2. O MEC não dispõe de dados estatísticos consistentes que possam assegurar uma correta e fidedigna contabilização do alunado do ensino supletivo. 3. O recenseamento do alunado do ensino supletivo, em razão da dificuldade de aferição dos dados, pela especificidade da forma de controle de frequência do alunado, baseia-se, via de regra, apenas no registro disponível de estabelecimentos que ministram essa modalidade de ensino, prejudicando eventuais confirmações da presença, ou mesmo da existência do aluno. 4. O aluno do ensino supletivo não será considerado, apenas, para efeito da distribuição dos recursos. Será, porém, destinatário dos benefícios que advirão da implantação do Fundo, conforme prevê o caput do art. 2. do projeto (...)”

resultante dos mesmos instrumentos de coleta e procedimentos estatísticos - é idêntica à daqueles disponíveis para o ensino fundamental de crianças e adolescentes (DI PIERRO, 2000 : 122 apud/Brasil. MEC. INEP, 1997).

Ainda acerca disso, podemos voltar a questionar sobre a própria denominação “supletivo”. Por exemplo, no caso de Recife temos, a educação de jovens e adultos (Ensino Fundamental) oferecida: pela Rede Estadual com turmas regulares, presenciais, com avaliação no processo e turmas de supletivo (não presenciais), bem como a responsabilidade desta esfera pela aplicação dos exames comprobatórios; a Rede Privada também com turmas regulares , com avaliação no processo e turmas de ensino supletivo - preparatórias para os exames realizados pela Secretaria Estadual; as escolas comunitárias com turmas de alfabetização e pós-alfabetização, em convênio com as redes municipal e estadual para certificação (e em alguns casos formação de educadores, colaboração material, estrutura física etc.); e a Rede Municipal com turmas de ensino presencial, regular, com avaliação no processo – 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, que desde a sua implementação contam com registros a cerca do movimento/rendimento/atendimento - e turmas chamadas “supletivas” (5ª a 8ª séries a partir de 1999)⁵⁹, que também são contabilizadas pelos registros do Departamento de Acompanhamento Escolar (DAE) e da Divisão de Informações Educacionais (DIE) da Secretaria Municipal de Educação. Ou seja, o argumento da não contabilização não se sustenta empiricamente, seja no caso de turmas denominadas “supletivo” e muito menos nas turmas regulares⁶⁰.

⁵⁹Ver mais sobre estas turmas no capítulo II - Gestão 1997-2000.

⁶⁰ Vale destacar que em Recife, a denominação “supletivo” entendemos como turmas destinadas exclusivamente à preparação para estes exames.

Como veremos a seguir, dados referentes ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos não são de fácil acesso. Principalmente se tratando da esfera municipal. Um fator determinante para esta dificuldade é que os gastos com este nível de ensino se encontram consolidados nos gastos com o ensino fundamental⁶¹. O que se apresenta como uma justificativa um tanto contraditória, tendo em vista que a EJA, embora legalmente constitutiva do Ensino Fundamental, e neste momento os dados relativos aos recursos financeiros são contabilizados consolidados, e no entanto, não usufrui das benéfices deste nível de ensino, haja visto o próprio FUNDEF.

Com relação a esta afirmativa, primeiramente, temos que considerar que, não é novidade a ausência de prioridade para este nível de ensino (EJA), no Brasil. E em segundo lugar, temos que observar a questão da consolidação dos dados.

É fato que o recurso financeiro destinado ao ensino fundamental (7 a 14 anos) é responsável pela construção e manutenção da rede física, grande parte do pagamento dos educadores, mobiliário etc. E que conseqüentemente é utilizado no atendimento a jovens e adultos. No entanto, essa prerrogativa não pode ser utilizada como justificativa para que este segmento não disponha de dados específicos, terminando por prejudicar formulações e análises de programas, mediante a indefinição dos recursos destinados para tal fim.

Tomando a série apresentada (1985-2000), podemos observar que apesar da modesta evolução no atendimento (analisamos como modesta, pois apesar de não haver acompanhamento dos dados populacionais referentes ao índice de analfabetismo local, acima de 15 anos, ano a ano, sabemos que estudos do próprio IBGE, INEP, indicam que a população brasileira apresenta sinais de “envelhecimento”, com o

⁶¹ Recursos próprios ou advindos de convênios.

aumento da expectativa de vida⁶², assim como a grande concentração de analfabetos, ou pessoas com baixa escolaridade nas idades superiores a 40 anos (ver anexo 2a e 2b), podemos notar que há uma retração nesta evolução (atendimento/expansão) nos últimos anos ou imediatamente após as medidas implementadas referentes as reformas educacionais, e mais especificamente no que se refere ao financiamento.

Pudemos observar isto na esfera local, ao flagrarmos discursos de dirigentes escolares em 1998 (ano de implementação do FUNDEF), ao expressarem: *“Eu tenho matriculados 500 alunos, mas só receberei referente a 350. Ou seja, vou receber 350 para dividir por 500”*. É lógico que se trata de um discurso que reflete o descompromisso, uma visão simplista... Mas é real, e não foram poucas as escolas que tiveram suas portas fechadas no período noturno (horário em que é oferecido o maior número de turmas de EJA), ou funcionando com precariedade, sem serviço de apoio (merendeiras, vigilantes, secretaria...), com um mínimo de materiais didático-pedagógicos, desestimulando a continuidade e expansão do atendimento necessário a esse nível de ensino.

Diante deste quadro, resta aos programas de educação de jovens e adultos “contentarem-se” com os recursos próprios do município (concorrendo com os demais níveis de ensino) e os advindos

⁶²Segundo dados do IBGE, a expectativa do brasileiro, ao nascer, passou para 68,4 anos no ano passado. O crescimento mantém a mesma tendência da década de 90, segundo o instituto, e só não aconteceu num ritmo mais rápido porque subiu o número de óbitos de homens por violência, explicou o demógrafo do IBGE Juarez de Castro Oliveira. A elevação da estimativa de vida no país mostra um rápido envelhecimento da população. A quantidade de brasileiros com mais de 60 anos já equivalia a 8% da população total no ano passado, contra 4% na década de 40. A previsão para o Brasil é que essa relação chegue a 12% em 2020. Mais alentadora do que a média de estimativa de vida ao nascer é a expectativa que se tem já mais velho. Ainda segundo o IBGE, estima-se que hoje uma pessoa de 40 anos tenha uma expectativa de viver mais 33,8 anos. A que está com 60 anos tem a expectativa de viver mais 17,7 anos. Isso deixa o Brasil muito próximo do grupo de países desenvolvidos, onde o cálculo, a partir dos 60 anos, é que o homem tenha mais 18 anos de vida e a mulher, mais 22, segundo a ONU. “Expectativa de vida do Brasileiro aumentou” – Folha de São Paulo – 01/12/2000.

das “Transferências Negociadas”, os chamados PTAs⁶³ - Plano de Trabalho Anual⁶⁴. Que significam um outro problema a parte, desde a sua elaboração à sua implementação.

Primeiro, a Secretaria tem que dispor de uma boa equipe que elabore projetos orçamentários que se adequem às condições impostas pelo MEC⁶⁵ e, segundo, e bastante problemático, que é trabalhar com dados e ações propostas do ano anterior. Ou seja, o Plano de Trabalho é realizado no início do ano, de acordo com as matrículas realizadas e ações a serem implementadas no período. Este Plano é enviado numa data limite (geralmente, maio ou junho) e os recursos aprovados são depositados até o final do ano – com um prazo curtíssimo para execução, sob pena de devolução – ou no ano posterior, quando os dados não são mais os informados no Plano⁶⁶. E sem contar que os valores aprovados são sempre inferiores aos solicitados.

Levando em consideração a dificuldade encontrada no levantamento dos dados referentes aos gastos totais com a Educação de Jovens e Adultos no município de Recife, no período abordado neste

⁶³Plano de Trabalho Anual (PTA) é o instrumento de organização utilizado pelo Ministério da Educação para realizar as “transferências negociadas”. Atualmente as prefeituras, secretarias estaduais de educação e entidades não-governamentais podem solicitar ao FNDE a assistência financeira através deste instrumento. Os níveis de modalidades beneficiados pelo programa são: Educação pré-escolar, ensino fundamental, educação indígena, educação de jovens e adultos e educação especial. Os recursos são destinados à formação continuada (capacitação de professores), aceleração de aprendizagem, aquisição de material didático/pedagógico, aquisição de equipamentos, ações básicas de prevenção em saúde e transporte escolar. Os PTAs utilizam recursos do Salário-Educação (1/3) , que são geridos pelo FNDE. – Informações retiradas do Site: WWW. fnde.gov.br

⁶⁴Temos informações que Recife é um dos raríssimos municípios que conseguiram capturar recursos do Banco Mundial e do Projeto Nordeste para EJA. No entanto, não foi possível confirmar esta informação pela insuficiência de dados dispostos na Secretaria de Educação.

⁶⁵ É interessante observar que a aprovação dos Planos de Trabalho geralmente está condicionada à vinculação das ações propostas pelo governo federal (PCNs, Material Didático, Formação...)

⁶⁶Esta questão tem a ver com uma outra discussão a cerca da continuidade e descontinuidade das políticas administrativas, que tentaremos abordar nas Considerações Finais.

trabalho, aqui estão apresentados valores captados pelo município através das Transferências Negociadas – (PTAs) Plano de Trabalho Anual.⁶⁷

Tomando como referência os valores aprovados pelos PTAs, se considerarmos os anos que dispomos de dados municipais (Tabela 2), veremos que o valor gasto/aluno/anual, na rede municipal de ensino de Recife são ínfimos.

Mesmo considerando que estes valores são gastos apenas com capacitação e produção/aquisição de material didático/pedagógico – tendo em vista que os demais gastos encontram-se justificados no Ensino Fundamental, percebemos que mesmo delimitando estas ações, estes valores obviamente, não condizem com nenhum indicador que possa estimular a expansão e muito menos a qualidade da educação oferecida à população.

Tabela 2
Valores aprovados dos Planos de Trabalho Anual
Rede Municipal de Educação da Cidade do Recife/PE
Educação de Jovens e Adultos⁶⁸ (em valores de junho de 2001)

Ano	Valores Aprovados	Valor gasto/aluno
1993	122.821,61	11,43
1994	Não Consta	-
1995	337.740,15	26,57
1996	Não Houve	-
1997	546.631,23	41,61
1998	572.408,06	43,31
1999	149.835,48	10,35
2000	Não Houve	-

Fonte: FNDE/MEC : 2001

Ainda a respeito dos dados da Tabela 2, embora não tenhamos os valores solicitados, que muitas vezes são bem superiores aos aprovados,

⁶⁷ Estes foram os únicos anos que haviam dados disponíveis na Coordenação de Projetos do FNDE - MEC

⁶⁸ Os valores foram atualizados pelo Índice Geral de preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI médio), da Fundação Getúlio Vargas.

observamos que o ano de 1998 foi quando a Secretaria conseguiu captar os maiores recursos financeiros.

Podemos inferir neste momento, que esta gestão (1997-2000) tinha nos dois primeiros anos, como Secretária de Educação Municipal, Margarida de Oliveira Cantarelli, pessoa com bastante influência política, junto ao Vice-Presidente da República Marco Maciel, o que poderia, por hipótese estar viabilizando canais de interlocução entre os atores governamentais, determinando aprovações mais substanciais, e próximas dos valores solicitados.

Como recomendado (condicionado) pelo MEC, a Secretaria tem utilizado esses recursos, principalmente, para formação continuada dos educadores e aquisição/elaboração de material didático-pedagógico⁶⁹.

Concluimos, portanto, que Recife não é um município atípico com relação aos investimentos na Educação Básica de Jovens e Adultos, padecendo dos mesmos problemas enfrentados pela esmagadora maioria dos municípios brasileiros que assumiram esta modalidade de ensino, onde os indicadores de qualidade almejados não são alcançados devido, principalmente, a escassez de recursos investidos, que disto decorrem a formação continuada dos educadores, produção e aquisição de material pedagógico, ou seja, a expansão da oferta com qualidade.

No próximo Capítulo estaremos analisando em que nível a Rede Municipal de Ensino, mesmo com essas dificuldades encontradas, o que se refere a disponibilidade de recursos, tem conseguido ampliar a cobertura do Programa.

⁶⁹Com relação aos anos citados ver no Capítulo II.

CAPÍTULO IV



O Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos – Análise da Cobertura e do Desempenho do Programa

Como indicado anteriormente, neste Capítulo estaremos analisando o desempenho do programa de Educação de Jovens e Adultos desenvolvido ao longo desses 15 anos (1985-2000).

Não é tarefa fácil analisar o desempenho de um programa, principalmente tomando como referência as dificuldades inerentes à implementação de programas destinados à Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Ainda são incipientes os estudos que podemos tomar como referência para uma possível análise, bem como indicadores que norteiem as práticas e ações nesta modalidade de ensino⁷⁰.

De forma que, ao nos propormos realizar uma análise do desempenho do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos implementado pela Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife, retomamos alguns conceitos apresentados no Capítulo Introdutório deste trabalho, relacionados à fase da implementação da políticas no setor público⁷¹. Salientando que, a fase de implementação começa após as decisões estabelecidas ou tendo sido identificado o objetivo e as

⁷⁰ Salientamos que as avaliações realizadas, geralmente, focalizam/priorizam os indicadores relativos ao desempenho sob uma ótica meramente quantitativa.

⁷¹ VAN METTER e VAN HORN (1996), estabelecem uma clara distinção entre a implementação da política, a execução, o desempenho, e o que geralmente se denomina o impacto da política. Conceitos estes diferentes ainda que estejam inter-relacionados. Para estes autores, o estudo do impacto se ocupa das consequências das decisões políticas. Ao concentrar-se nas atividades que incidem na prestação dos serviços públicos (quer dizer, no desempenho), o estudo da implementação destaca uma das forças que vão determinar o impacto das políticas. Daí que, como observa DOLBEARE (1974), os estudos sobre impacto perguntam: “o que ocorreu?”, Enquanto que os estudiosos sobre implementação perguntam “por que ocorreu desta maneira?”.

metas. Da mesma forma, que é necessário respaldo legislativo e financeiro.

Este trabalho de investigação procura contribuir para a mensuração e explicação dos resultados da política, mediante a análise de seu desempenho, realizada por meio de cumprimento real da prestação dos serviços propostos à população, de 15 anos ou mais, analfabeta ou de baixa escolaridade, da cidade do Recife.

Reconhecemos que alguns serviços podem atingir efetivamente a seu objetivo sem ter nenhum impacto substancial no problema que se supõe a política. Como também, pode dar-se o caso de que uma política seja posta em prática com grande eficiência e que, apesar disso não consiga lograr um impacto substancial, seja porque foi erroneamente concebida, ou porque sucederam circunstâncias imprevistas. Parece-nos claro, portanto, que o bom desempenho do programa é uma condição necessária, porém, não suficiente para a obtenção de resultados finais positivos.

“Quanto aos estudos baseados em objetivos – que foram os precursores dos trabalhos avaliativos- são eles uma forma de avaliar que se limita a “determinar se os objetivos foram alcançados e, de acordo com isto, concluir se foi êxito no trabalho avaliado”. Entretanto poder especificar até que ponto os objetivos propostos foram alcançados não permite emitir um juízo de valor sobre um programa, plano, atividade ou serviço. É o caso, por exemplo, da avaliação educativa tal como foi concebida por Bloom e outros: que os alunos alcancem ou não os objetivos prefixados não garante evidência válida e confiável sobre o valor da escola ou do sistema educativo. Mais ainda, nem se propõe isso. Noutras palavras: os objetivos propostos podem ser alcançados sem que com isso constitua uma garantia de que o que se está fazendo tenha um valor e seja significativo.”
(AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. 1995; p. 39-40)

Podemos, pois, afirmar que são muitas variáveis que devem ser levadas em conta ao realizarmos uma análise do desempenho de um

programa. A primeira que destacamos, neste caso, é: em que medida a Secretaria de Educação Municipal tem incrementado a universalização da Educação Básica de Jovens e Adultos? Ou seja, qual **o grau de cobertura do Programa?** E uma segunda variável observada é relacionada ao **aproveitamento dos alunos**.

Sobre a questão da cobertura do programa, em relação à demanda, achamos indispensável apresentarmos primeiramente a evolução da taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais, no Brasil, Região, Estado e Município, a fim de relacioná-la com a demanda potencial local situando-a na esfera nacional.

É especialmente relevante observar que a Região Nordeste, e também o Estado de Pernambuco, apesar de registrarem um decréscimo de seis pontos percentuais nas taxas de analfabetismo, neste intervalo de cinco anos, ainda se encontram bem aquém dos índices nacionais – que são elevadíssimos. Já Região Metropolitana do Recife e o próprio município de Recife, apresentam índices bem melhores que os nacionais.

Tabela 3
Taxa de Analfabetismo das Pessoas
com 15 anos ou mais de idade,
% - Total

	1991	1996
Brasil	20,1	14,7
Nordeste	37,65	26,6
Pernambuco	25,51	24,7
Região Metropolitana do Recife	16,2	12,0
Recife	14,85	8,78

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1991: IBGE
Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996: IBGE

Mesmo reconhecendo esta evolução, temos que considerar o alto número de pessoas com 15 anos ou mais, ainda analfabetas na cidade do Recife, que segundo a PNAD/1996, são 85.216.

A fim de configurar o cenário da cobertura do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvido pela Secretaria Municipal, apresentaremos o atendimento desse nível de ensino oferecida, por dependência administrativa no município.

Tabela 4
Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Dependência Administrativa - Recife - 1997-2000.⁷²

Ano	Dependência Administrativa				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
1997	-	N/C	13.134	N/C	13.134
1998	-	N/C	13.215	N/C	13.215
1999	13.560	0	14.474	804	28.838
2000	11.427	0	15.347	873	27.647

Fonte: INEP / Censo Escolar 2000.

Tomamos esses quatro anos para ter uma idéia do comportamento das redes frente às mudanças no padrão de financiamento do ensino fundamental⁷³. Como podemos observar as redes estadual e municipal concorrem no atendimento de jovens e adultos na cidade do Recife. No entanto, podemos notar que, embora a diferença ainda seja pequena, os números apontam para um incremento no atendimento realizado pela Rede Municipal e uma retração da Rede

⁷² Os dados coletados no Censo Educacional pelo INEP, não correspondem aos fornecidos pela Secretaria de Educação Municipal da Cidade do Recife. No entanto, para fins de análise desta cobertura por dependência administrativa, utilizamos os dados do INEP para coleta dos dados referentes às dependências: federal, estadual e particular.

⁷³ Mesmo sabendo que esta modalidade de ensino não se encontra contemplada nos cálculos do FUNDEF, e até por isso.

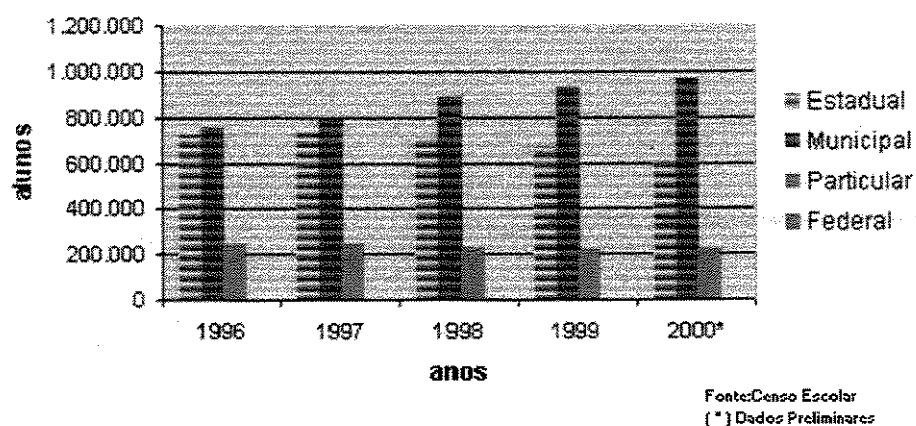
Estadual, nos últimos anos, característico do movimento da municipalização ocorrido nos anos recentes no país.

Ao mesmo tempo, podemos observar, ainda referente aos dados apresentados na Tabela 4, que enquanto a Rede Estadual se ausenta da educação de Jovens e Adultos, a Rede Municipal aparenta estar na sua capacidade máxima de atendimento, tendo em vista a pequena evolução ocorrida nos últimos anos.

Embora não tenhamos dados para toda a série histórica (1985/2000), podemos observar através do Gráfico 1, que em Pernambuco é nítido este processo de municipalização do ensino Fundamental, e dentro destas estatísticas encontramos a educação básica de jovens e adultos, levando em consideração que estas matrículas encontram-se agregadas neste nível de ensino.

Gráfico 1

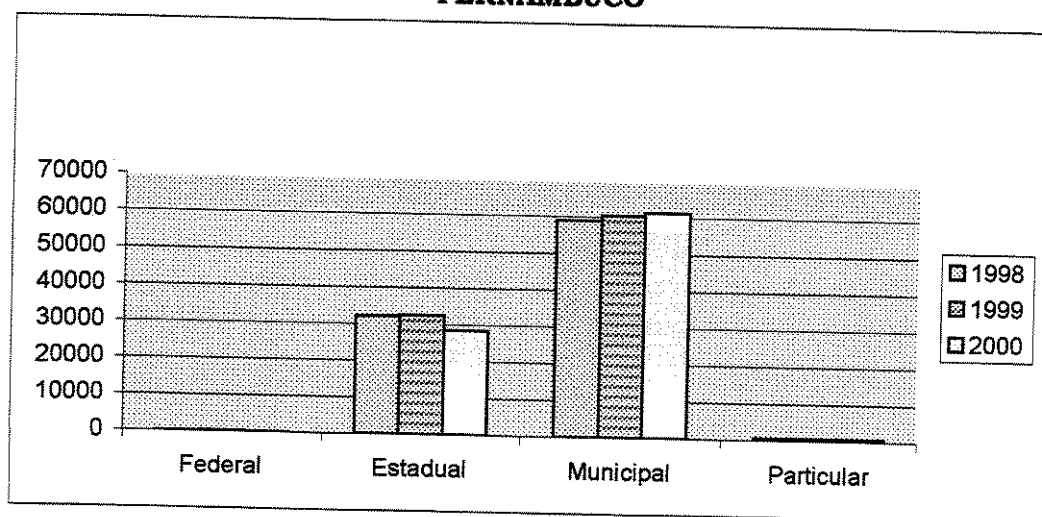
**Matrícula Inicial no Ensino Fundamental por dependência administrativa
Pernambuco 1996-2000**



Mais especificamente com relação à Educação Básica de Jovens e Adultos, ainda no âmbito do Estado, podemos perceber a maior incidência do atendimento pela Rede Municipal, como mostra o Gráfico 2, embora possamos perceber que no intervalo dos três anos disponíveis, o crescimento da dependência municipal não é tão significativa.

GRÁFICO 2

**Evolução Matrículas Educação Básica de Jovens e Adultos
(1ª a 4ª Série) por Dependência Administrativa
PERNAMBUCO**



Fonte: Censo Escolar – INEP

Tomando a esfera local, a Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife atendeu, em 2000, 15.347 pessoas⁷⁴, no seu programa de Educação Básica de Jovens e Adultos. Isto corresponde a 18% da

⁷⁴ Incluindo turmas de “Supletivo” – 5.ª a 8ª Série. Salientamos que ao incluirmos as turmas de “Supletivo” (5ª a 8ª Séries) na contabilização das matrículas, levamos em consideração: 1. O DEBJA é responsável pela formulação e implementação da ação (formação de professores, equipe técnica, acompanhamento, material didático e de apoio); e 2. Os recursos destinados à esta ação são decorrentes, em parte, dos Planos de Trabalho Anual, desenvolvidos pelo mesmo departamento.

população recifense acima de 15 anos sem escolarização⁷⁵, segundo dados da PNAD/1996 (IBGE). Ainda que este percentual seja notavelmente pequeno, a evolução do atendimento à este nível de ensino demonstra um grande esforço no sentido de universalizar a educação à esta parcela da população - jovens e adultos que não tiveram acesso à escolaridade, ou que dela foram “expulsos” precocemente - se compararmos a evolução do atendimento realizado no ano de 1985, conforme os dados da Tabela 5.

TABELA 5
Evolução das Matrículas na Educação Básica de Jovens e Adultos
Rede Municipal de Ensino - Recife
1985-2000

Ano	Evolução
1985	-
1990	282,43%
1995	51,24%
2000*	20,76%

Fonte: SEC/PCR - DGE/DIE/DAE/DEBJA - 2001

*Incluem as matrículas das turmas de Supletivo (5ª a 8ª - Ensino Fundamental)

Podemos observar que apesar da evolução ocorrer nos intervalos apresentados, o maior índice se apresenta no primeiro quinquênio (85 a 90), onde ocorre um aumento de, aproximadamente, 282% no atendimento.

Se tomarmos toda a série histórica abordada por este trabalho teremos:

⁷⁵ Segundo PNAD/1996, Recife contava com 85.216 pessoas com 15 anos ou mais, analfabetos.

Tabela 6 - Alunos Matriculados na Educação Básica de Jovens e Adultos na Secretaria Municipal de Educação - Recife - 1985 a 2000

ANO	ALUNOS MATRICULADOS (1ª a 4ª séries)*	EVOLUÇÃO %
1985	2.197	-
1986	3.639	65,63
1987	6.343	74,30
1988	7.100	11,93
1989	8.416	18,53
1990	8.402	-1,66
1991	9.220	9,73
1992	10.095	9,49
1993	10.739	6,37
1994	12.540	16,77
1995	12.708	1,33
1996	15.439	21,49
1997	13.134	-17,54
1998	13.215	0,61
1999	14.474*	9,52*
2000	15.347*	6,03*

Fonte: SEC/PCR - DGE/DIE/DAE/DEBJA - 2001

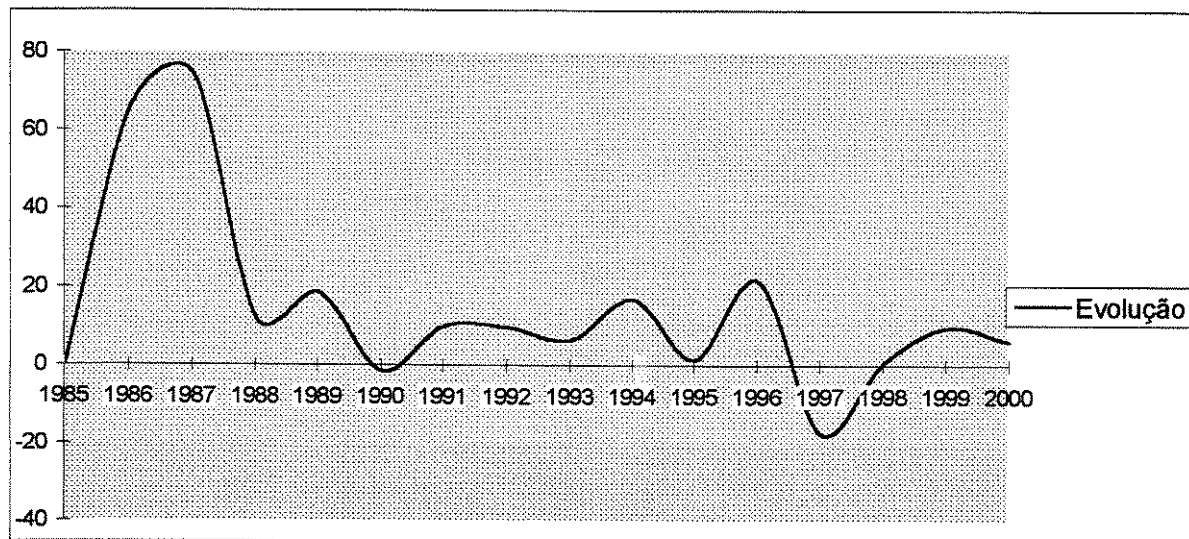
*Para os anos de 1999 e 2000, inclui os alunos matriculados nas turmas de Supletivo (5ª. a 8ª. - Ensino Fundamental).

Ainda com relação ao atendimento, ao analisarmos os dados da Tabela 7, podemos verificar que o ano de 1987 foi o que apresentou o maior percentual de evolução do período (74,30%). Exatamente o período em que, na Gestão 1986/1988, está sendo formulado o Projeto Teimosia. Que apresentava como meta, dentre outras, a expansão do atendimento dos jovens e adultos.

Outra questão referente à evolução do período 1986/1987, relaciona-se ao momento em que acabamos de ter os prefeitos eleitos das capitais, trazendo consigo propostas de democratização/universalização da educação, bem como em 1987, a implantação do Plano Cruzado, reacendendo na população de menor poder aquisitivo a esperança da conquista de novos espaços de inserção na sociedade, através do trabalho, sendo um requisito fundamental para este, muitas vezes, a escolarização.

O gráfico seguinte mostra-nos esta variação ocorrida no período, e que utilizaremos para algumas considerações:

Gráfico 3 - Educação Básica de Jovens e Adultos - SME/PCR
Evolução de Matrícula - 1985-2000



Fonte: SME/PCR

Com relação à primeira metade dos anos 90, observamos que logo em 1990 temos um declínio acentuado no atendimento, exatamente no ano (início do Governo Collor) em que foi extinta a Fundação Educar, nos levando a inferir que neste momento ocorre um certo impasse com relação à nova forma de estruturar financeiramente os programas educacionais destinados à EJA.

Na mesma linha de raciocínio do ano 1987 (quando ocorre o maior índice de evolução), em 1994, temos uma retomada na evolução das matrículas (16,77), e no cenário econômico é implantado o “Plano Real”.

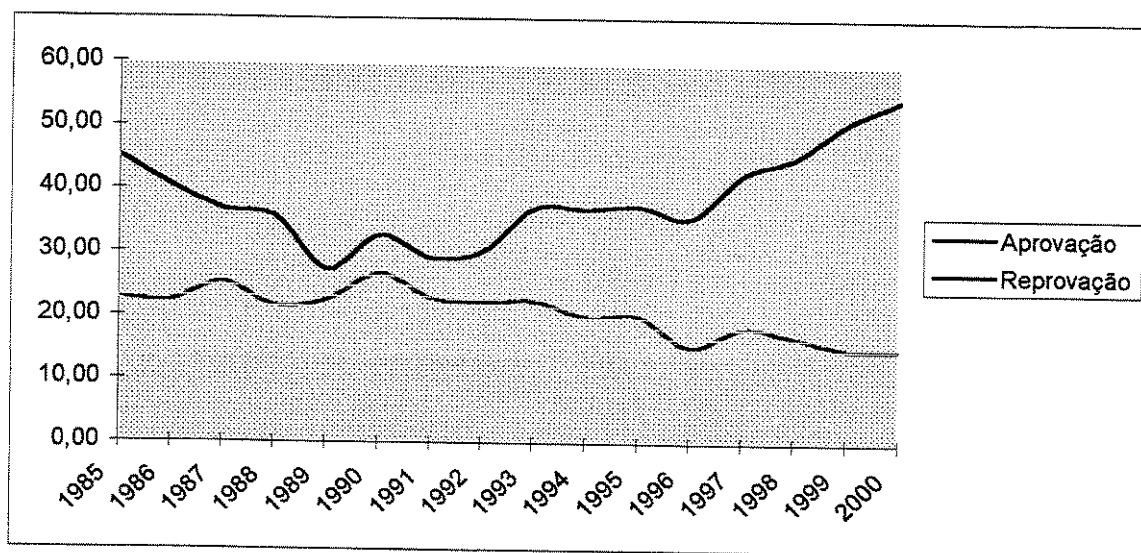
Em 1995 voltamos a observar uma queda no atendimento, recuperando-se no ano seguinte. Para imediatamente em 1997, início de uma nova administração municipal temos o maior índice negativo registrado (-17,54) em toda série abordada. As razões para este fato

podem estar relacionadas a um movimento conseqüente por ser neste ano que temos recém aprovada a nova LDB (dezembro/96), bem como a aprovação da Emenda 14, que institui o FUNDEF, e a publicação do Veto Presidencial impedindo o cômputo das matrículas de EJA para efeitos dos cálculos do Fundo.

Como indicado inicialmente, além da questão da cobertura, estaremos também analisando alguns itens relacionados ao aproveitamento dos alunos integrados ao Programa.

Quanto aos dados referentes ao aproveitamento dos alunos, temos alguns aspectos interessantes a serem observados no Gráfico 4 (relativo à matrícula total), é que embora o percentual de aprovação esteja evoluindo positivamente, o de reprovação não tem diminuído na mesma proporção, indicando que outras variáveis devem ser analisadas neste momento.

Gráfico 4
Aprovação e Reprovação em relação à Matrícula Total
Secretaria Municipal de Educação - Recife - 1985 a 2000
Educação Básica de Jovens e Adultos



Fonte: SME/PCR - DGE - DIE - DEBJA

Do ponto de vista relacionado às “Perdas”, enfatizamos, que consideramos como “perda real”: alunos reprovados e alunos evadidos, pois os demais, ao nosso ver, são relacionados a fatores externos ao Programa. Diferentemente do que a Secretaria contabiliza como perda (reprovados, transferidos e falecidos). Podemos analisar estes dados através do gráfico 5, onde observa-se que os índices de abandono são bem superiores aos de reprovação. Não querendo dizer com isso que a reprovação apresenta baixos índices, ou tendência ao declínio. Observamos sim, que há uma variação constante.

Verifica-se que, realmente, o percentual de alunos que se evadem e são reprovados no programa ainda é muito grande. Tendo os seus maiores índices registrados nos anos de 1989 e 1996, alcançando o patamar de mais de 45%. No entanto, temos observado que do ano de 1998 para o ano 2000, vem ocorrendo um declínio proporcional destes números relativos à evasão e repetência. Provavelmente decorrente de ações do tipo: acompanhamento sistemático das equipes pedagógicas e educadores nas ações relativas ao programa “Plantão Escolar”⁷⁶. Assim como a implantação da “*Brigada Cultural Paulo Freire*”, em 1999, que tem como um dos objetivos, o combate à evasão e reprovação do alunado.⁷⁷

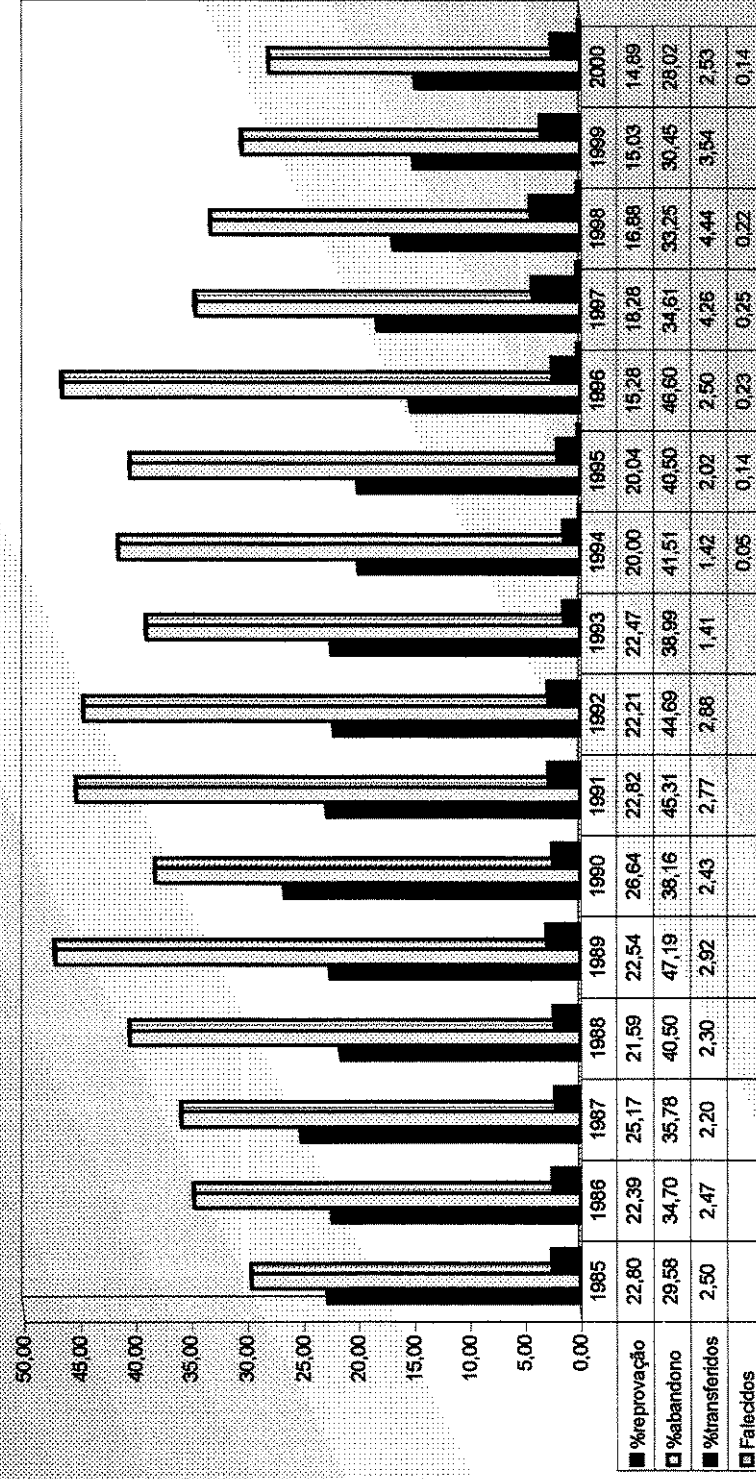
Constatamos, portanto, que apesar de detectarmos um esforço por parte da Secretaria Municipal em ampliar o atendimento para esta modalidade de ensino, os desafios ainda concentram-se nas questões relativas a qualidade, eficácia e equidade. A maior evidência desta combinação de problemas é a alta taxa de repetência e evasão, que ainda perdura no Programa.

⁷⁶ Ver mais sobre a ação “Plantão Escolar” no Capítulo II deste trabalho.

⁷⁷ O que nos indica um movimento, na melhoria do fluxo de alunos do Programa.

Apesar do decréscimo verificado no período recente, citado, ao analisarmos os dados numéricos de perdas, relacionados com a Matrícula Total, consideramos que, o enfrentamento do problema caracteriza-se, portanto, como grande desafio para o Programa.

Gráfico 5
Educação Básica de Jovens e Adultos
Perda em Relação à Matrícula Total
Rede Municipal de Ensino - Recife - 1985 a 2000



Fonte: SE/PCR - DGE - DEBJA

Mais uma questão que nos chama atenção é o índice de retorno dos alunos jovens e adultos à escola. Contraditoriamente ao que se acredita, boa parte dos alunos que ingressam na Educação de Jovens e Adultos são “reincidentes”.

Como podemos constatar através dos dados coletados na Pesquisa: “*A Aluno Trabalhador: A Escola Reconhece o Cidadão*”, ⁷⁸ que embora utilize dados de 1994, a situação atual não se diferencia a ponto de invalidar a análise:

No conjunto dos fenômenos de exclusão, dois deles podem se apresentar combinados, gerando problemática maior, ou seja, em alguns casos o aluno da EBJA teve a experiência de ser reprovado em um momento e de desistir em outro, aumentando a defasagem entre o tempo previsto para concluir seu curso e o tempo real utilizado. Essa situação pode ser apreciada na tabela abaixo.

Tabela 7 – Repetições e desistências do aluno no ensino regular

Situação	Número	%
<i>Repetições e Desistências</i>	162	59,6
<i>Só Repetições</i>	41	15,1
<i>Só Desistências</i>	54	19,8
<i>Nem Repetições nem Desistências</i>	15	5,5
TOTAL	272	100,0

Ao detalhar um pouco mais esses dados, observa-se que 5,5% desses alunos afirmam nunca ter repetido nem desistido; 19,8% dizem que só tiveram desistência; 15,1%

⁷⁸ A amostra para esta pesquisa foi retirada do universo dos alunos da modalidade de ensino em pauta, sendo contemplados os estudantes que compõem os módulos I, II e III da rede municipal da Secretaria de Educação da Cidade do Recife, de alfabetização e das fases 1 e 2 do curso de EBJA da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e das classes multiseriadas da rede das escolas comunitárias da cidade do Recife.

confirmam só repetição e 59,6% apresentam uma história de repetição e desistência na sua trajetória escolar, no ensino regular. Logo, somando-se os só desistentes com os só repetentes, com os que vivenciaram as duas situações, tem-se um total de 94,5% de alunos. De acordo com esses resultados, quase todos, de uma forma ou de outra, terminam sendo represados no ensino regular, podendo-se acrescentar que 261 (67,8%) deles dizem Ter feito a 1ª série, 197 (51,2%) afirmam ter cursado a 2ª série, 141 (36,5%) a 3ª série e 81 (21,0%) a 4ª série do ensino fundamental.

Esses dados remetem à questão do analfabetismo, discutível hoje, como sendo um problema daqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade própria, pois tais pessoas já passaram pela escola e já experimentaram os processos de fracasso escolar. Além disso, constata-se que muitos desses alunos podem estar repetindo sem, necessariamente, terem sido reprovados, matriculando-se em séries concluídas. Essa atitude do aluno aponta para duas questões: a insegurança daquele que tendo cursado o ensino fundamental (séries iniciais) não consegue um domínio de conhecimento e se acha incapaz de cursar um série posterior e a ineficiência da escola para qualificar esse aluno e dar-lhe condição de avançar na sua vida escolar, pessoal e profissional”.

Outro aspecto a ser ressaltado, e que foi alvo de ações da última gestão administrativa (1997-2000), analisada no presente trabalho, relaciona-se à identificação da idade dos alunos atendidos pelo Programa.

Duas questões nos chamam atenção quanto a estes dados: a primeira é o alto índice de alunos com menos de 14 anos, como dito anteriormente, ilegal e descaracterizado, e a segunda é que o programa tem atingido, aproximadamente 50% de alunos com menos de 21 anos. Isto, não significando ausência de demanda nas idades superiores a 21 anos por escolaridade básica no Recife. Levando-nos inclusive a inferir que o chamado “ensino regular” – na “idade própria” – não tem tido o êxito tão propalado.

Tabela 8 - Idade dos alunos matriculados na Educação Básica de Jovens e Adultos no período de 1996 a 1998 – DEBJA/SE/PCR

Ano	Alunos com menos de 14 anos (9 a 14)		Alunos de 15 a 21 anos		Alunos com mais de 21 anos		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1996	1.497	11,19	6.806	50,89	5.070	37,91	13.373*
1997	414	3,02	7.952	58,13	5.313	38,84	13.679*
1998	1.257	8,78	6.832	47,73	6.224	43,48	14.313*

Fonte: DEBJA/ DIE/DAE/DGE/SE/PCR

* Os resultados finais não coincidem com os dados do quadro geral de Matrícula/Desempenho. Nesse sentido, podemos inferir que os dados foram coletados em momentos diferenciados.

A título de conclusão deste Capítulo, observamos que ao cruzarmos os números de atendimento pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino do Recife com o número de analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos, na cidade, certificamos que ainda há muito o que se avançar em termos de universalização do acesso à esta demanda⁷⁹.

Pois, mesmo considerando que a Rede Municipal do Recife e a Rede Estadual de Pernambuco⁸⁰ concorrem no atendimento, neste nível de ensino em Recife, as duas, em 2000 atenderam a 27.647

⁷⁹ Como podemos observar através da Tabela 9.

⁸⁰ Nesta observação desconsideramos as dependências: Federal e Particular, por apresentar números que não invalidam a análise. E as Escolas Comunitárias por não haver dados disponíveis.

alunos, o que corresponde apenas a 32,44% da demanda potencial por esta escolaridade do município, constatando que a cobertura do Programa ainda é muito restrita. E mais sério torna-se, ao percebermos que esta constatação toma como base os dados de analfabetismo coletados pelo IBGE, que classifica como alfabetizadas as pessoas que se declaram saber ler e escrever um bilhete simples e como “analfabeto funcional” quem não completou as quatro primeiras séries do ensino básico, portanto, temos aí um contingente muito maior do que é declarado.

**Tabela 9 - Atendimento a demanda potencial pela Rede Municipal.
Recife - 1991 e 1996**

Ano	Nº de Analfabetos de 15 anos ou mais	Atendimento pela RME	%
1991	132960	9.220	6,93
1996	85.216	15.439	18,11

Fonte: Pnad 1991 e 1996

Entendemos, portanto, que ao evidenciarmos o esforço que a Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Recife vem envidando, no que se refere à expansão do atendimento qualificado a esta demanda, não desconhecemos que a plena escolarização jovem e adulta ainda configura-se enquanto desafio para o município e consequentemente, às políticas sociais locais.

Considerações Finais

É interessante e indispensável considerarmos que ao analisarmos o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, dentro da Política Educacional da Secretaria de Educação Municipal da Cidade do Recife, tomamos como referência os estudos de avaliação de Políticas Sociais disponíveis - o que não são muitos, e mais importante: a grande maioria é desenvolvida à luz de experiências de outros países, o que termina por configurar os cenários e construção da agenda governamental bastante diferenciadamente da nossa realidade, de forma que podemos utilizá-los como referência no que temos em comum.

Os estudos analíticos brasileiros ainda são recentes e escassos. Porém, isso não impede, e até requer mais intento por parte dos pesquisadores e interessados na área, em desenvolvê-los.

A princípio, o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, desenvolvido pela Secretaria de Educação Municipal da Cidade do Recife, insere-se na polêmica discussão da oferta da EJA através de Campanhas ou não. Ele traz em si a evolução do conceito de educação enquanto processo permanente, que se desenvolve ao longo de toda a vida, assumindo novas formas quando o acesso à educação fundamental for garantido para todos na infância e juventude. E este processo é entendido a partir da priorização dos segmentos menos favorecidos da população, desde a sua concepção (1985/1986).

Recife ainda conta com um grande número de pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade – como foi apresentado no Capítulo

Desempenho do Programa, o que traduz-se em demanda potencial para as políticas sociais locais. No entanto, observamos que é significativo o esforço despendido pela SEC/PCR e interesse por parte das administrações municipais ao longo destes 16 anos analisados, em responder à essa demanda, através de iniciativas que buscam reverter esse quadro inaceitável.

O Programa traz em si o movimento da descentralização ocorrido nestes últimos anos, ao conseguir “sobreviver”, conservando boa parte da sua estrutura e concepção, ao mesmo tempo em que transforma-se, incorporando novos conceitos pertinentes às novas transformações ocorridas na sociedade a ponto de gerar confronto de práticas educativas que colaboram na construção de uma educação pública popular e democrática.

À esse respeito, consideramos a concepção de capacitação dos educadores, enquanto formação continuada, permanente, um sinal de amadurecimento, de enfrentamento da situação caótica em que se encontra a situação da educação brasileira e dentro desta, a formação dos educadores, que muitas vezes, a formação em serviço configura-se como única oportunidade que dispõem de estarem atualizando-se e discutindo suas dificuldades encontradas em sala de aula. E inerente a esta, o preenchimento da lacuna referente à formação específica para esta modalidade, nos cursos de graduação e outros.

Consideramos que a formação de professores é um processo que requer tempo e cujos frutos só se fazem sentir a médio e longo prazos. E dessa forma, os administradores públicos têm que priorizar este processo (formação) e garantir as condições de sua continuidade no futuro, sem ilusões de que os resultados possam se fazer sentir plenamente em suas gestões. Pois, muitas vezes tais processos são interrompidos em virtude da descontinuidade político-administrativa. E

no Brasil, um dos fatos mais óbvios, da nossa experiência é a descontinuidade administrativa, e se há uma singularidade desse Programa é ter sido um programa que sobreviveu a uma localidade onde se experienciou a sucessão de duas grandes forças políticas (PFL e PMDB), mais conservadoras e mais progressistas se alternando no poder municipal, que influenciaram a configuração do Programa, no entanto em momento algum foi cogitada a possibilidade de desmobilização da atenção destinada à EBJA.

São grandes os desafios que esta modalidade de ensino ainda tem à enfrentar. Primeiramente, consideramos que a universalização ainda está por ser resolvida, pois como observamos nos índices, a Rede Municipal aliada à Estadual de Ensino, atenderam em 2000 à 26.774 alunos, isto representando apenas 31,41% da demanda potencial no Recife, de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não tiveram acesso à esse nível de escolaridade (Ensino Fundamental).

Aliada à questão da universalização, temos a questão da permanência. Ainda é muito grande o número de alunos que se evadem das salas de aula, retornando em grande parte, nos anos seguintes, nos levando a considerar que este é um ponto de extrema relevância a ser analisado, ou seja, quais as causas das desistências, inúmeros retornos e principalmente, o que a rede de ensino tem a fazer para solucionar esse problema?

E finalmente a questão da qualidade. Entendemos que educação de qualidade requer muito mais esforço e pretende atingir a objetivos muito mais equânimes, do que dar meras respostas à avaliações externas, realizadas através de exames nacionais, que desconsideram as diferenças regionais, bem como as especificidades inerentes à programas com demandas focalizadas, como é o caso da Educação de Jovens e Adultos.

Quanto a este aspecto (avaliação de rede), ao nosso ver, a Secretaria de Educação Municipal de Recife, tem enfrentado positivamente, ao incluir esta modalidade (EJA), a partir de 1998, no *Projeto de Avaliação de Rede*, buscando identificar as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos, e tomando esses resultados como base para discussão com os educadores e na formulação de futuras diretrizes.

Numa outra vertente, mas que condicionam a execução de ações e de solução, indicadas anteriormente, temos a questão dos recursos financeiros destinados e disponíveis a esse nível de ensino. Consideramos que o uso de critérios de eficiência para aferição do sucesso de Políticas Sociais não devem ficar restrito a sua dimensão instrumental econômica, têm-se que introduzir aí o nível de satisfação da população-alvo, assim como os objetivos e necessidades das ações.

No entanto, como pudemos observar, são escassos os dados, mas é possível afirmarmos que a Educação de Jovens e Adultos é oferecida e realizada com poucos recursos. E, contraditoriamente ao processo de descentralização promovido pelo governo federal, de certa forma, a Secretaria Municipal ao formular e implementar as ações que mais dispendem de recursos, continua, em grande parte, dependente desta esfera de governo (federal), através dos Planos de Trabalho Anuais. Isto ao nosso ver, seria solucionado ao ser estabelecido, nas esferas governamentais, percentuais mínimos de recursos financeiros a serem investidos na EJA – e dados para isto já temos – garantindo assim a capacidade de atendimento com qualidade por parte da Secretaria.

Acreditamos portanto, que o presente trabalho cumpre o seu papel ao reconstituir o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, a partir de um olhar, mas não esgota as múltiplas dimensões

inerentes a um Programa que traz à tona o debate acerca da situação de exclusão cultural de grande parte dos jovens e adultos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Tradução de Jaime A Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995. 2ª Ed.

AZEVEDO, J. M. L. de. **As Políticas Sociais e a Cidadania no Brasil**, in Educação & Sociedade, São Paulo, Cortez/CEDES, n.28, 1987.

CAVALCANTI, E. C.; COSTA, M. de C.; MONTEIRO, A. M. **O Aluno Trabalhador: a escola (re)conhece o cidadão**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Secretaria de Educação e Cultura / Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro/ CE/ UFPE. Gráfica e Editora Liceu Ltda, 1986.

DI PIERRO, M. C. **As Políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. São Paulo, PUC, 2000. (Tese de doutoramento).

DI PIERRO, M.C. e HADDAD, S. **Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem de Jovens e Adultos no Brasil: Contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos**. Texto publicado no site www.acaoeducativa.org - acesso em 2000)

ETAPAS. **O Movimento de Bairro e a Prefeitura de Jarbas (1985-1988)**. In: **O movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a prefeitura entre 1955 e 1989**. Recife, 1989.

FIGUEIREDO, M. F. e FIGUEIREDO, A. M.. **Avaliação política e Avaliação de Políticas: um quadro de referência teórica**. In *Análise e Conjuntura*, V. 1, n.3. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1986.

FISCHER, N. B. **Uma Política de Educação Pública Popular de Jovens e Adultos**. Em Aberto, Brasília, ano 11, n.56, out/dez. 1992.

Folha de São Paulo. **Expectativa de vida do brasileiro aumentou** . SP. 01/12/2000.

HADDAD, S. **Educação de Adultos no Regime Militar** - Mimeo. 1994.

HADDAD, S. DI PIERRO M. C. **Diretrizes de Política nacional de Educação de Jovens e Adultos - Consolidação de Documentos - 1985/1994**. SP.1994.

_____. **Avaliação dos 10 anos da EFA em EDA**. Texto disponível no site da Ação Educativa. 1999.

HOFLING, E. M. **A FAE e a execução da política educacional**. Faculdade de Educação, Unicamp, NEPP, 1993 (Tese de Doutorado)

LOUREIRO, L.M.L. **Educação de Jovens e Adultos: ultrapassando o Caráter de Campanha** - Estudo sobre o trabalho desenvolvido no município do Recife, no período de 1985 a 1995 - Recife, 1996. UFPE (monografia do curso de especialização).

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MEC. Ação Educativa - **Proposta Curricular para o primeiro segmento de educação de jovens e adultos**. 1997.

Memorial do MCP - Coleção Recife - Vol. XLIX - Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.

O'DONNELL, Guillermo. **Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais**. Novos Estudos. Cebrap, São Paulo, n°36, pp.123-145.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos: Contribuição à História da Educação Brasileira**. São Paulo: Loyola. 1973.

_____. **Mobral: um desacerto autoritário - 1ª parte: o Mobral e a legitimação da ordem**. Rio de Janeiro, Síntese, vol. 8, n. 23. Set/dez. 1981.

_____. **Mobral: a falácia dos números (Um desacerto autoritário II)**. Belo Horizonte, Síntese, vol. 9, n.24, jan/abr. 1982.

ROCHA, E. M. G. **Os Encontros Pedagógicos de Professores da Educação Básica de Jovens e Adultos num Projeto que teima em dar certo**. Monografia do curso de Especialização – UFPE- 1989.

RUS PEREZ, J. R. **Avaliação do Processo de Implementação: Algumas questões metodológicas**. In. Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate - Elizabeth Melo Rico (org) - São Paulo: Cortez: IEEP/1998.

_____. **Avaliação, Impasses e desafios da Educação Básica**. Campinas, SP – Ed.da Unicamp; São Paulo: Annablune, 2000.

SANTOS, M. H. de S. **Educação de Jovens e Adultos: estudo de um projeto político-pedagógico popular**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco. 1992.

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra Política Educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SILVA, S. M. C. da. **O Coletivo de Projetos Populares de Educação de Jovens e Adultos: A experiência de sua articulação e organização durante a gestão popular do Recife (1985 a 1988)**. João Pessoa/PB, Centro de Educação/UFPB, 1994. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, J.F.. (org.) **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Mundo. Recife.** UFPE/Centro de Educação/NUPEP. Ed Bagaço. 2000

VAN DER POEL, Cornelis J. et. al. **Práticas alfabetizadoras no Brasil e idéias subjacentes.** In. Alfabetização: revendo o conceito e as práticas. Revista Alfabetização e Cidadania. Nº 3 – Agosto-1996 – RAAAB . São Paulo.

VAN METTER, Donald S. e VAN HORN, Carl E. **El Proceso de implementación de las políticas. Un marco conceptual.** In: La Implementación de las Políticas. Luis F. Aguilar Villanueva. Miguel Angel Porrúa/ Grupo Editorial. México. 1996.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo**. In. Sader, E. & Gentili, P. (org) Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ARRETCHE, M. T. S. In. **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em Debate**. Elizabeth Melo Rico (org). São Paulo: Cortez: IEEP/ 1998.

ARROYO, M. **Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana**. In SILVA, T. T. (org) Trabalho, Educação e Prática Social - Porto Alegre, Artes Médicas. 1991.

ARRUDA, M. **A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. Cortez. 1987.

_____. **Rumos da Educação Democrática sob o Signo do Autoritarismo. Um Estudo sobre a Política Educacional no Brasil**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1994. (Tese de doutoramento).

BARRETO, E. S. de Sá. **Educação de adultos e objetivos educacionais - análise dos objetivos educacionais dos movimentos dedicados a EDA no Brasil desde 47**. Cadernos de Pesquisa. Nº 6-1972.

_____. **Políticas Públicas de Educação: atuais marcos de análise**. Caderno de Pesquisa, n. 90. SP, Fundação Carlos Chagas, ago/1994.

- BEISIEGEL, C. de Rui. **Estado e Educação Popular**. São Paulo: Pioneira. 1974.
- _____. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire**. São Paulo: Ática. 1982.
- _____. **Política educacional e programas de alfabetização - (Retrospectiva histórica da educação pública e a luta dos movimentos populares e a política educacional na alfabetização de adultos após anos 30)** Idéias , Nº 1-1988.
- BOTTANI, N. **Os indicadores de Educação da OCDE: Propósitos, limites e processo de produção**. Anais do Seminário Internacional de Avaliação Educacional
- BRANDÃO, C.R. **Educação popular**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1984.
- _____. (org.) **A questão política da educação popular** , São Paulo: Editora Brasiliense. 1980.
- BUFFA, E. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** - Ester Buffa, Miguel Arroyo, Paolo Nosella.
- CAMPOS, S. de. **O trabalho docente na educação de jovens e adultos trabalhadores- Gestão Erundina / Paulo Freire no município de São Paulo 1989/1992** - (Dissertação de mestrado). 1998.
- CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**, Campinas, Papirus, 1986.
- _____. & CASTRO, C. M.. **Qué rumbo debe tomar el mejoramiento de la educación em América Latina?** Buenos Aires, mimeo. 1996.
- CASASSUS. J. **Descentralizacion a la escuela y calidad de la educación: mitos o realidades?** Mimeo, 1998.

CASTRO, R. P. **As questões da qualificação e da educação e a nova base técnica do capitalismo**. São Carlos. UFSCAR – mimeo. 1992.

COHEN, E. e FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Editora Vozes. Petrópolis. 1999 3ª ed.

COIMBRA, M. **Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais**. In. Abranches, S et alii (org). Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. Anos 90. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1994.

DEMING, W.E. **Qualidade : a revolução na administração**. Ed. Saraiva. Rio de Janeiro. 1990.

DEMO, P. **Educação e Qualidade**. Ed. Cortez. São Paulo. 1994

DOLBEARE, K. M. **The impact of public policy, in Political Science Annual: An International Review**, Volume Five (C. P. Cotter, ed.). Indianapolis: Bobbs-Merril. 1974.

DRAIBE, S. M. O. **Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas**, in Cadernos de Pesquisa do NEPP, Campinas, n.8, UNICAMP/NEPP, 1988.

_____. **As Políticas Sociais e o neoliberalismo**. Revista da USP.

ELMORE, R. **Instruments and strategy in public policy**. Policy Studies Review. 7. 1987.

ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES (Olinda-PE/ 1993) Anais. Brasília- INEP, 1994.

FAGNANI, E. **Política social: reforma constitucional e ajustes na estratégia de governo.** In. Boletim de Conjuntura: Política social. SP, FUNDAP, nº 21, jan-abr/ 1996.

FALEIROS, U.P. **O que é Política Social.** SP, Brasiliense, 1986.

FÁVERO, O. (org) **A educação nas constituintes brasileiras - 1823-1988.**

FARIA, R. M. In **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em Debate** - Elizabeth Melo Rico (org) - São Paulo: Cortez: IEEP/1998.

FERRARI, A . R. **O problema do analfabetismo no Brasil.** São Paulo, Revista da ANDE. Vol. 10, n.17. 1991.

_____. **Analfabetismo no Brasil: tendências seculares e avanços recentes: resultados preliminares.** São Paulo, Cadernos de Pesquisa, n.52. 1985.

_____. **Analfabetismo e ensino fundamental: situação atual, tendências históricas e perspectivas para os anos 90.** In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO, 1990 Anais. Frederico Westphalen: FRI. 1990.

FERRAZ, C. R. **Alfabetização; o que está dando certo no trabalho com adultos.** (Expõe os projetos de alfabetização de adultos em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, que se fundamentam no método Paulo Freire) Nova Escola , Nº 3 - ago. 1988.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre. Artes Médicas. 1993.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em construção**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978.

_____. **Conscientização e Alfabetização**. Estudos Universitários. Recife: abril/junho, 1963.

_____. **A educação como prática da liberdade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FRIEDMAN, M. F. **Liberdade de escolher**. Rio de Janeiro. Record. 1980.

_____. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

FRIGOTTO, G. **Trabalho - educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica ?** Educação e Realidade. Porto Alegre. 1989

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico - social capitalista** .(Tese de doutoramento) . 1983.

_____. **Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses técnicos e práticos. Trabalho e conhecimento: dilemas da educação do trabalhador**. São Paulo. Cortez. 1987.

FURTADO, M. P. A. **O Operário da construção em construção**. (Dissertação de Mestrado) UFMG. 1984.

GADOTTI, M. **Elementos para a crítica da questão da especificidade da educação. (Análise da história recente da educação brasileira)** Em Aberto., Nº 22- jul/ago. 1984.

GARCIA, M. **Um saber sem escrita: visão de mundo do analfabeto** - Análise, através da oralidade dos sujeitos da pesquisa (alunos adultos analfabetos), a visão de mundo que possuem. Cadernos de Pesquisa, Nº75. 1990.

GENTILLI, P. (org) **Pedagogia da Exclusão**. Ed. Vozes. Rio de Janeiro. 1995

GENTILLI, P. A. A. & SILVA, T. T. (Orgs.) **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação - Visões Críticas**. Ed. Vozes. Petrópolis. 1997. 5ª ed.

_____. **Escola S.A - Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. CNTE. Brasília. 1996

GERMANO, J.W. **Lendo e aprendendo: a Campanha de Pé no Chão**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, (Teoria e Prática Sociais) [publicação da Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas]. 1982.

GIUBILEI, S. **Trabalhando com adultos, formando professores** - FE/UNICAMP. (Tese de Doutorado).1993.

GÓES, M. de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-64): uma escola democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (Educação e Transformação II). 1983

GRAMSCI. A . **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1978.

HABERMAS, J. **A nova intransparência** – in Novos Estudos CEBRAP, SP, nº 18. Set/1997.

HADDAD, S. **O Estado da arte do ensino supletivo no Brasil**. Brasília REDUC- INEP. 1985.

_____. **Estado e educação de adultos (1964/85)**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, (Tese de Doutorado). 1991.

_____. **Tendências atuais da educação de jovens e adultos no Brasil**. IN: ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES (Olinda, 1993) Anais. Brasília: INEP. 1994.

_____. **A educação de jovens e adultos e a nova LDB**. IN: BRZEZINSKI, I. (org) LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez. 1997.

_____. **A educação escolar no Brasil**. Rio de Janeiro Action Aid. 1999

_____. (coord). **Educação para além do conhecimento**. (Análise do curso noturno supletivo que coordenou - 1974) Travessia, Nº12- jan/abr. 1992.

HAMADACHE, A. MARTIN, D. **Theory and practice of literacy work policies, strategies and examples**. Paris: Unesco, 1986.

HENRIQUE, W. e DRAIBE, S. **Políticas Públicas e Gestão da Crise, um balanço da literatura internacional**. Cadernos de pesquisa do NEPP, n. 1, Campinas, UNICAMP/NEPP, 1987)

IANNI, O. **A Crise de Paradigmas na Sociologia**. Cadernos do IFCH, n.20. Campinas, UNICAMP. 1990.

IPEA/IPLAN. **Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas públicas**. Brasília, IPEA/IPLAN, v. 4, 1990.

KING, D. **O Estado e as estruturas sociais de bem-estar**. In Novos Estudos CEBRAP, 22, 1988, São Paulo.

KOCH, Z. M. **A volta dos excluídos: como conciliar estudo e trabalho**. (Estudo sobre a relação escola/trabalho e formulação de metodologia específica para o aluno da escola supletiva) Revista Brasileira Estudos Pedagógicos. Nº175 - set/dez.1992.

KUENZER, A. Z. **O trabalho como princípio educativo**. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo. Nº 68. Fev. 1989

_____. **Planejamento e educação no Brasil**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Ed. Cortez. São Paulo. 1990.

LEAL, T. F., et al. **Ler para viver: alfabetização de jovens e adultos em discussão** - MEC- FNDE.1996

LEÃO, M. S. **Qualidade da Educação: as representações sociais dos professores**. Dissertação de Mestrado - UFPE/1996.

LESTER, J. e outros. **Public policy implementation: evolution of the field and agenda for future research**. Policy Studies Review 7. 1987.

LETELIER. M. E. **Analfabetismo e alfabetização: problemas conceituais e de diagnóstico**. Alfabetização e Cidadania, n.3, ago. 1996.

LIMA, Jr., O. B, SILVA, A. de A.; LEITE, M. C. **Intervenção planejada na realidade social: escopo e limites da pesquisa de avaliação.** RJ. IUPERJ, 1978.

LOPES, J. L. () **Educação de adultos no Brasil- Legislação e ideologia** - (Tese de doutoramento)

LOVISOLO, H. R. **A educação de adultos entre dois modelos de educação “escolar” e “popular” na EDA.** Cadernos de Pesquisa Nº 67. São Paulo, 1988.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade.** São Paulo. Brasiliense. 1984.

MARANHÃO, H. P. **O Analfabeto e a sociedade Letrada.** Alfabetização e Cidadania 1. Rio de Janeiro. RAAAB, 1994.

MARTINIC, S. **Diseño y evaluación de proyectos sociales.** México, Comexani – Cejuv, 1997.

MARTINS, C. **O que é Política Educacional.** São Paulo, Brasiliense, 1993.

MEDINA, A. **Modelos e lentes: uma discussão sobre a análise da implementação de políticas públicas.** Análise e Conjuntura 2, Fundação João Pinheiro.

MELCHIOR, J. C. de A. **A política de vinculação de recursos públicos e o financiamento da educação no Brasil.** (Tese de doutorado) FE-USP.1981.

_____, **Mudanças no Financiamento da Educação no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997. - (Coleção polêmicas do nosso tempo: v. 57)

- MOARES, R. **Políticas Públicas e o neoliberalismo – nota crítica** . In Educação & Sociedade, 15. 1994
- MOREIRA, A. F. & SILVA, T. T. (org.) **Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo. Cortez. 1994.
- NEPP - **O Sistema de Proteção Social no Brasil**. Campinas. NEPP-UNICAMP, 1991.
- _____. **Brasil: Sistema de Proteção Social no Brasil e suas Transformações Recentes**, UNICAMP/NEPP, Campinas, 1992.
- NOSELLA, P. **Trabalho e Educação. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo. Cortez. 1987.
- NUNES, C. **História da Educação Brasileira: novas abordagens e velhos objetivos**. Teoria e Educação. Porto Alegre. 1982.
- OFFE, C. **Trabalho: a categoria chave da sociologia?** Revista Brasileira de Ciências sociais - RJ. ANPOC (10) v. 4 Jun. 1989.
- _____. **Sistema educacional, Sistema ocupacional e política da educação – contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional**. Educação & Sociedade, 11. 1990.
- OLIVEIRA, B. e DUARTE, N. **Alguns obstáculos crônicos da EJA - (Análise de crenças e dificuldades que perpassam a EJA)** Em Aberto - Nº 30 - abr/jun.1986.
- OLIVEIRA, F. de. **A armadilha neoliberal e as perspectivas da educação**. Porto Alegre, Boletim da ANPED, vol.12, n.12. 1990.
- _____. **O surgimento do antivalor**. Novos Estudos - CEBRAP, 22, out. 1988

PAIVA,V. P. . **Estratégias de sobrevivência do Mobral (Um desacerto autoritário III)**. Belo Horizonte, Síntese, vol. 9, n. 25. 1982

_____. **Perspectivas e dilemas da educação popular**: Graal. 1984.

_____. **Educação Permanente & Capitalismo Tardio**

_____. **Educação e bem-estar**. In Educação & Sociedade, n.12. 1991

_____.**Anos 90: as novas tarefas da EDA na América Latina** - (Análise dos novos desafios de EDA frente às novas exigências do mundo do trabalho. Propõe uma educação permanente para jovens e adultos escolarizados) Cadernos de Pesquisa, N° 89. 1994.

PALFREY, C. et alii **Policy evaluation in the public sector - approaches and methods**. Aldrshot, Averbury, 1992

PETITAT, A. **A escola e a produção da sociedade**. Educação e Realidade. Porto Alegre. 1989.

POPKEWIT, Th. S. **Sociologia Política de las Reformas Educativas**. Madrid, Ediciones Morate, 1994.

PRESSMAN, J & WILDAVSKY, A. **Implementation**. Berkeley. Univ. of Califórnia Press, 1984.

PUCCI, B. & SGUISSARDI, V.. **A qualidade do ensino para os alunos trabalhadores**. Em Aberto. Brasília. 1989.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia, a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- RAMOS, C. **Excelência na Educação. A Escola de Qualidade Total.** Qualitymark. Rio de Janeiro. 1992
- ROSEMBERG, F. PIVA, E. (1997) **Analfabetismo, gênero e raça no Brasil.** IN: BÓGUS, L.; PAULINO, Y (orgs.) Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais. São Paulo: EDUC.
- SADER, E. et.al. **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático.** São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, B. S. **Universidade, ciência e utopia no novo século.** Aula Magna. Porto Alegre. UFRGS. 1995.
- SANTOS, W. G. **A Trágica Condição da Política Social.** In. Abranches, S. et alii (org) Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.
- _____. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** Ed. Campus, Rio de Janeiro. 1997.
- SAVIANI, D. **Educação brasileira - Estrutura e Sistema.** São Paulo - Cortez. 1972.
- SILVA, R. N. & CRUZ, N. **Política educacional: redefinição de competências e novos modelos de gestão.** In. Affonso, R. B. (org) Descentralização e Políticas Sociais. São Paulo, Fundap, 1996.
- SILVA, T. T. de. (org). **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana.** Porto Alegre, Artes Médica, 1991.
- SOARES, L. J. G. **Do trabalho para a escola: as contradições dessa trajetória a partir de uma experiência de escolarização de adultos.** Dissertação de Mestrado - UFMG, 1987.

SOUZA, J. F. de. **Uma Política nacional de educação de adultos - Tópicos Educacionais** - Recife, v. 8, n.2, jul/dez, Brasileiros. UFPE, 1990.

SOUZA, J. F. e PORTO, Z. G. (orgs.) **Educação Popular: Participação, Exclusão na América Latina Hoje**. Recife. UFPE/Centro de Educação/NUPEP. Ed Bagaço. 2000

TELLES, V. S. **Sociedade Civil e a construção de espaços públicos**. In Dagnino, E. (org) Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

TORRES, R.M. **Discurso e prática em educação popular**, Unijuí, 1988

_____. **Ações Nacionais de Alfabetização de Adultos na América Latina: uma revisão crítica** - Cadernos de Ed. Popular - Nº17, 1990.

VIANA, A. L. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. Revista de administração pública. N/30. 1996

VIEIRA, E. **Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel**. São Paulo. Ed. Cortez, 1983.

_____, **Democracia e Política Social**. Sp. Cortez/ Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.49).

VIEIRA, S. L. **Neoliberalismo, privatização e educação no Brasil** . In. Oliveira, R.P. (org), Política Educacional: impasses e alternativas, SP, Cortez, 1995.

WANDERLEY, L. E. **Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e prática no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- **LDB – Nº9394/96**
- **Lei Orgânica do Recife**
- MEC-FNUAP. **Diretrizes para uma política nacional de jovens e adultos**. Brasília, SEF - Coordenadoria de Educação Continuada e à distância, Divisão de Educação de Jovens e Adultos. 10/02 (1993/2003).
- SEC/PCR, **Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino do Recife**, 1987.
- _____. **TEIMOSIA – Proposta Curricular para Educação Básica de Jovens e Adultos**, 1988.
- _____. **Plano de Ação da Educação Básica de Jovens e Adultos**, mimeo. 1989-
- _____. **Proposta pedagógica- Caderno Perplexidades, Proposições e Utopia** - SEC/PCR- Recife - 1996.
- _____. **Proposta de Trabalho – Diretoria Geral de Ensino – 1997-2000 / 2000**.

Anexos

Anexo 1

Número de Alunos Matriculados, nos Cursos Presenciais – EBJA – com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa – 1ª a 4ª Série						
ANO	Unidade da Federação	Total				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1998	Brasil	741.549	133	346.861	372.687	21.868
	Nordeste	279.769	133	143.732	131.823	4.080
	Maranhão	27.850	0	14.985	11.931	934
	Piauí	28.171	0	25.840	2.316	15
	Ceará	29.113	0	13.428	15.133	552
	R. G. do Norte	34.123	56	21.704	12.262	101
	Paraíba	23.057	0	13.334	9.545	178
	Pernambuco	91.857	77	32.076	59.099	605
	Alagoas	31.748	0	16.024	14.953	771
	Sergipe	11.299	0	6.181	5.020	98
	Bahia	2.550	0	160	1.564	826
1999	Brasil	767.941	259	336.980	402.227	28.475
	Nordeste	306.177	174	140.575	161.758	3.670
	Maranhão	33.997	0	12.615	20.651	731
	Piauí	14.834	0	13.836	998	0
	Ceará	62.083	0	25.315	35.944	824
	R. G. do Norte	36.811	40	22.689	13.711	371
	Paraíba	15.211	0	9.458	5.338	415
	Pernambuco	93.569	134	32.476	60.375	584
	Alagoas	30.829	0	16.290	14.218	321
	Sergipe	15.070	0	7.896	7.174	0
	Bahia	3.773	0	0	3.349	424
2000	Brasil	785.862	342	295.675	480.073	9.772
	Nordeste	339.884	342	126.823	207.814	4.905
	Maranhão	38.515	0	11.386	26.430	699
	Piauí	9.939	0	7.022	2.744	173
	Ceará	92.142	0	25.983	65.935	224
	R. G. do Norte	40.100	240	22.056	16.605	1.199
	Paraíba	20.454	0	11.292	8.682	480
	Pernambuco	90.409	102	28.417	61.215	639
	Alagoas	27.306	0	13.509	12.947	850
	Sergipe	14.753	0	7.158	7.434	161
	Bahia	6.266	0	0	5.786	480

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Anexo 2

Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais por grupos de idade – Brasil – 1970-1996

Ano	Taxa de Analfabetismo (%)						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
1970	33,6	24,3	26,5	29,9	32,9	38,5	48,4
1980	25,4	16,5	15,6	18,0	24,0	30,8	43,9
1991	20,1	12,1	12,2	12,7	15,3	23,8	38,3
1995	15,6	6,8	7,5	9,3	11,0	16,7	32,7
1996	14,7	6,0	7,1	8,1	10,2	15,5	31,5

Fonte: IBGE – PNAD 1996

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, em 1995 e 1996

Anexo 3a - Atendimento de Educação Básica de Jovens e Adultos – 1ª a 4ª Séries – 1985 – 2000
Secretaria Municipal de Educação – Recife

ANOS	EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS – 1ª a 4ª Séries																				Nunca Compareceu
	MATRÍCULA FINAL										ALUNOS AFASTADOS										
	Alunos Aprovados		Alunos Reprovados		Total		Por Abandono		POR TRANSFERÊNCIA		FALECIDOS		TOTAL		Matrícula Total	Nunca Compareceu					
	Nº.	%¹	%²	Nº.	%¹	%²	Nº.	%²	Nº.	%²	Nº.	%²	Nº.	%²			Nº.	%²			
1985	991	66,42	45,10	501	33,57	22,80	1.492	67,91	650	29,58	55	2,50	S/D	-	705	32,08	2.197	1.206	54,89	S/D	-
1986	1.471	64,34	40,42	815	35,65	22,39	2.286	62,81	1.263	34,70	90	2,47	S/D	-	1.353	37,18	3.639	2.168	59,57	S/D	-
1987	2.336	59,39	36,82	1.597	40,60	25,17	3.933	62,00	2.270	35,78	140	2,20	S/D	-	2.410	37,99	6.343	3.997	63,01	S/D	-
1988	2.527	62,24	35,59	1.533	37,75	21,59	4.060	57,18	2.876	40,50	164	2,30	S/D	-	3.040	42,81	7.100	4.573	64,40	S/D	-
1989	2.301	54,81	27,34	1.897	45,18	22,54	4.198	49,88	3.972	47,19	246	2,92	S/D	-	4.216	50,09	8.416	6.115	72,65	S/D	-
1990	2.751	55,13	32,74	2.239	44,86	26,64	4.990	59,39	3.207	38,16	205	2,43	S/D	-	3.412	40,60	8.402	5.651	67,25	S/D	-
1991	2.686	56,12	29,13	2.100	43,87	22,82	4.786	51,90	4.178	45,31	256	2,77	S/D	-	4.434	48,09	9.220	6.534	70,86	S/D	-
1992	3.049	57,61	30,20	2.243	42,38	22,21	5.292	52,42	4.512	44,69	291	2,88	S/D	-	4.803	45,57	10.095	7.046	69,79	S/D	-
1993	3.985	62,27	37,10	2.414	57,64	22,47	6.399	59,58	4.188	38,99	152	1,41	S/D	-	4.340	40,41	10.739	6.754	62,89	S/D	-
1994	4.639	64,89	36,99	2.509	35,10	20,00	7.148	57,00	5.206	41,51	179	1,42	7	0,05	5.392	42,99	12.540	7.901	63,00	1.780	14,19
1995	4.756	65,12	37,42	2.547	34,87	20,04	7.303	57,46	5.148	40,50	257	2,02	18	0,14	5.405	42,53	12.708	7.970	62,71	S/D	-
1996	5.497	69,96	35,60	2.360	30,03	15,28	7.857	50,89	7.195	46,60	387	2,50	36	0,23	7.618	49,34	15.439	9.978	64,62	2.693	17,44
1997	5.593	69,96	42,58	2.401	30,03	18,28	7.994	60,86	4.546	34,61	560	4,26	34	0,25	5.140	39,13	13.134	7.511	57,18	2.303	17,53
1998	5.972	72,79	45,19	2.232	27,20	16,88	8.204	62,08	4.394	33,25	587	4,44	30	0,22	5.011	37,91	13.215	7.243	54,80	2.843	21,51
1999	5.691	72,98	46,91	2.107	27,01	17,37	7.798	64,28	3.805	31,36	495	4,08	32	0,26	4.332	35,71	12.130	6.439	53,08	2.095	17,27
2000	4.701	70,38	47,59	1.978	29,61	20,02	6.679	67,62	2.857	28,92	323	3,27	18	0,18	3.198	32,37	9.877	5.176	52,40	1.511	15,29

Fonte: SME/DGE/DAE/DIE/DEBJA

2. Em relação à Matrícula Final
2. Em relação à Matrícula Total

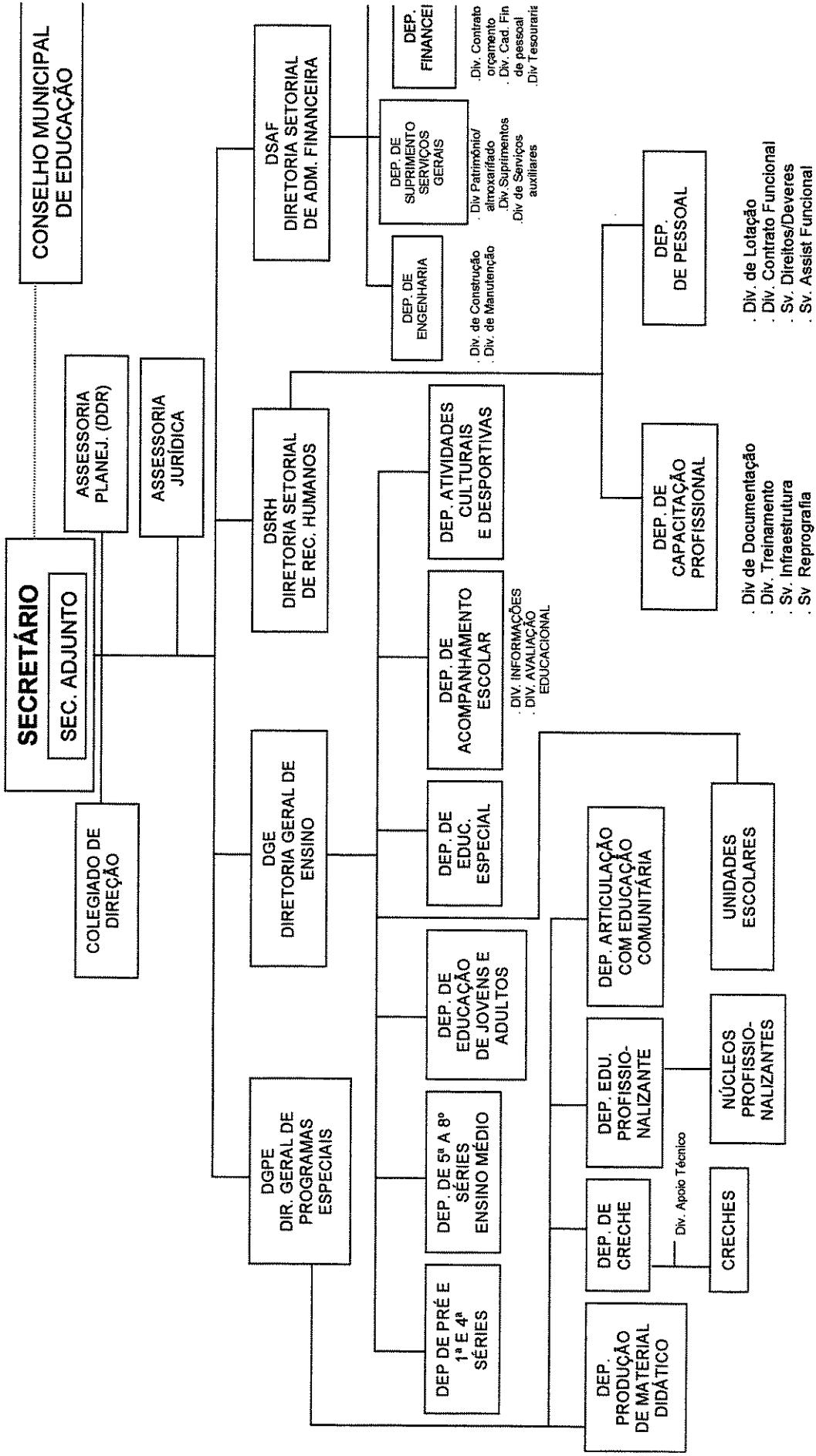
Anexo 3b – Atendimento de Educação Básica de Jovens e Adultos – 5ª a 8ª Séries – 1999 e 2000
Secretaria Municipal de Ensino – Recife

S U P L E T I V O - 5ª a 8ª Séries*																						
ANOS	MATRÍCULA FINAL							ALUNOS AFASTADOS							Matrícul a Total	Perda Total	Nunca Compare ceu					
	Alunos Aprovados			Alunos Reprovados				Total		Por Abandono		POR TRANSFE RÊNCIA		FALE CI DOS					TOTAL			
	Nº.	% ¹	% ²	Nº.	% ¹	% ²	Nº.	% ²	Nº.	% ²	Nº.	% ²	Nº.	% ²					Nº.	% ²		
	1999	1.656	96	70,6	69	4	2,9	1.725	73,5	602	25,6	17	0,7	-					619	26,4	688	29,3
	2000	3.650	92,24	66,72	307	7,75	5,61	3.957	72,34	1.443	26,38	66	1,20	04					0,07	1.513	27,65	1.820
*Tele-salas, embora ensino presencial – 15min de aula com vídeo e 2h45min com professor – é o que chamamos no Capítulo II																						

2. Gestão 1997-2000, de “forma híbrida de ensino supletivo”.

2. Em relação à Matrícula Final
2. Em relação à Matrícula Total

Anexo 4



Anexo 5a

PORTARIA DA EQUIPE PEDAGÓGICA

Secretaria de Educação e
Cultura

Secretário: JOSÉ AULÍSIO COSTA

PORTARIA Nº 3404 DE 29 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA CIDADE DO RECIFE, no uso de suas atribuições,

Considerando o Decreto nº 17.133/95 de 20/10/95 que especifica as atribuições dos cargos integrantes do Grupo Ocupacional Magistério do Quadro de Pessoal da Prefeitura da Cidade do Recife, e o artigo 9º da Lei nº 16.207 de 03/07/96 que define a formação da Equipe Pedagógica;

Considerando que a Política Municipal de Educação visa a garantir à população do Recife, o acesso a uma escola pública de qualidade capaz de elevar os níveis de permanência e aproveitamento escolar do aluno;

Considerando a necessidade de criar mecanismos que assegurem a implementação da Política de Formação Continuada dos Profissionais de Educação, visando à elevação da qualidade do ensino oferecido na Rede Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir, no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura, a EQUIPE PEDAGÓGICA, responsável pelo acompanhamento pedagógico da Rede Municipal de Ensino.

PARÁGRAFO ÚNICO - O acompanhamento pedagógico, de que trata o caput deste artigo, faz parte do Programa de Formação Continuada dos Educadores da Rede Municipal de Ensino, constituindo-se em estratégia de intervenção e inserção crítica na realidade do cotidiano escolar, na perspectiva de assegurar a elevação do nível da qualidade do ensino e da aprendizagem do aluno.

Art. 2º - A Equipe Pedagógica será constituída, mediante seleção interna, por Professores Regente A, Professores Regente B e Especialistas em Educação, habilitados em cursos de Pedagogia e demais licenciaturas plenas ou Pós-graduação em áreas afins, no nível mínimo de Especialização, integrantes do Grupo Ocupacional Magistério do Quadro de Pessoal da Prefeitura da Cidade do Recife.

PARÁGRAFO ÚNICO - A seleção interna, de que trata o caput deste artigo, será realizada pela Secretaria de Educação e Cultura e consistirá de prova de títulos, trabalho escrito e entrevista.

Art. 3º - O desempenho dos integrantes da Equipe Pedagógica será avaliado anualmente, considerando as atribuições definidas nesta portaria e a legislação que regulamenta a vida funcional dos servidores municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - A permanência dos integrantes da Equipe Pedagógica dependerá do seu desempenho verificado

através do processo de avaliação de que trata o caput deste artigo.

Art. 4º - Os Professores Regente A e Regente B, enquanto integrarem a Equipe Pedagógica, terão o total da sua carga horária de trabalho remunerado distribuído entre regência de classe e acompanhamento pedagógico.

§ 1º - Os Professores Regente A atuarão em um turno em regência e no outro turno na Equipe Pedagógica e serão remunerados pelo decréscimo acréscimo da carga horária.

§ 2º - Os Professores Regente B com carga horária inferior ao limite máximo fixado para o respectivo cargo efetivo terão sua jornada ampliada até o limite máximo permitido, enquanto integrarem a Equipe Pedagógica.

Art. 5º - Os Professores Regente A e Regente B, integrantes da Equipe Pedagógica, conforme as necessidades da Rede Municipal de Ensino e o Plano de Estruturação da Equipe Pedagógica, definido pela Secretaria de Educação e Cultura, atuarão com regência de classe na unidade educacional onde estão lotados e com acompanhamento pedagógico em outras

unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Art. 6º - Os Especialistas em Educação integrantes da Equipe Pedagógica atuarão exclusivamente com acompanhamento pedagógico.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os Especialistas em Educação, de que trata o caput deste artigo, de acordo com as necessidades da Rede Municipal de Ensino e o Plano de Estruturação da Equipe Pedagógica, definido pela Secretaria de Educação e Cultura, poderão atuar em uma ou mais unidades educacionais.

Art. 7º - Os integrantes da Equipe Pedagógica que atuarem em mais de uma unidade educacional farão jus à ajuda de custo mensal de 20% (vinte por cento) do vencimento básico do nível inicial do seu respectivo cargo efetivo, prevista no artigo 59 da Lei nº 14.410, de 12.05.82.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ajuda de custo de que trata o caput deste artigo destina-se a despesas de transporte necessário à locomoção dos integrantes da Equipe Pedagógica para realizarem o acompanhamento pedagógico.

Art. 8º - Compete à Equipe Pedagógica:

- Participar da execução, acompanhamento e avaliação da política educacional do município;
- Supervisionar o cumprimento das normas e diretrizes educacionais;
- Assessorar, coordenar e executar atividades de orientação e acompanhamento pedagógico ao ensino e à aprendizagem, tendo como referência o projeto pedagógico e as necessidades básicas da unidade educacional;
- Coordenar, em conjunto com a direção da unidade educacional, o processo de elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da unidade, de acordo com a Política Municipal de Educação e as orientações da Secretaria de Educação e Cultura;
- Produzir, sistematizar e selecionar material para apoiar a prática pedagógica dos professores;
- Acompanhar o rendimento escolar dos alunos;
- Pesquisar, sistematizar e promover a socialização de experiências pedagógicas significativas, desenvolvidas pelos professores;
- Organizar dados e informações referentes ao rendimento escolar dos alunos para subsidiar a análise e avaliação dos resultados educacionais da unidade e da Rede Municipal de Ensino;
- Sistematizar a produção pedagógica de professores e alunos;
- Identificar e sistematizar as demandas pedagógicas e de estudos emergentes da prática dos professores e alunos nas unidades educacionais;
- Assistir o professor nas demandas pedagógicas;
- Mantém a Diretoria Geral de Ensino e a Diretoria Geral de Programas Especiais informadas das demandas pedagógicas e de estudo emergentes das unidades educacionais a fim de subsidiar as demais ações de formação;
- Orientar a família, juntamente com a direção da unidade educacional, no acompanhamento escolar do aluno;
- Organizar, acompanhar e avaliar juntamente com a direção das unidades educacionais a sistemática de atendimento às necessidades básicas de aprendizagem dos estudantes e a programação de estágios de Magistério do ensino médio e das licenciaturas;
- Organizar e coordenar, juntamente com a direção das unidades educacionais, as reuniões pedagógicas;
- Elaborar relatórios referentes às questões pedagógicas, no mínimo, a cada final de semestre letivo;
- Participar das atividades de capacitação intensiva e de socialização de experiências promovidas pela Secretaria de Educação e Cultura;
- Realizar outras atividades, decorrentes das atribuições dos respectivos cargos efetivos e das necessidades oriundas do acompanhamento pedagógico;
- Participar do processo de avaliação educacional enquanto um dos responsáveis pelos resultados da unidade educacional;
- Assessorar o Conselho Escolar;
- Apoiar e participar de atividades que qualifiquem a articulação escola/comunidade.

Art. 9º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO 5b

Objetivos do Acompanhamento Escolar

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ACOMPANHAMENTO ESCOLAR

O QUE É?

- Eixo articulador do trabalho
- Ampliar as oportunidades de ensino/aprendizagem
- Ajudar a escola a se pensar, buscar alternativas
- Definir políticas globais
- Permitir a emergência de saberes e fazeres a serem socializados

OBJETO: práticas de ensino/aprendizagem/ avaliação.

O que se ensina?

Como se avalia?

Como se aprende?

FINALIDADE:

- Qualificação do ensino
- Melhoria da aprendizagem
- Fazer com que a escola cumpra sua função social:
 - assegurar o conhecimento, aprendizagem;
 - apropriação do conhecimento científico, ampliação do horizonte cultural do aluno;
 - ser lugar de construção da felicidade.

ANEXO 5 c
PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA GERAL DE ENSINO

EQUIPE PEDAGÓGICA – ATRIBUIÇÕES

GRUPO CIRCULANTE

GRUPO PERMANENTE

Participar da execução, acompanhamento e avaliação da política educacional do município.

- Realizar o acompanhamento escolar, tendo como referência o projeto pedagógico da escola e as necessidades básicas da unidade educacional detectadas pelo grupo permanente;
 - Assessorar o trabalho pedagógico nas diversas áreas do conhecimento;
 - Aprofundar o entendimento de aspectos relativos à proposta pedagógica;
 - Produzir material para orientar o trabalho em sala de aula;
 - Buscar, no acompanhamento escolar, experiências de ensino-aprendizagem a serem apresentadas e discutidas no coletivo de socialização;
 - Estruturar, junto ao grupo permanente, as atividades de socialização de experiências de ensino-aprendizagem;
 - Assessorar o professor na sistematização da experiência (fundamentação/reflexão da prática/ material escrito
- Assessorar, coordenar e executar atividade de orientação e acompanhamento pedagógico ao ensino e à aprendizagem;
 - Assessorar a elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da unidade educacional;
 - Supervisionar o cumprimento das normas e diretrizes educacionais;
 - Acompanhar o rendimento escolar do aluno;
 - Orientar a família no acompanhamento do rendimento escolar do aluno;
 - Acompanhar e garantir o cumprimento do calendário escolar;
 - Coordenar reuniões pedagógicas na unidade educacional;
 - Produzir e sistematizar material pedagógico;
 - Orientar, acompanhar e avaliar estagiários;
 - Planejar e coordenar atividades de atendimento às necessidades básicas de aprendizagem dos alunos;
 - Assessorar o conselho escolar;
 - Participar do processo de avaliação escolar enquanto um dos responsáveis pelos resultados da unidade educacional;
 - Fortalecer a gestão participativa das unidades educacionais;
 - Apoiar e participar de atividades que qualifiquem a articulação escola-comunidade;
 - Garantir os desdobramentos do trabalho do grupo circulante.

ANEXO 6 **Currículo da Rede Municipal de Ensino - 1996** **Recife**

I	COMPREENSÃO DE LETURA	Creche		Pré		Séries do Ensino Fundamental								EBJA		
		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
1.	Compreensão dos diferentes usos e finalidades sociais da leitura/escrita															
2.	Reconhecimento e caracterização dos diferentes tipos de texto e seus portadores															
3.	Exploração dos contextualizadores do texto (local, data, autor, título, subtítulo, folha de rosto, capa, contracapa, índice, ficha catalográfica...)															
4.	Exploração dos mecanismos de diagramação do texto															
5.	Determinação do tema/assunto do texto															
6.	Identificação dos objetivos do texto															
7.	Identificação de argumento / contra-argumento															
8.	Identificação de idéias principal e secundária															
9.	Interpretação de frases e expressões															
10.	Interpretação de figuras de linguagem															
11.	Identificação/interpretação de dêixis															
12.	Identificação/interpretação de modalizadores															
13.	Identificação/caracterização de personagens															

(continuação)		Creche		Pré		Séries do Ensino Fundamental								EBJA		
I		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
14.	Interpretação da linguagem não-verbal															
15.	Análise da estrutura do texto															
16.	Divisão do texto em partes															
17.	Ordenação de fatos/ideias															
18.	Classificação de elementos conforme critérios estabelecidos															
19.	Identificação do ponto de vista discursivo															
20.	Utilização de pistas gramaticais na interpretação do texto															
21.	Extração/reconhecimento/reconstrução de informações do texto; paráfrase															
22.	Resumo															
23.	Pesquisa de dados e informações em diferentes fontes															
24.	Análise comparativa de textos (literário x não-literário, prosa x poesia, verbal x não-verbal...)															
25.	Análise crítica/avaliação de textos															
26.	Interpretação de opinião e seus fundamentos															
27.	Estabelecimento de relações do texto com o contexto de produção															
28.	Estabelecimento de relações do texto com situações/fatos já conhecidos															

(continuação)		Creche		Pré		Séries do Ensino Fundamental								EBJA		
I		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
29.	Elaboração de inferências e conclusões sobre o texto															
30.	Interpretação de pressupostos e subentendidos															
31.	Estabelecimento de relações lógicas e sintático-semânticas:															
	a) tempo															
	b) causa															
	c) explicação															
	d) finalidade															
	e) comparação															
	f) adição															
	g) conclusão															
	h) alternância															
	i) adversidade/oposição/concessão															
	j) consequência															
	l) proporção															
	m) condição/hipótese															
	n) conformidade															
	o) posse															
II PRODUÇÃO DE TEXTOS																
1.	Produção de diferentes tipos de texto verbal, observando-se:															
	a) unidade temática e semântica															

(continuação)		Creche		Pré		Séries do Ensino Fundamental								EBJA		
II PRODUÇÃO DE TEXTOS		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
b) divisão em partes e/ou parágrafos																
c) sinais de pontuação																
d) regras ortográficas																
e) mecanismos coesivos																
f) sequência de ideias																
g) coerência																
h) níveis de linguagem e correção lingüística																
i) recursos de estilo																
j) destinatário																
l) diagramação e legibilidade																
m) contexto de produção																
n) funções e objetivos do texto																
o) especificidades e convenções de cada tipo de texto																
p) emprego dos contextualizadores																
q) adequação do texto à situação de interação																
r) mecanismos de estruturação de frases e períodos; conectores interfrásicos																
s) emprego de classes de palavras																
t) adequação vocabular																
u) clareza																

(continuação)		Creche		Pré		Séries do Ensino Fundamental								EBJA		
II PRODUÇÃO DE TEXTOS		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
v) ponto de vista discursivo; discurso direto e indireto																
x) adequação ao tema proposto																
z) consistência argumentativa																
2. Produção de textos não-verbais																
III VOCABULÁRIO		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
1. Consulta a dicionário																
2. Significação de palavras:																
a) sinônimo/série sinonímica																
b) antônimo																
c) homônimo																
d) parônimo																
e) hipônimo																
f) hiperônimo																
g) polissemia/variação contextual de sentido																
h) campo semântico																
i) matizes de significado																
j) sentido próprio e figurado																
l) variação das palavras (variedades regionais, sociais, históricas, culturais, pragmáticas, de registro... etc)																
m) aspectos pragmáticos e morfossintáticos da significação																
3. Formação de palavras/constituição do léxico:																
a) palavras primitivas e derivadas																
b) derivação (prefixal, sufixal, parassintética, imprópria, regressiva)																

(continuação)		Creche		Pré		Séries do Ensino Fundamental								EBJA		
III VOCABULÁRIO		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
c) palavras simples e compostas																
d) composição (justaposição e aglutinação)																
e) radicais gregos e latinos																
f) evolução das palavras																
g) sigla																
h) redução																
i) família de palavras																
j) onomatopéia																
l) estrangeirismo																
m) gíria																
n) neologismo																
o) brasileirismo																
p) elementos constituintes da palavra																
IV ESTILÍSTICA/USOS DA LINGUAGEM																
1. Figuras de linguagem																
2. Colocação de termos na oração																
3. Níveis de fala; variação lingüística																
4. Gêneros literários																
5. Estilística da fala: entoação, acento de insistência, interjeição...																
6. Discurso direto e indireto																
7. Seleção lexical																
8. Usos e funções sociais da leitura e da escrita																
9. Linguagem oral x escrita																
10. Tipologia de texto																
11. Linguagem dos diferentes meios de comunicação																

(continuação)		Creche		Pré	Séries do Ensino Fundamental								EBJA			
IV ESTILÍSTICA/USOS DA LINGUAGEM		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
12. Códigos especiais (Braille, língua de sinais, programas de computador, códigos de segurança...)																
13. Linguagem literária																
14. Versificação (verso, rima, ritmo, estrofe...)																
V FONÉTICA/FONOLOGIA/ORTOGRAFIA																
1. Natureza alfabética do sistema de escrita, importância e necessidade do sistema ortográfico																
2. Som e grafia																
3. Fonema como som funcional da língua; letra como representação gráfica do fonema																
4. Tipos de letras																
5. Alfabeto/ordem alfabética																
6. Letra maiúscula e minúscula																
7. Vogais, consoantes e semivogais																
8. Encontros vocálicos																
9. Encontros consonantais																
10. Dígrafos																
11. Padrões silábicos																
12. Análise fonológica/composição e de-composição de palavras																
13. Análise contrastiva de sons, sílabas, palavras																

(continuação)		Creche		Pré	Séries do Ensino Fundamental								EBJA			
V FONÉTICA/FONOLOGIA/ORTOGRAFIA		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
14. Sílabas; tonicidade; divisão silábica; classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica e quanto ao n.º de sílabas																
15. Formas variantes																
16. Acentuação gráfica																
17. Regras ortográficas; emprego de letras e grupos de letras																
18. Emprego do hífen																
19. Abreviaturas e siglas																
20. Símbolos convencionais																
21. Formas aportuguesadas e estrangeirismos																
22. Estilística da fala																
23. Representação escrita de fenômenos da fala (sussurro, silabação ... etc.)																
VI LINGUAGEM ORAL																
1. Análise da fala e seus fenômenos específicos																
2. Aspectos a observar no desempenho oral:																
a) clareza, lógica e sequência na exposição das ideias																
b) entoação																
c) adequação vocabular																
d) ritmo																

(continuação)		Creche		Pré	Séries do Ensino Fundamental								EBJA			
VI	LINGUAGEM ORAL	III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
	e) altura/tom da voz															
	f) correção linguística/nível de fala adequado ao contexto															
	g) atitudes (atenção, concentração, interesse, tolerância, respeito, obediência às regras da situação, cooperação, participação...)															
	h) adequação da fala ao interlocutor															
	i) consistência argumentativa															
	j) fluência															
	l) dicção/articulação dos sons															
	m) expressividade															
VII MORFOSSINTAXE																
	1. Oração; frase; tipos de frase															
	2. Constituintes da oração: sujeito e predicado															
	3. Sujeito substantivo e pronome substantivo															
	4. Substantivo: conceito, classificação, flexão															
	5. Sujeito pronominal; pronome pessoal reto															
	6. Pronome de tratamento															
	7. Tipos de sujeito:															
	a) simples															
	b) composto															
	c) indeterminado															

(continuação)		Creche		Pré	Séries do Ensino Fundamental								EBJA			
VII MORFOSSINTAXE		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
d) subentendido																
8. Oração sem sujeito; verbo impessoal																
9. Oração subordinada subjetiva																
10. Predicado: verbo																
11. Verbo: conceito, classificação, flexão																
12. Flexão verbal: tempo, modo, número, pessoa																
13. Tempos verbais simples e compostos																
14. Tipos de predicado																
a) verbal																
b) nominal																
c) verbo-nominal																
15. Vozes do verbo																
16. Relação vozes do verbo x predicação verbal																
17. Agente da passiva																
18. Relação sujeito indeterminado x voz passiva sem agente																
19. Voz passiva																
a) analítica																
b) sintética																
20. Pronome reflexivo																
(continuação)		Creche		Pré	Séries do Ensino Fundamental								EBJA			
VII MORFOSSINTAXE		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
21. Pronome recíproco																
22. Concordância do verbo com o sujeito apassivado																
23. Concordância verbal (flexão do verbo em número e pessoa conforme o sujeito)																
24. Pessoa gramatical																
25. Verbo transitivo e intransitivo																
26. Verbo transitivo direto e indireto																
27. Complemento verbal:																
a) objeto direto																
b) objeto indireto																
28. Objeto pronominal: pronome pessoal oblíquo																
29. Complemento verbal																
30. Complemento nominal																
31. Preposição; locução prepositiva																
32. Combinação e contração de preposição; crase																
33. Regência: termo regente e termo regido																
34. Regência nominal																
35. Regência verbal																
36. Oração subordinada objetiva direta																
37. Oração subordinada objetiva indireta																
38. Oração subordinada completiva nominal																
(continuação)		Creche		Pré	Séries do Ensino Fundamental								EBJA			
VII MORFOSSINTAXE		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
39. Adjunto adnominal																
a) artigo																
b) adjetivo; locução adjetiva																
c) numeral																
c) pronome adjetivo																
40. Artigo, adjetivo, numeral e pronome adjetivo: conceito, classificação, flexão																
41. Oração subordinada adjetiva:																
a) restritiva																
b) explicativa																
42. Emprego do pronome relativo																
43. Concordância nominal (flexão dos determinantes e modificadores em gênero e número, conforme o substantivo)																
44. Verbo de ligação																
45. Predicativo:																
a) do sujeito																
b) do objeto																
46. Oração subordinada predicativa																
47. Adjunto adverbial: advérbio e locução adverbial																
48. Oração subordinada adverbial																
49. Classificação de advérbios, locuções adverbiais e orações adverbiais																
50. Aposto																
(continuação)		Creche		Pré	Séries do Ensino Fundamental								EBJA			
VII MORFOSSINTAXE		III	IV	I	II	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	I	II	III
51. Tipos de aposto:																
a) recapitulativo																
b) explicativo																
c) enumerativo																
d) de especificação																
52. Oração subordinada apositiva																
53. Período simples: oração absoluta																
54. Período composto																
55. Conjunção: tipos de conjunção; locução conjuntiva																
56. Coordenação x subordinação																
57. Coordenação: conjunção coordenativa e oração coordenada																
58. Subordinação: conjunção subordinativa e oração subordinada																
59. Período misto																
60. Orações reduzidas; formas nominais do verbo																
61. Orações intercaladas; verbo de elocução																
62. Orações justapostas																
63. Interjeição																
64. Vocativo																
65. Sinais de pontuação e sua relação com a sintaxe da oração e do período																

Educação básica de jovens e adultos

MÓDULO I

NÚMERO	
- Número natural - Conceito - Representação simbólica e numérica - Sistema de numeração decimal - Agrupar e reagrupar quantidades (trocas, equivalência 1 para 10) - Ordem: unidade, dezena e centena - Leitura e escrita - Valor posicional - Composição e decomposição - Comparação dos números - Ordem crescente e decrescente - Antecessor e sucessor - Operações fundamentais - Adição/subtração - Problemas - Conceito (idéias) - Algoritmos da adição - Algoritmos da subtração - Multiplicação/divisão - Conceito (idéias)	- Algoritmo da multiplicação (um dos fatores menor que 10) - Algoritmo da divisão (divisor menor que dez) - Problemas - Números racionais - Conceito - Representação de fração - Resolução de problemas - Representação decimal - Leitura e escrita - Operações: adição, subtração, multiplicação e divisão - Resolução de problemas - Porcentagem - Noções de estatística - Classificação, organização e interpretação de dados - Tabelas - Amostra - Médias
MEDIDA	
- Noções de medições com unidades de referências formais de: - Tempo: ano, mês, dia - Valor: real e centavos	- Comprimento - metro e centímetro - Volume - litro - Massa - grama e quilograma
GEOMETRIA	
- Noções de posição, direção e sentido - Formas geométricas - Planas e espaciais	- Sólidos geométricos - Características (planos, redondos, bicudos, as que rodam etc.) - Cubo, cilindro, cone, pirâmide, esfera, paralelepípedo

Educação básica de jovens e adultos

MÓDULO II

NÚMERO	
- Número natural - Representação simbólica e numérica - Sistema de numeração decimal - Ordens: unidade, dezena e centena e milhar - Leitura e escrita - Valor posicional - Composição e decomposição - Comparação dos números - Ordem crescente e decrescente - Antecessor e sucessor - Números ordinais - Números pares e ímpares - Operações fundamentais - Adição/subtração - Problemas - Conceito (idéias) - Algoritmos da adição - Algoritmos da subtração - Multiplicação/divisão - Conceito (idéias)	- Multiplicação por 10, 100, 1000 - Algoritmo da multiplicação - Algoritmo da divisão (divisor menor que dez) - Problemas - Números racionais - Conceito - Representação de fração - Resolução de problemas - Representação decimal - Leitura e escrita - Operações: adição, subtração, multiplicação e divisão - Resolução de problemas - Porcentagem - Noções de estatística - Classificação, organização e interpretação de dados - Tabelas - Amostra - Médias
MEDIDA	
- Noções de medições com unidades de referências formais de: - Tempo: ano, mês, dia, hora e minuto	- Comprimento - quilômetro, metro, centímetro e milímetro - Volume - litro e mililitro - Perímetro
GEOMETRIA	
- Sólidos geométricos - Planificação de figuras sólidas - Figuras planas - Características (planos, redondos, bicudos, as que rodam etc.)	- Triângulo, círculo, retângulo, quadrado - Composição de figuras planas - Elementos de figuras sólidas - Faces, vértices e arestas

Educação básica de jovens e adultos

MÓDULO III

NÚMERO	
- Número natural - Representação simbólica e numérica - Sistema de numeração decimal - Leitura e escrita - Comparação dos números - Antecessor e sucessor - Composição e decomposição - Valor posicional - Ordem e classe - Ordem crescente e decrescente - Operações fundamentais - Adição/subtração - Propriedades - Conceito (idéias) - Algoritmos da adição - Algoritmos da subtração - Multiplicação/divisão - Propriedades - Conceito (idéias) - Multiplicação por 10, 100, 1000	- Algoritmo da multiplicação - Algoritmo da divisão (divisor menor que dez) - Divisão por 10, 100, 1000 - Números racionais - Conceito - Representação de fração - Resolução de problemas - Representação decimal - Leitura e escrita - Operações: adição, subtração, multiplicação e divisão - Resolução de problemas - Porcentagem - Noções de estatística - Classificação, organização e interpretação de dados - Tabelas - Amostra - Média
MEDIDA	
- Relações entre medidas: - Tempo: hora, minuto e segundo - Ano, mês e dia - Volume - litro e mililitro - Massa: quilograma e grama	- Comprimento - quilômetro, metro, centímetro e milímetro - Sistema monetário - Área de figuras planas
GEOMETRIA	
- Ângulos - Retas: paralelas e perpendiculares - Figuras planas - Elementos das figuras planas: lado, ângulo, centro, raio e diâmetro	- Triângulo, círculo, retângulo, trapézio e losango - Gráficos

Educação básica de jovens e adultos	
Conceito	Conteúdo
Tempo	Bairro/comunidade
Espaço	História do Recife
Natureza	Brasil colônia, império, república, atual
Relações sociais	Relações de produção escrava e assalariada Classe social Etnia Gênero
Trabalho	Emprego, desemprego, sub-emprego Condições de trabalho, salário, segurança, direitos trabalhistas Mulher e trabalho Trabalho do menor
Estado	Divisão político-administrativa
Poder	Poderes executivo, legislativo, judiciário Constituição política Organizações populares; ONGs Direitos humanos Estatuto da criança e do adolescente Violência urbana
Cultura	Cultura popular e erudita Cultura nacional Cultura de massa Produção cultural do Recife Olinda: patrimônio cultural da humanidade

II. Ensino fundamental (Educação Básica de Jovens e Adultos)

Item	Conteúdos	I	II	III
1.	Noções de Astronomia			
1.1	Luz e calor	x		
1.2	Influência sobre a Biosfera	x		
1.3	Sistema solar	x		
1.4	Movimentos da Terra: Rotação e Translação		x	
1.5	Gravitação			x
1.6	Corpos celestes: luminados e iluminados - estrelas, planetas, satélites, etc.		x	
2.	O meio ambiente			
2.1	Ecossistemas	x		
2.2	A água: importância, composição, estados físicos, tratamento, saneamento, poluição e contaminação	x		
2.3	O solo: importância, composição, tipos, poluição - lixo, reciclagem, agrotóxicos - desmatamento, reflorestamento, queimadas - manguezais	x	x	
2.4	O ar: importância, composição, pressão e peso, respiração, contaminação, biosfera, fotossíntese e cadeia alimentar, efeito estufa e camada de ozônio	x	x	x
2.5	Os seres vivos: classificação, ciclo vital, habitat, importância e preservação das espécies			x
3.	Saúde e qualidade de vida			
3.1	Hábitos de higiene	x		
3.2	Saúde física, mental e social	x		
3.3	Doenças respiratórias (sistema respiratório, renal, digestivo, nervoso e circulatório)			x
3.4	Transmissão, prevenção e tratamentos			x
3.5	Noções de hereditariedade			x
3.6	Imunização			x
3.7	Medicina alternativa/popular		x	
4.	Drogas			
4.1	Principais tipos, causas e consequências do uso das drogas	x		
4.2	O perigo das drogas lícitas (influência no sistema nervoso e circulatório/órgãos dos sentidos)		x	
4.3	A questão política e social (o narcotráfico)			x
5.	Sexualidade			
5.1	Atividade - desenvolvimento sexual	x		
5.2	Sistemas reprodutores masculinos e femininos		x	
5.3	Concepção e gestação (nascimento e aleitamento materno)		x	
5.4	Métodos contraceptivos - o aborto			x
5.5	Doenças sexualmente transmissíveis - AIDS			x
6.	Nutrição e alimentação			
6.1	Necessidades nutricionais básicas do homem		x	
6.2	Alimentos: origem, classificação e função no organismo		x	
6.3	Sistema digestivo: caminhos dos alimentos			x
6.4	Aditivos químicos			x
6.5	Aleitamento materno		x	
7.	Avanço tecnológico e suas consequências			
7.1	Fontes de energia: convencionais e alternativas (energia solar, eólica e biogás)			x
7.2	As usinas nucleares e o lixo atômico			x
7.3	A informática na vida			x
7.4	Efeitos da radiação solar e da energia nuclear			x

Artes Plásticas

Elementos constitutivos

1. Espaço: bidimensional e tridimensional
 - dimensionalidade – horizontal/vertical/grande/pequeno
 - verticalidade – alto/baixo
 - horizontalidade – longo/curto/estrito/vasto
 - perspectiva – longo/curto
 - lateralidade – longo/estrito/direita/esquerda
 - superficialidade – plana/irregular/lisa/porosa
 - volumetria – espesso/delgado
2. Linha
 - quanto à forma
 - quanto ao traçado
 - quanto à posição
 - física
 - gráfica
3. Forma
 - geométrica
 - não-geométrica
 - volumétrica
4. Conceitos de cor-luz e cor-pigmento
 - classificação
 - misturas
 - características
 - absorção e reflexão da luz
 - harmonias acromáticas e cromáticas
 - psicologia das cores

Composição

1. Os elementos constitutivos no espaço
2. Tipos de composição
 - concêntricas
 - excêntricas
 - abertas
 - fechadas
 - predominância vertical
 - predominância horizontal
 - em diagonal
 - radial
 - triangular
 - circular
 - sinuosa

5. Autores

- vida
 - obras
 - ideias
 - contexto (espaço-temporal-cultural)
6. Estilos e tendências artísticas
 7. Conceitos e funções da arte
 8. Arte e Conhecimento
 9. Arte e Religião
 10. Arte e Indústria
 11. Arte e Sociedade
 12. Arte e Moral
 13. Arte e Folclore
 14. Arte e Comunicação de massa
 15. Arte e cultura popular
 16. As artes plásticas em Pernambuco

Artes Cênicas

Elementos constitutivos

1. O corpo, matéria prima do texto
2. A caracterização
3. O penteados
4. Máscaras
5. A indumentária
6. Adereços
 - do ator
 - da cena
7. Iluminação
8. Música e sonoplastia
9. Cenário e espaço cênico
 - tipos de cenário
 - tipos de espaço cênico
10. O texto
 - unidades
 - argumento
 - papéis
 - espinha
11. A personagem
 - de base humana
 - de base animal
 - de bases diversas
 - tipificação

Modalidades/Técnicas/Materiais

1. Desenho geométrico e artístico
 - equipamento e utilização
 - grafite
 - carvão
 - hidrocor
 - cera
 - nanquim
 - pincel
 - lápis
 - papéis
 - cartões
 - tecidos
 - telas
 - madeira
 - pedras
2. Pintura
 - aguada
 - aquarela
 - tempera
 - pincéis
 - dedo
 - rolos de espuma
 - tecidos
 - papéis e cartões
 - telas
 - madeira
 - objetos
3. Técnicas diversas
 - colagem
 - recorte
 - dobraduras
 - gravuras
 - carimbos
 - xerox
4. Escultura e modelagem
 - pedra
 - metal
 - sucata
 - plástico
 - madeira
 - argila
 - papel e tinta
 - areia
 - palha
 - arame
 - caules e folhas
 - maquetes
 - papel machê

História da arte e estética

1. A produção artística na Pré-história e na Antiguidade
2. A produção artística na Idade Média e Renascimento
3. A produção artística na Idade Moderna
4. A produção artística na Idade Contemporânea

12. O público

- tipos de reação e participação

13. Locais do espetáculo

- abertos
- fechados
- semi-abertos
- semifechados
- relações palco/plataforma

Modalidades/Técnicas/Materiais

1. Teatro onde a personagem é representado pelo corpo do ator
 - ação dramática
 - verbal
 - não-verbal
 - teatro/dança
 - musical
 - pastomima
 - aduho
 - infantil
 - drama circense
 - espetáculo de rua
 - representação realista e não-realista
 - folguedo
2. Teatro onde a personagem é representada por um boneco ou forma animada pelo ator
 - ação dramática
 - teatro de bonecos de luva
 - teatro de bonecos de vara
 - teatro de bonecos de sombra
 - teatro de bonecos de fios
 - teatro de bonecos gigantes
 - teatro de objetos animados
 - teatro de animação com diversas partes do corpo
3. Atividades
 - análise de todo ou pretexto para criar um espetáculo. Pretexto: notícias de jornal, uma cor, um perfume, uma obra de artes plásticas, música, poesias, adaptação de conto, romance, lendas, etc.

- jogos teatrais
 - improvisações
 - construção de textos dramáticos
 - ensaios
 - exercícios psico-físicos
 - leituras complementares
 - exercícios e testes com os elementos constitutivos do teatro
4. Dança
- corpo e movimento
 - corpo e espaço
 - movimento e espaço/tempo
 - esboço coreográfico
 - expressão plástica e dramática do corpo
 - danças folclóricas
 - danças de salão
 - dança solista
 - dança espontânea
5. Técnicas de teatro popular
- As propostas de Augusto Boal de teatro do Oprimido

História e Estética do Teatro

1. O fenômeno nas sociedades primitivas e na antiguidade
 - Grécia e Roma
2. Idade Média e Renascimento
3. O teatro Barroco
4. O teatro Romântico e Realista
5. O teatro do século XIX
6. O teatro em Pernambuco
7. Dramaturgos
 - vida
 - obras
 - idéias
 - contexto (espaço – temporal – cultural)
8. Gêneros dramáticos
9. Estilos e tendências da representação
10. Conceitos e funções do teatro

11. Tipos de interpretação
12. Teatro e Sociedade
13. Teatro e Religião
14. Teatro, cinema e TV
15. Folguedos do Nordeste
16. Teatro e público
17. Mamulengo
18. A encenação como expressão estética total do teatro
 - conceito de encenação
 - a poesia cênica

CONTEÚDOS/ HABILIDADES	Educação Infantil		Ensino Fundamental								Es	Ensino Médio			
	creche	Pré-escolar	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		JA	1ª	2ª	3ª
1)CONDUZIDAS MOTORAS BÁSICAS:															
. Reconhecimento e exploração de possibilidades de movimentos de locomoção em espaços livres	X	X	X	X											
. Reconhecimento e exploração de possibilidades de movimentos de locomoção em espaços com desafios naturais e organizados propositalmente	X	X	X	X											
. Reconhecimento e exploração de possibilidades de movimentos de estabilização em espaços livres	X	X	X	X											
. Reconhecimento e exploração de possibilidades de movimentos de estabilização em espaços intencionalmente organizados	X	X	X	X											
. Reconhecimento e exploração de possibilidades de movimentos de manipulação com diferentes materiais	X	X	X	X											
. Reconhecimento e exploração de possibilidades de combinação de movimentos básicos	X	X	X	X	X	X					X				
. Atividades motoras realizadas pelo aluno e/ou professor	X	X	X												

CONTEÚDOS/ HABILIDADES	Educação Infantil		Ensino Fundamental								EB		Ensino Médio	
	Creche	Pré-escolar	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	JA	1ª	2ª	
2) CONDUZIDAS MOTORAS E VARIAÇÕES RÍTMICAS:														
• Reconhecimento e exploração de possibilidades de conduções motoras básicas presentes nos brinquedos cantados	X	X	X											
• Criação e recriação na utilização de conduções motoras básicas nos brinquedos cantados	X	X	X	X										
• Combinações de movimentos básicos as variadas variações rítmicas	X	X	X	X	X	X	X				X			
• Expressão através de movimentos associados a variações rítmicas	X	X	X	X	X	X	X				X			
3) JOGOS:														
• Jogos populares e suas variações	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
• Jogos populares e possibilidades de novas variações em função das necessidades individuais e coletivas								X	X	X	X	X	X	
• Jogos que propiciem a resolução de problemas motores			X	X	X	X	X				X			
• Jogos que propiciem a resolução de problemas organizacionais em função dos limites e possibilidades dos participantes					X	X	X	X	X	X				
4) ESPORTE:														
• Habilidades motoras utilizadas na Ginástica Rítmica Desportiva (GRD), sem aparelhos							X	X	X	X	X	X	X	
• Habilidades motoras utilizadas na GRD, com aparelhos							X	X	X	X	X	X	X	

CONTINUAÇÃO

CONTINÚO		Educação Infantil		Ensino Fundamental								EB		Ensino Médio		
CONTEÚDOS/ HABILIDADES		Creche	Pré-escolar	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		1ª	2ª	3ª	
4) ESPORTE:																
Encadeamentos de habilidades motoras utilizadas na GRD, com e sem aparelhos, associadas a variações rítmicas								X	X	X	X	X	X	X	X	
Possibilidades e implicações da utilização da GRD como modalidade esportiva e como atividade motora no cotidiano									X	X	X	X	X	X	X	
Habilidades motoras utilizadas na Ginástica Olímpica (G.O.), ginástica de solo								X	X	X	X	X	X	X	X	
Encadeamentos de habilidades motoras utilizadas na G.O. acompanhadas de variações rítmicas ginásticas de solo								X	X	X	X	X	X	X	X	
Habilidades motoras utilizadas na G.O. - ginástica em aparelhos								X	X	X	X	X	X	X	X	
Encadeamentos de habilidades motoras utilizadas na G.O. acompanhadas de variações rítmicas ginásticas em aparelhos								X	X	X	X	X	X	X	X	
Possibilidades e implicações da utilização da G.O. como modalidade esportiva e como atividade motora no cotidiano									X	X	X	X	X	X	X	

CONTINUAÇÃO

CONTEÚDOS/ HABILIDADES	Educação Infantil		Ensino Fundamental								EB	Ensino Médio		
	Creche	Pré-escolar	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	JA	1ª	2ª	3ª
4) ESPORTE:														
. Princípios básicos para a realização do jogo vôlei							X	X			X			
. Habilidades motoras requeridas para jogo vôlei							X	X	X	X	X			
. Fundamentos de ataque e defesa do jogo vôlei							X	X	X	X	X			
. Possibilidades de organização e reorganização do jogo vôlei, na sua forma institucionalizada, variadas para os níveis de realização individual e coletiva no cotidiano							X	X	X	X	X	X	X	X
. Implicações da participação no vôlei como modalidade esportiva								X	X	X	X	X	X	X
. Princípios básicos para a realização do jogo basquetebol							X	X						
. Habilidades motoras requeridas para jogo basquetebol							X	X	X	X	X			
. Fundamentos de ataque e defesa do jogo basquetebol							X	X	X	X				
. Possibilidades de organização e reorganização do jogo basquetebol, na sua forma institucionalizada, variadas para os níveis de realização individual e coletiva no cotidiano							X	X	X	X	X	X	X	X

CONTINUAÇÃO

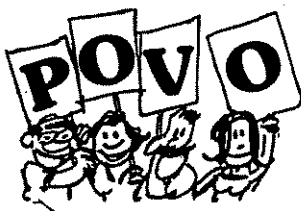
CONTEÚDOS /HABILIDADES	Educação Infantil		Ensino Fundamental								EF	Ensino Médio		
	Creche	Pré-escolar	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	JA	1ª	2ª	3ª
4) ESPORTE:														
Implicações da participação no basquetebol como modalidade esportiva									X	X	X	X	X	X
Princípios básicos para a realização do jogo handebol							X	X			X			
Habilidades motoras requeridas para jogar handebol							X	X	X	X	X			
Fundamentos de ataque e defesa do jogo handebol							X	X	X	X	X			
Possibilidades de organização e reorganização do jogo handebol na sua forma institucionalizada, voltadas para os níveis de realização individual e coletiva no cotidiano							X	X	X	X	X	X	X	X
Implicações da participação no handebol como modalidade esportiva									X	X	X	X	X	X
Princípios básicos para a realização do jogo futebol							X	X			X			
Habilidades motoras requeridas para jogar futebol							X	X	X	X	X			
Fundamentos de ataque e defesa do jogo futebol							X	X	X	X	X			
Possibilidades de organização e reorganização do jogo futebol na sua forma institucionalizada, voltadas para os níveis de realização individual e coletiva no cotidiano							X	X	X	X	X	X	X	X
Implicações da participação no futebol como modalidade esportiva									X	X	X	X	X	X
Princípios básicos para a realização do jogo futsal							X	X			X			
Habilidades motoras requeridas para jogar futsal							X	X	X	X	X			
Fundamentos de ataque e defesa do jogo futsal							X	X	X	X	X			

CONTINUAÇÃO

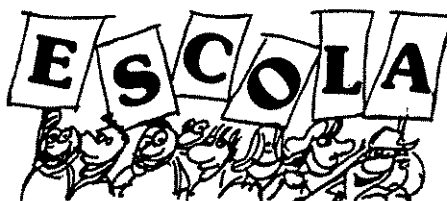
CONTEÚDOS /HABILIDADES	Educação Infantil		Ensino Fundamental								EF	Ensino Médio		
	Creche	Pré-escolar	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	JA	1ª	2ª	3ª
4) ESPORTE:														
Possibilidades de organização e reorganização do jogo futsal na sua forma institucionalizada, voltadas para os níveis de realização individual e coletiva no cotidiano									X	X	X	X	X	X
Implicações da participação no futsal como modalidade esportiva									X	X	X	X	X	X
O atletismo e suas modalidades							X	X	X	X	X			
Princípios básicos das modalidades de corrida e salto típicos do atletismo							X	X	X	X	X			
Princípios básicos das modalidades de remo e lançamento típicos do atletismo							X	X	X	X	X			
Possibilidades de utilização das habilidades de corrida no cotidiano							X	X	X	X	X	X	X	X

CONTEÚDOS /HABILIDADES	Educação Infantil		Ensino Fundamental								EF	Ensino Médio		
	Creche	Pré-escolar	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	JA	1ª	2ª	3ª
5) ATIVIDADES MOTORAS E O COTIDIANO														
Modalidades de ginástica de academia e suas implicações para a qualidade de vida									X	X	X	X	X	X
Atividades motoras e suas implicações para a lazer							X	X	X	X	X	X	X	X
Seleção, organização e controle de atividades motoras							X	X	X	X	X	X	X	X
Atividade motora e qualidade de vida							X	X	X	X	X	X	X	X
Atividade motora e saúde							X	X	X	X	X	X	X	X
Temas da atividade relacionados à atividade motora no cotidiano							X	X	X	X	X	X	X	X

Anexo 7
Exemplos de atividades desenvolvidas pelo "Teimosia"



+



=



TEIMOSIA

LIVRO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS 1988



...de chegar cansado do trabalho,
 procura uma escola? Por que você,
 alguma mulher não pôde estudar?
 ...vem hoje a escola? Será que
 é mais uma teimosia de você, en-
 chilhador que tem todos seus direi-
 tos? Você enfrenta estas e outras d-
 ificuldades para chegar até aqui. Você tem
 a escola e o que espera dela.
 ...mas com você uma escola nevai u-
 m respeito e tem saber e sua compor-
 tação, uma escola que esteja coaduna-
 da realidade. Queremos construir ja-
 mais um espaço que lhe possibilite
 meios para intervir na realidade
 através da escrita, da leitura, da
 ciência e sociais, da matemática e
 ...argamos com você e sua comunidade
 ação a serviço da classe trabalhadora



*Eu trabalho para viver
 e mudar minha vida*

Prefeitura da
 Cidade do Recife

Secretaria de
 Educação e Cultura

Comissão Municipal
 de Educação Básica
 para Jovens e
 Adultos





UM DESAFIO À SUA CRIATIVIDADE

Este livro é diferente. Não chega às suas mãos pronto e acabado: vai ser construído aos poucos; página por página, folha por folha. Não é o curso de educação básica de adultos que vai seguir o livro. É o livro que vai ser resultado do curso: espelho de seus acertos, de suas falhas, retrato do esforço, da compreensão, do compromisso, da criatividade de todos nós.

Este livro começa e termina no que vocês, alunos e professores, estão produzindo dentro e fora da sala de aula.

Os textos para leitura, bem como os exercícios propostos nestas páginas, querem ser apenas apoio e desafio à criatividade.

Serão fontes de muito saber, se bem aproveitadas, as histórias, as entrevistas, as pesquisas, as histórias dos bairros, as reportagens das fábricas, as brincadeiras de rua, a arte popular. O livro é apenas um guia. Imprescindível ir a essas fontes...

Fizemos a nossa parte. Agora é a vez de vocês.



PREFEITO
JARBAS

TEIMOSIA

Livro para a Educação Básica
de Jovens e Adultos - 1988

1º Ano (módulo 1): capa verde
2º Ano (módulo 2): capa azul
3º Ano (módulo 3): capa vermelha

Prefeitura da Cidade do Recife

Prefeito

JARBAS VASCONCELOS

Secretaria de Educação e Cultura

Secretária

EDLA SOARES

Comissão Municipal de
Educação Básica de
Jovens e Adultos

Presidente

JOÃO FRANCISCO DE SOUZA

Equipe de Instrutores e Assessores

DIONE, EDNA, EMÍLIA, EVELINE,
FÁTIMA, IZABEL, LELÍDIO, LUIS
MANUEL, MARLEIDE, MAURÍ-
CIO, MIRIAN, NENECA, PEPI
ROSA, VIRGÍNIA.

Equipe de Apoio Técnico

Professores de Educação Básica

Alunos adolescentes e adultos das
escolas municipais

Capa: PEPI, SERVANDO

Composição, Arte final, Fotolito,
Impressão

PEMAFRA GRÁFICA
E EDITORIAL

DE VOLTA A ESCOLA

E quando cheguei na escola, logo de cara ví um teste e fiquei apavorado, pois fazia anos que eu não estudava.

Tremi que só vara verde, eu sei que sei, mas como responderei isso? Será que vou ficar nesta escola?

Já que sou vivo, procurei sem demora a professsora. Ela muito bonita e atenciosa, me respondeu:

Gente, isso é apenas uma seleção para dividir o nível de classe. Faça o que souber.

Então fiquei alegre e conformado; seja qual for o nível, "eu ficarei naquela escola".

(Texto elaborado pelas professoras do Módulo II no Encontro Pedagóg



Atividades de Língua Portuguesa

1. Leitura silenciosa
2. Identifique a idéia central do texto
3. Interpretação escrita do texto

O TRABALHO DE SEU SEVERINO



Seu Severino, o marido de Dona Antônia não conseguiu arrumar um emprego no campo. Um amigo lhe disse para ir tentar trabalhar no Recife, porque lá era mais fácil arranjar trabalho.

Seu Severino tomou algum dinheiro emprestado, comprou uma passagem de ônibus e foi para o Recife.

Lá no Recife, ele lutou muito até conseguir um trabalho numa construção. Ficou morando num barracão dentro da própria obra.

Em Catende, Dona Antônia, que estava morrendo de saudade, esperava notícias de seu marido, até que um dia o carteiro lhe trouxe uma carta. Ela ficou muito feliz, mas como não sabia ler, pediu a Dona Joseja que lesse a carta para ela e as crianças.



Na construção Seu Severino pediu ao mestre de obras que escrevesse uma carta para sua família.



A CARTA

Recife, 18 de julho de 1988.

Antônia,

Como está você? E as crianças?

Aqui no Recife eu consegui arranjar um trabalho numa construção. Eu passo o dia todinho trabalhando, mas estou ganhando só um salário e ainda não assinaram minha carteira.

Estou com muita saudade de vocês e de Catende. Juntei um dinheirinho e comprei um rádio de pilha para ouvir forró. Dá uma saudade danada!

Um amigo meu, daqui do trabalho, me disse que tem um emprego numa loja, lá na cidade, que paga melhor do que aqui na construção. Amanhã eu vou lá saber.

Recife é uma cidade muito grande, muito barulhenta e tem gente de todo lugar. Dizem que tem muito assalto.

Vou juntar uns trocados para poder ir aí ver você e os meninos. Cuide bem deles até eu voltar. Na outra semana eu mando um dinheiro.

Deus abençoe você e os meninos
Severino

